

Diário do Legislativo de 07/04/2010

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Alberto Pinto Coelho - PP

1º-Vice-Presidente: Deputado Doutor Viana - DEM

2º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique - PMDB

3º-Vice-Presidente: Deputado Weliton Prado - PT

1º-Secretário: Deputado Dinis Pinheiro - PSDB

2º-Secretário: Deputado Hely Tarquínio - PV

3º-Secretário: Deputado Sargento Rodrigues - PDT

LIDERANÇAS

LIDERANÇA DO BLOCO SOCIAL DEMOCRATA – BSD (PSDB-PTB-PMN-PR)

Líder: Deputado Luiz Humberto Carneiro

Vice-Líderes: Deputada Ana Maria Resende (PSDB), Deputados Ademir Lucas (PSDB) e Célio Moreira (PSDB)

LIDERANÇA DO BLOCO PMDB-PT-PCdoB:

Líder: Deputado Padre João

Vice-Líder: Deputado Adelmo Carneiro Leão (PT) e Vanderlei Miranda (PMDB)

LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR SOCIAL – BPS (PV-PPS-PSC-PSB-PSL)

Líder: Deputado Inácio Franco (PV)

Vice-Líder: Deputados Wander Borges (PSB) e Rômulo Veneroso (PV)

LIDERANÇA DO PDT

Líder: Deputado Carlos Pimenta

Vice-Líder: Deputado Tenente Lúcio

LIDERANÇA DO DEM

Líder: Deputado

Vice-Líder: Deputado

LIDERANÇA DA MAIORIA

Líder: Domingos Sávio

LIDERANÇA DA MINORIA:

Líder: Deputado Sávio Souza Cruz

LIDERANÇA DO GOVERNO:

Líder: Deputado Mauri Torres (PSDB)

Vice-Líderes: Deputados Gil Pereira (PP), Neider Moreira (PPS) e Delvito Alves (PTB)

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Reuniões ordinárias – terças-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Délio Malheiros	BPS	Presidente
Deputado Ivair Nogueira	PMDB-PT-PCdoB	Vice-Presidente
Deputado Domingos Sávio	BSD	
Deputado Lafayette de Andrada	BSD	
Deputado Neider Moreira	BPS	
Deputado Padre João	PMDB-PT-PCdoB	
Deputado Elmiro Nascimento	DEM	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Inácio Franco	BPS
Deputado André Quintão	PMDB-PT-PCdoB
Deputado Gilberto Abramo	PRB
Deputado Fahim Sawan	BSD
Deputado Mauri Torres	BSD
Deputado Wander Borges	BPS
Deputado Delvito Alves	BSD

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Cecília Ferramenta	PMDB-PT-PCdoB	Presidente
Deputado Paulo Guedes	PMDB-PT-PCdoB	Vice-Presidente
Deputado Ademir Lucas	BSD	
Deputado Wander Borges	BPS	

Deputado PDT
Doutor
Ronaldo

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Almir Paraca PMDB-PT-PcdoB

Deputada Maria Tereza PMDB-PT-PcdoB
Lara

Deputado Domingos BSD
Sávio

Deputado Doutor BPS
Rinaldo Valério

Deputado Carlos PDT
Pimenta

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado BSD Presidente
Dalmo
Ribeiro
Silva

Deputado BPS Vice-Presidente
Chico Uejo

Deputado BSD
Célio
Morteira

Deputado BPS
Sebastião
Costa

Deputado PMDB-PT-PCdoB
Padre João

Deputado PRB
Gilberto
Abramo

Deputado BSD
Delvito
Alves

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Ademir BSD
Lucas

Deputado Délio BPS
Malheiros

Deputado Dilzon BSD
Moreira

Deputado Neider BPS
Moreira

Deputado André PMDB-PT-PcdoB
Quintão

Deputado Antônio PMDB-PT-PcdoB
Júlio

Deputado Gustavo DEM
Valadares

COMISSÃO DE CULTURA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 15 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada BPS Presidente
Gláucia
Brandão

Deputado BSD Vice-Presidente
Juninho
Araújo

Deputado PMDB-PT-PCdoB
Getúlio
Neiva

Deputado PMDB-PT-PCdoB
Paulo
Guedes

Deputado BSD
Marcus
Pestana

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Rômulo BPS
Veneroso

Deputado BSD
Domingos Sávio

Deputado PMDB-PT-PcdoB
Vanderlei Miranda

Deputado

Deputado Dimas BSD
Fabiano

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PMDB-PT-PCdoB Presidente
Adalclever
Lopes

Deputado BPS Vice-Presidente
Délio
Malheiros

Deputado BSD
Walter
Tosta

Deputado

Deputado

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Sávio PMDB-PT-PcdoB
Souza Cruz

Deputado Tiago BPS
Ulisses

Deputado Dalmo BSD
Ribeiro

Deputado Delvito BSD
Alves

Deputado

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 9 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PMDB-PT-PCdoB Presidente
Durval Ângelo

Deputado BSD
Fahim Sawan

Deputado BPS
Antônio
Genaro

Deputado PMDB-PT-PCdoB
Vanderlei
Miranda

Deputado BSD
Delvito Alves

MEMBROS SUPLENTE:

Deputada Maria PMDB-PT-PcdoB
Tereza Lara

Deputado Eros BSD
Biondini

Deputada Gláucia BPS
Brandão

Deputado Gilberto PRB
Abramo

Deputado Ruy DEM
Muniz

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INFORMÁTICA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 10h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado DEM Presidente
Ruy Muniz

Deputado BSD Vice-Presidente

Deiró
Marra

Deputado BSD
Dalmo
Ribeiro

Deputada BPS
Glúcia
Brandão

Deputado PMDB-PT-PCdoB
Carlin
Moura

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Delvito BSD
Alves

Deputada Ana Maria BSD
Resende

Deputado Arlen BSD
Santiago

Deputada Rosângela BPS
Reis

Deputado Adelmo PMDB-PT-PcdoB
Carneiro Leão

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 10h

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado BSD Presidente
Zé Maia

Deputado DEM Vice-Presidente
Jayro Lessa

Deputado BSD
Lafayette de
Andrada

Deputado BPS
Inácio
Franco

Deputado BPS
Agostinho
Patrús Filho

Deputado PMDB-PT-PCdoB
Adelmo
Carneiro
Leão

Deputado PMDB-PT-PCdoB
Antônio
Júlio

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Mauri Torres BSD

Deputado Leonardo BSD
Moreira

Deputado Luiz BSD
Humberto Carneiro

Deputado Antônio BPS
Carlos Arantes

Deputado Chico Uejo BPS

Deputado André PMDB-PT-PcdoB
Quintão

Deputado Ivair PMDB-PT-PcdoB
Nogueira

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado BPS Presidente
Fábio Avelar

Deputado PMDB-PT-PCdoB Vice-Presidente
Sávio Souza
Cruz

Deputado BSD
Luiz
Humberto
Carneiro

Deputado PMDB-PT-PCdoB
Almir
Paraca

Deputado BSD
Gil Pereira

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Délio BPS
Malheiros

Deputado Adalclever PMDB-PT-PcdoB
Lopes

Deputado Célio BSD
Moreira

Deputado Carlos PMDB-PT-PcdoB
Gomes

Deputado Lafayette BSD
Andrada

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PMDB-PT-PCdoB Presidente
Sávio
Souza
Cruz

Deputado DEM Vice-Presidente
Gustavo
Valadares

Deputado BSD
Gil Pereira

Deputado BSD
Célio
Moreira

Deputado BPS
Tiago
Ulisses

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Adalclever PMDB-PT-PcdoB
Lopes

Deputado Elmiro DEM
Nascimento

Deputado Dilzon Melo BSD

Deputado Luiz Humberto BSD
Carneiro

Deputado Wander BPS
Borges

COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR

Reuniões Ordinárias – quintas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado André PMDB-PT-PCdoB Presidente
Quintão

Deputado Eros BSD Vice-Presidente
Biondini

Deputado João BSD
Leite

Deputado Duarte BSD
Bechir

Deputado Carlin PMDB-PT-PCdoB
Moura

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Padre João PMDB-PT-PcdoB

Deputado Domingos BSD
Sávio

Deputado Fábio BPS
Avelar

Deputado Elmiro DEM
Nascimento

Deputado Adalclever PMDB-PT-PcdoB
Lopes

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 15h15min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Antônio BPS
Carlos Arantes

Deputado Dilzon BSD
Melo

Deputado Domingos BSD
Sávio

Deputado Chico BPS
Uejo

Deputado Carlos PMDB-PT-PCdoB
Gomes

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Inácio BPS
Franco

Deputado Gil Pereira BSD

Deputada Ana Maria BSD
Resende

Deputado Luiz BSD
Humberto Carneiro

Deputada Cecília PMDB-PT-PcdoB
Ferramenta

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Bráulio Braz BSD Presidente

Deputado Luiz BSD
Humberto Carneiro

Deputada Ana Maria BSD
Resende

Deputado Gilberto PRB
Abramo

Deputado Dimas BSD
Fabiano

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Lafayette de BSD
Andrada

Deputado Ademir Lucas BSD

Deputado Mauri Torres BSD

Deputado Antônio Júlio PMDB-PT-PCdoB

Deputado Pinduca BSD
Ferreira

COMISSÃO DE SAÚDE

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 9h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Carlos BSD Presidente
Mosconi

Deputado Carlos PDT Vice-Presidente
Pimenta

Deputado Fahim BSD
Sawan

Deputado Doutor BPS
Rinaldo Valério

Deputado Ruy DEM
Muniz

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Arlen BSD
Santiago

Deputado Doutor PDT
Ronaldo

Deputado Marcus BSD
Pestana

Deputado Antônio BPS
Genaro

Deputado Elmiro DEM
Nascimento

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Reuniões Ordinárias – terças-feiras – 10 horas

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado BSD Presidente
João Leite

Deputada PMDB-PT-PCdoB Vice-Presidente
Maria
Tereza
Lara

Deputado BPS
Rômulo
Veneroso

Deputado PDT
Tenente
Lúcio

Deputado BSD
Pinduca
Ferreira

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Zé Maia BSD

Deputado Durval PMDB-PT-PCdoB
Ângelo

Deputado Sebastião BPS
Costa

Deputado Carlos PDT
Pimenta

Deputado Gil Pereira BSD

COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputada Rosângela Reus BPS Presidente

Deputado Walter Tosta BSD Vice-Presidente

Deputado Ivair Nogueira PMDB-PT-PCdoB

Deputado Elmiro Nascimento DEM

Deputada Cecília Ferramenta PMDB-PT-PCdoB

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Djalma Diniz BPS

Deputado Marcus Pestana BSD

Deputado Getúlio Neiva PMDB-PT-PCdoB

Deputado Duarte Bechir BSD

Deputado André Quintão PMDB-PT-PCdoB

COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Reuniões Ordinárias – quartas-feiras – 14h45min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Gustavo Valadares DEM Presidente

Deputado Djalma Diniz BPS Vice-Presidente

Deputado BSD
Marcus
Pestana

Deputado BSD
Dilzon Melo

Deputado PMDB-PT-PCdoB
Adalclever
Lopes

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Elmiro DEM
Nascimento

Deputado Inácio BPS
Franco

Deputado Célio BSD
Moreira

Deputado Juninho BSD
Araújo

Deputado Sávio PMDB-PT-PCdoB
Souza Cruz

COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO

Reuniões Ordinárias – quintas-feiras – 14h30min

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado PDT
Alencar da
Silveira Jr.

Deputado BSD Vice-Presidente
Eros
Biondini

Deputado BPS
Fábio Avelar

Deputado BPS
Antônio
Carlos
Arantes

Deputado PMDB-PT-PCdoB
Carlos
Gomes

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Tenente PDT
Lúcio

Deputado Zezé PDT
Perrella

Deputado Deiró Marra BSD

Deputado Antônio BPS
Genaro

Deputada Cecília PMDB-PT-PCdoB
Ferramenta

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Sebastião Costa	BPS	Presidente
Deputado	PDT	Vice-Presidente
Deputado Luiz Humberto Carneiro	BSD	
Deputado Gilberto Abramo	PRB	
Deputado Padre João	PMDB-PT-PCdoB	
Deputado Gil Pereira	DEM	

MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Franco	Inácio BPS
Deputado Pimenta	Carlos PDT
Deputado Sawan	Fahim BSD
Deputado Antônio Júlio	PMDB-PT-PCdoB
Deputado Ângelo	Durval PMDB-PT-PCdoB
Deputado Fabiano	Dimas DEM

Ouvidor Parlamentar: Wander Borges

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - Reunião Solene da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura

1.2 - 14ª Reunião Extraordinária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura

1.3 - 15ª Reunião Extraordinária da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura

1.4 - Reunião de Comissões

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Plenário

3.2 - Comissão

4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

ATAS

ATA DA REUNIÃO SOLENE DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA EM 31/3/2010

Presidência do Deputado Alberto Pinto Coelho

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Destinação da Reunião - Composição da Mesa - Designação de Comissão - Execução do Hino Nacional - Entrega da declaração de bens - Compromisso constitucional - Leitura do termo de posse - Assinatura do termo de posse - Declaração de posse - Palavras do Sr. Governador do Estado - Palavras do Sr. Presidente - Apresentação musical - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Alberto Pinto Coelho - Doutor Viana - José Henrique - Weliton Prado - Dinis Pinheiro - Hely Tarquínio - Sargento Rodrigues - Adalclever Lopes - Ademir Lucas - Agostinho Patrus Filho - Alencar da Silveira Jr. - Ana Maria Resende - Antônio Carlos Arantes - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Carlin Moura - Carlos Gomes - Carlos Mosconi - Carlos Pimenta - Célio Moreira - Chico Uejo - Dalmo Ribeiro Silva - Deiró Marra - Délio Malheiros - Dilzon Melo - Dimas Fabiano - Djalma Diniz - Domingos Sávio - Doutor Rinaldo Valério - Doutor Ronaldo - Duarte Bechir - Durval Ângelo - Elmiro Nascimento - Eros Biondini - Fábio Avelar - Fahim Sawan - Getúlio Neiva - Gil Pereira - Gláucia Brandão - Gustavo Corrêa - Gustavo Valadares - Inácio Franco - Irani Barbosa - Ivair Nogueira - Jayro Lessa - João Leite - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Luiz Humberto Carneiro - Marcus Pestana - Mauri Torres - Neider Moreira - Padre João - Pinduca Ferreira - Rômulo Veneroso - Rosângela Reis - Ruy Muniz - Sebastião Costa - Tiago Ulisses - Vanderlei Miranda - Wander Borges - Zé Maia.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Alberto Pinto Coelho) - Às 11h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- O Deputado Hely Tarquínio, 2º-Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Destinação da Reunião

O locutor - Destina-se esta reunião ao compromisso e à posse do Exmo. Sr. Antonio Augusto Junho Anastasia no cargo de Governador do Estado de Minas Gerais, em virtude da renúncia do Exmo. Sr. Aécio Neves da Cunha ao referido cargo.

Composição da Mesa

O locutor - Convidamos a tomar assento à Mesa os Exmos. Srs. Desembargador Sérgio Antônio de Resende, Presidente do Tribunal de Justiça; Senadores Eduardo Azeredo, ex-Governador do Estado; Eliseu Resende; Francisco Dornelles e Sérgio Guerra; Deputado Federal Rafael Guerra, representando a Mesa da Câmara dos Deputados; Itamar Franco, ex-Presidente da República e ex-Governador do Estado; Márcio Lacerda, Prefeito Municipal de Belo Horizonte; a Exma. Sra. Vereadora Luzia Ferreira, Presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte; e os Exmos. Srs. Conselheiro Wanderley Ávila, Presidente do Tribunal de Contas; Alceu José Torres Marques, Procurador-Geral de Justiça; Danilo de Castro, Secretário de Governo; Francelino Pereira, ex-Governador do Estado; Newton Cardoso, ex-Governador do Estado; Rondon Pacheco, ex-Governador do Estado; José Milton Rocha, Presidente da Associação Mineira dos Municípios e Prefeito Municipal de Conselheiro Lafaiete; Rogério Avelar, Presidente da Associação dos Municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte - Granbel - e Prefeito Municipal de Lagoa Santa; e Robson Andrade, Presidente da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais - Fiemg -, representando as entidades produtivas do Estado.

Designação de Comissão

O Sr. Presidente - A Presidência designa os membros da Mesa da Assembleia e integrantes do Colégio de Líderes, Deputados Doutor Viana, José Henrique, Weliton Prado, Hely Tarquínio, Sargento Rodrigues, Domingos Sávio, Mauri Torres, Inácio Franco, Padre João, Luiz Humberto Carneiro, Carlos Pimenta e Adalclever Lopes, para receber o Exmo. Sr. Antonio Augusto Junho Anastasia, Governador em exercício do Estado de Minas Gerais, e conduzi-lo à Mesa.

O locutor - A partir deste momento, a TV Assembleia passa a transmitir a chegada do Exmo. Sr. Antonio Augusto Junho Anastasia ao Espaço Democrático José Aparecido de Oliveira. O Exmo. Sr. Antonio Augusto Junho Anastasia, Governador em exercício, será recebido neste Plenário por uma ala de Cadetes da Polícia Militar, comandada pelo Ten. Lima.

Esta ala utiliza o uniforme tradicional azul do cadete, originário do Regimento Regular de Cavalaria, instituição que deu origem à Polícia Militar de Minas Gerais. Os cadetes portam o espadim Tiradentes, que simboliza a honra e a dignidade do cadete da Polícia Militar de Minas Gerais.

Neste momento, de pé, convidamos os presentes a recepcionarem o Governador em exercício Antonio Augusto Junho Anastasia neste Plenário.

Execução do Hino Nacional

O locutor - Convidamos os presentes a ouvir o Hino Nacional, a ser interpretado pela cantora lírica Maria Lúcia Godoy, acompanhada do pianista e compositor Túlio Mourão.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

Entrega da Declaração de Bens

O locutor - A Presidência recebe, neste instante, a declaração de bens do Exmo. Sr. Governador em exercício Antonio Augusto Junho Anastasia, que é passada às mãos do Sr. 1º-Secretário, Deputado Dinis Pinheiro.

- Procede-se à entrega da declaração de bens.

Compromisso Constitucional

O locutor - Neste momento, o Exmo. Sr. Governador em exercício Antonio Augusto Junho Anastasia prestará o compromisso constitucional.

O Sr. Antonio Augusto Junho Anastasia - Prometo manter, defender e cumprir a Constituição da República e a do Estado, observar as leis, promover o bem geral do povo mineiro e sustentar a integridade e a autonomia de Minas Gerais.

Leitura do Termo de Posse

O locutor - O Sr. 1º-Secretário, Deputado Dinis Pinheiro, procederá à leitura do termo de posse do Sr. Antonio Augusto Junho Anastasia no cargo de Governador do Estado de Minas Gerais.

O Sr. Secretário (Deputado Dinis Pinheiro) - (Lê:) "Termo de Posse do Exmo. Sr. Antonio Augusto Junho Anastasia no cargo de Governador do Estado de Minas Gerais: Aos trinta e um dias do mês de março do ano de dois mil e dez, perante a Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, em reunião solene, sob a Presidência do Sr. Deputado Alberto Pinto Coelho, compareceu o Exmo. Sr. Dr. Antonio Augusto Junho Anastasia, Vice-Governador do Estado de Minas Gerais, o qual, após prestar o compromisso constitucional, tomou posse no cargo de Governador do Estado de Minas Gerais, em decorrência da renúncia do Exmo. Sr. Dr. Aécio Neves da Cunha, que, assim, se desincompatibiliza para concorrer às eleições do dia três de outubro deste ano. E, para constar, lavrei eu, Deputado Dinis Pinheiro, 1º-Secretário da Assembleia Legislativa, o presente termo, que vai assinado pelo empossado e pela Mesa da Assembleia Legislativa. Plenário Presidente Juscelino Kubitschek, em Belo Horizonte, aos trinta e um do mês de março do ano de dois mil e dez."

Assinatura do Termo de Posse

O locutor - Convidamos o Exmo. Sr. Antonio Augusto Junho Anastasia a assinar o termo de posse.

- Procede-se à assinatura do termo de posse.

Declaração de Posse

O Sr. Presidente - Em nome da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, declaro empossado no cargo de Governador do Estado de Minas Gerais o Exmo. Sr. Antonio Augusto Junho Anastasia.

Palavras do Sr. Governador

Exmas. Sras. e Exmos. Srs. Deputado Alberto Pinto Coelho, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado; Desembargador Sérgio Antônio de Resende, Presidente do egrégio Tribunal de Justiça do Estado; Senador Eduardo Azeredo, ex-Governador; Itamar Franco, estimado amigo, ex-Presidente e ex-Governador do Estado; Senador Francisco Dornelles; Senador Eliseu Resende; Deputado Federal Rafael Guerra, representante da Mesa da Câmara dos Deputados; Senador Sérgio Guerra; Márcio Lacerda, Prefeito de Lagoa Santa, representando os Municípios desta região; Alceu José Torres Marques, Procurador-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais; Danilo de Castro, Secretário de Estado de Governo; Deputado Dinis Pinheiro, 1º-Secretário da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais; Francelino Pereira, Newton Cardoso e Rondon Pacheco, ex-Governadores do Estado; José Milton Rocha, Presidente da AMM e Prefeito de Lafaiete, representando os Municípios mineiros; Rogério Avelar, Presidente da Granbel e Prefeito de Lagoa Santa, representando os Municípios desta região; Conselheiro Wanderley Ávila, Presidente do egrégio Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais; eminentes parlamentares federais e estaduais; magistrados; Procuradores; Prefeitos; Vice-Prefeitos; Presidentes de Câmaras Municipais; autoridades civis e militares; meus amigos; minha família; senhoras e senhores; mineiros, consciente das enormes responsabilidades que pesam sobre esta investidura e com as minhas mais vigorosas esperanças, assumo, neste momento solene, o governo do Estado de Minas Gerais. Recebo essa honrosa e dignificante delegação perante os senhores, como servidor público que, há 25 anos ininterruptos, dedica-se à causa do Estado. Ela sempre esteve presente em minha vida. Aprendi sobre os seus valores mais densos ainda em casa, quer pelos exemplos de meus avós maternos, em especial meu avô Augusto Junho, quer pelo exemplo da minha mãe Ilka, professora do Estado, aqui presente, quer ainda de minhas irmãs, ambas também professoras da nossa UFMG, onde igualmente tenho a honra de lecionar. Na veneranda Casa de Afonso Pena, aprendi com os grandes professores a doutrina mas também a boa prática da gestão pública, com os mestres Vicente Mendes e, sobretudo, Paulo Neves de Carvalho, cujo ideal pelo serviço público alcançou patamar insuperável. Tive, ainda a honra de exercer cargos públicos com profissionais do mais alto gabarito, permitindo-me citar, entre tantos próceres e para representá-los, Bonifácio Mourão, Paulo Paiva e Francisco Dornelles. Com todos aprendi e especialmente inspirei-me em suas condutas ilibadas e repletas de civismo e de espírito público. Esses valores me alimentaram com um rigoroso senso de responsabilidade e dever do que temos de cumprir no exercício da vida pública. Eles estão intactos e muitas vezes renovados pela intensa experiência da longa e maravilhosa jornada de transformações que empreendemos juntos.

Vejo aqui presentes valorosos companheiros da primeira hora, com quem compartilhamos grandiosos desafios e partilhamos sonhos e esperanças. Olhando para o curso da história e para essa construção coletiva que é Minas, realizada pelas mãos de tantos de nós e há tão longo tempo, percebo nela os valores que herdamos daqueles que vieram antes de nós e que deram, assim, substância e concretude aos nossos ideais. Está mais vivo que nunca o alicerce fundamental que nos dá lastro e uma posição única no concerto da nacionalidade: a liberdade. É ela, a liberdade, a razão histórica e profunda que está na nossa gênese e na fundação daquilo que somos hoje. Desde os emboabas, depois com Felipe dos Santos e os combatentes da derrama, passando pelos Inconfidentes, da velha Vila Rica, pelos liberais, de Teófilo Ottoni, dos autores do Manifesto dos Mineiros e, finalmente, Tancredo Neves. Dela, a liberdade, forjamos todos os nossos outros valores: um inarredável senso de justiça, uma intensa solidariedade para com as boas causas, uma exemplar generosidade, capaz de acolher todos aqueles que buscam trabalho e professam a boa fé.

É da liberdade que demos corpo e alma à visão única sobre o Brasil, porque fomos e somos formados pelos homens e mulheres do extremo Norte, do Centro, da extensa orla litorânea e também do Sul. Erguemo-nos como legítima e inquestionável síntese da nacionalidade. Estão espalhadas pelas nossas terras os grandes desafios e as vocações do País. Para respondê-los e enfrentá-los, contamos, no curso da história, com homens públicos do tamanho do Brasil.

De Augusto de Lima herdamos a visão sobre a importância do conhecimento. De Bias Fortes, o compromisso com um ensino público que

alcançasse todos os cidadãos. De Francisco Sales, o visionário combate ao déficit público como chaga da administração pública no País. João Pinheiro nos lega o planejamento estratégico e as grandes inovações da governança. Com Bueno Brandão, adensa-se a ideia da integração do nosso território. Raul Soares pontua o rigor e a severidade dos mineiros nas causas públicas. Com Antônio Carlos, expandimos ainda mais o ensino, remodelamos os serviços de saúde e abrimos novas estradas.

Olegário Maciel exercita o equilíbrio orçamentário e as primeiras ideias de parceria com a iniciativa privada. Com Benedito Valadares, ganha corpo e reconhecimento a habilidade da prática política de Minas. Do emblemático Milton Campos recebemos o legado dos deveres para com a grandeza de Minas e o inquebrantável senso de justiça. Com Juscelino, a ampla conquista da modernidade. Com Bias Fortes, o filho, a preocupação com o fomento do agronegócio. Com Magalhães Pinto, espalhamos indústrias e expandimos o crédito para a produção. Israel Pinheiro, em seguida, sustenta esse novo ciclo com a expansão da rede elétrica, rodoviária e as primeiras políticas de incentivo industrial, que se adensariam ainda mais sob os profícuos governos de Rondon Pacheco, que nos legou a Fiat e a incorporação econômica do cerrado, de Aureliano Chaves, com a Açominas, e de Ozanam Coelho. Francelino nos lega Confins e a modernização dos transportes de massa. Constrói casas, escolas e estimula os pequenos e médios empreendedores.

Tancredo, mais que nunca, síntese dos nossos melhores valores e do nosso compromisso com o Brasil, recupera a dimensão histórica de Minas no concerto nacional. Hélio Garcia nos entrega novas e importantes obras estruturantes, base sobre a qual Minas avançará mais à frente. Com Newton Cardoso, avançamos em nossas rodovias e na infraestrutura. Com Eduardo Azeredo, que estimulou vigorosamente a nossa rede industrial, e com Itamar Franco, sempre na defesa dos nossos maiores valores, buscamos o progresso e enfrentamos os problemas grandiosos da contemporaneidade. E consumamos a ideia da necessidade de nos preparar para o futuro.

O futuro, senhoras e senhores, chega a Minas pelo talento político e pela liderança nacional e incontestável de Aécio Neves. Temos dito que ele é, em plenitude e mestria, um pouco de todos aqueles que vieram antes de nós. Ao alcançar o Palácio da Liberdade, com as maiores votações da nossa história, por duas vezes, Aécio Neves sabia que governar Minas é como enfrentar a diversidade e a complexidade de conduzir um País em extensão, carências, contradições e potenciais a ser ainda realizados. Eram gigantes os desafios que nos tomaram, ainda em 2002, quando nos debruçamos sobre a realidade de Minas e os anseios dos mineiros. Eram tempos especialmente difíceis, Sr. Presidente, enfrentados com altivez, coragem política e as convicções do grande mineiro, nossa reserva moral, o grande Governador Itamar Franco.

As restrições impostas a Minas num cenário econômico nacional preocupante nos obrigariam a realizar profundas reformas, que pudessem criar as condições necessárias para a recuperação do Estado, instalação das bases para o novo e promissor ciclo de desenvolvimento. Assim fizemos. Realizamos, com a preciosa cooperação deste Parlamento, uma densa e extensa reforma do Estado. Lembro-me bem daqueles momentos iniciais. Ouvi do Governador Aécio as palavras de ordem, que nos acompanhariam por todo seu mandato: "É nosso dever fazer o que precisa ser feito. Vamos ousar, com criatividade, sem descurar da responsabilidade, tão fundamental na condução dos negócios públicos". Instalamos, então, um regime de absoluta austeridade. Instalamos leilões da dívida pública e buscamos margens rigorosas de negociação dos haveres de Minas. Sem terror fiscal, recuperamos a arrecadação e a capacidade de investimentos do Estado. Retomamos o crédito internacional. Instalamos novos instrumentos para qualificar os gastos públicos e, em 2004, apenas dois anos após a posse, alcançamos o marco do déficit zero, rompendo, assim, um ciclo de déficits na nossa administração, existentes há mais de uma década.

O saneamento das contas públicas, no entanto, era tão somente um imprescindível ponto de partida para o extenso processo de transformações que se instalariam em Minas, reivindicado e motivado pelos mineiros. A coragem política do Governador Aécio Neves sustentou as medidas duras, inadiáveis e necessárias àquele primeiro momento. Sua ousadia nos instigou a buscar novas saídas para antigos e renitentes problemas. Era preciso inovar, reinventar processos, mudar paradigmas e buscar uma nova lógica para a condução das políticas públicas. Era preciso um novo modelo de Estado, um Estado que fizesse mais com menos e melhor, um Estado que fosse movido por metas e resultados, não apenas pelas obrigações e deveres do poder público. Essa foi a pedra de toque que colocou em curso um dos mais densos e ricos processos de revisão e aperfeiçoamento da administração pública brasileira do nosso tempo. Hoje as inovações permeiam todos os campos. No plano interno, os novos planos de carreira, a ascensão por mérito, o avanço da escolaridade, a contratação de metas, passando pelos acordos de resultados, pela avaliação de desempenho dos servidores, até o alcance dos resultados finais e do reconhecimento, por meio dos prêmios de produtividade, foi um longo caminho percorrido. Mas valeu a pena. Temos orgulho de constatar que estamos hoje na vitrine das mais importantes instituições do Brasil e do mundo como exemplo de governança inovadora e capaz. As transformações que conquistamos aqui, progressivamente, vêm sendo buscadas pelos demais Estados brasileiros. Hoje a nossa estratégia de saneamento das contas públicas está presente no Rio Grande do Sul; o nosso sistema de indicadores de controle de resultados por área de gestão e o nosso sistema de compras públicas, no Rio de Janeiro; a certificação ocupacional dos nossos servidores, em São Paulo. Essas não são conquistas apenas do governo, mas deste modelo de gestão, compartilhado, emparceirado com todos aqueles que, de alguma forma, puderam e quiseram contribuir. Com ele, fortalecemos a nossa infraestrutura para o crescimento, e esse crescimento ocorreu. Minas ingressou em fase de visível prosperidade, mercê do trabalho engenhoso de sua gente. Assim, melhoramos em todos os indicadores das políticas públicas, sociais e econômicas. Mas o mais relevante foi a reconquista da autoestima, do sentimento de progresso, da crença em uma administração pública, com foco em planejamento, que melhora, de verdade, a vida de todas as pessoas.

Senhoras e senhores, esta é apenas uma rápida avaliação da trajetória transformadora do governo de Aécio Neves nestes sete anos e três meses. Cumprimos, um a um, os compromissos assumidos com os mineiros em 2002 e 2006. A partir de agora, faremos, no entanto, mais que um mero processo de continuidade administrativa: vamos continuar avançando, inovando e transformando, porque essa é a gênese desse novo modelo de Estado. Ele trabalha considerando que a conquista do desenvolvimento é tarefa de todos os dias, coletiva e compartilhada. Para estarmos à altura dela, levaremos conosco o ideário de Aécio Neves, que nos mostrou o caminho para tantas e tão densas transformações: a liberdade, para alimentar o debate e a participação; a transparência, para alcançar a legitimidade; a justiça, como estrada comum que nos levará ao ponto de chegada; a equidade e a igualdade. Com todos esses valores, manteremos abertas as portas dos Palácios da Liberdade e Tiradentes aos mineiros. Com eles, faremos a travessia para o pleno desenvolvimento.

Nesse tempo não nos descuidaremos das causas nacionais e do inarredável compromisso de Minas com o Brasil. Continuaremos a pregação de Aécio Neves por uma Federação equilibrada, ativa e solidária, com o permanente fortalecimento dos Municípios, nossos fundamentais parceiros. Defenderemos as reformas constitucionais com o mérito de termos realizado em plenitude a nossa e, assim, termos cumprido a nossa parte. Continuaremos abertos às imprescindíveis parcerias com a sociedade organizada, com as forças produtivas e entre as diferentes instâncias do governo. Não faltaremos ao chamado da cooperação quando estiverem em jogo os interesses de Minas e do País.

Devo, neste momento, senhoras e senhores, mais que um agradecimento emocionado ao Governador Aécio Neves. Não há nenhuma palavra que permita dimensionar corretamente a incomparável confiança por ele em mim depositada. Tentarei, com todas as minhas forças, estar à altura dela; vou respondê-la com trabalho incessante e obstinado e, especialmente, com a minha lealdade. Modestamente espero, nesses meses de governo, referenciar todas as nossas decisões na grandeza com que Aécio Neves nos liderou neste longo tempo.

Senhoras e senhores, agradeço-lhes, sensibilizado, o apoio e os votos de boa governança. Conto com esta Casa para cumprirmos os nossos deveres e para avançarmos ainda mais. A nossa Casa do Povo, a cada dia, firma-se como verdadeiro baluarte das nossas aspirações sociais. A Assembleia dos mineiros honra a trajetória política do nosso Estado e continuará sendo parceira visceral nos programas de governo. Cabe, aqui, mais uma palavra de agradecimento ao Presidente Alberto Pinto Coelho, representando todos os nossos estimados Deputados Estaduais, pela dedicação às causas mais nobres de Minas. A todos que contribuíram, de uma forma ou de outra, para esta minha caminhada - e são muitos e muitos; alguns já não mais entre nós, como o meu pai Dante Anastasia -, só posso agradecer. Minha paga será o trabalho árduo pela prosperidade de Minas, sem descanso, sem temores, sem percalços. No futuro, quando estudarem a história do nosso Estado e encontrarem os registros da nossa passagem pela mais honrosa função pública de Minas Gerais, gostaria que dissessem: este cumpriu sua missão, deixou sua marca por seu exemplo de honradez e dedicação à causa pública. Aos mineiros, por fim, reafirmo todos os compromissos que assumimos nas

ruas e praças públicas. Os compromissos do Governador Aécio Neves são os meus compromissos. Vamos cumpri-los e conquistá-los. Há muito trabalho pela frente. Vamos continuar a jornada. Vamos juntos, sob a proteção de Deus. Muito obrigado.

Palavras do Sr. Presidente

Exmas. Sras. e Exmos. Srs. Governador do Estado de Minas Gerais, Antonio Augusto Junho Anastasia; Desembargador Sérgio Antônio de Resende, Presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais; Senadores Eduardo Azeredo, ex-Governador do Estado; Eliseu Resende; Francisco Dornelles e Sérgio Guerra; Deputado Federal Rafael Guerra, representante da Mesa da Câmara dos Deputados; Itamar Franco, ex-Presidente da República e ex-Governador do Estado; Márcio Lacerda, Prefeito de Belo Horizonte; Vereadora Luzia Ferreira, Presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte; Alceu José Torres Marques, Procurador-Geral de Justiça do Estado; Wanderley Ávila, Presidente do Tribunal de Contas do Estado; Danilo de Castro, Secretário de Governo; Deputado Dinis Pinheiro, 1º-Secretário da Assembleia Legislativa do Estado, na pessoa de quem cumprimento a Mesa desta Casa e as ilustres Deputadas e os ilustres Deputados, companheiros que compõem o Parlamento mineiro; Francelino Pereira, ex-Governador do Estado; Newton Cardoso, ex-Governador do Estado; Rondon Pacheco, ex-Governador do Estado; José Milton Rocha, Presidente da Associação Mineira dos Municípios - AMM - e Prefeito de Conselheiro Lafaiete; Rogério Avelar, Presidente da Associação dos Municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte - Granbel - e Prefeito de Lagoa Santa. Na pessoa de ambos e do Sr. Odelmo Leão, Prefeito de Uberlândia, companheiro do Partido Progressista; do Dr. José Brás, Prefeito de Muriaé; da Sra. Danuza Bias Fortes, Prefeita de Barbacena; da Sra. Marília Campos, Prefeita de Contagem, e do Sr. Custódio Matos, Prefeito de Juiz de Fora, estendo meus cumprimentos aos Prefeitos dos 853 Municípios de Minas Gerais.

Queria também cumprimentar os ilustres Srs. Vice-Prefeitos, Presidentes das Câmaras Municipais, Vereadores e lideranças municipais. Quero fazer ainda uma saudação especial e destacada aos ilustres Deputados Federais presentes a esta solenidade. De forma muito carinhosa, destaco a presença dos familiares do nosso Governador, a sua mãe, a Sra. Ilka Junho Anastasia; as suas irmãs, Fátima e Carla Anastasia; e o seu pai, em memória, Dante Anastasia.

Minhas senhoras e meus senhores, mineiros e mineiras, todos nós, presentes a esta solenidade, testemunhamos um momento histórico para Minas Gerais, quando o comando do nosso Estado passa da direção profundamente inovadora, arrojada e eficaz de Aécio Neves à inspiração sempre sábia, enérgica e competente de Antonio Augusto Anastasia. Com muita emoção, estamos nos despedindo do governo Aécio Neves, que alcança o reconhecimento praticamente unânime dos cidadãos de Minas, gratos pelos resultados das inúmeras ações empreendidas nestes sete anos. O grande sucesso da sua administração foi a consequência fecunda de um louvado modelo de gestão, referendado internacionalmente, inclusive pelo Banco Mundial, e cuja elaboração contou com a presença decisiva do Prof. Antonio Anastasia. A vida dos mineiros de todos os rincões tornou-se mais fácil e está plenamente inserida em nossa época, com asfalto e telefonia celular servindo integralmente à população, se tomamos apenas dois exemplos dessa nítida transformação ocorrida no dia a dia de cada um.

Nos dois mandatos de Aécio Neves, o Estado deixou na fumaça da história seus folclóricos grotões e entrou, com o pé direito, no século XXI. Como legado mais simbólico da administração Aécio Neves, fica-nos a Cidade Administrativa, memória que se inaugura da ação de um estadista tão ousado quanto Juscelino Kubitschek. O mesmo espírito semeador do futuro veio abrir rumos inusitados para a cultura, com a admirável implantação do Circuito da Praça da Liberdade, pilar de um novo e cosmopolita panorama para a existência de Belo Horizonte. Garantia da continuidade e do aprimoramento das ações do governo que finda, instala-se o novo governo, que, sob a liderança do Prof. Antonio Augusto Anastasia, tem antecipadamente afeiçoadas as marcas da responsabilidade, da gestão eficiente, da ética e da probidade, que deverão manter Minas na vanguarda da política nacional. O Governador Anastasia apresenta-nos o excepcional currículo de um funcionário público de escol, preocupado com um Estado extremamente eficaz, prestando os melhores serviços à população.

A confiança na sua capacidade técnica e política transforma-se no almejado passaporte para a completa e definitiva modernização de Minas Gerais. A dedicação, a inteligência e a disposição incansável para o trabalho de Antonio Anastasia foram atestadas em sua passagem por diversas instâncias dos governos federal e estadual. Mas o mestre e professor de direito administrativo tornou-se, bem antes de ser Vice-Governador, pessoa especialmente grata a este Legislativo. Como assessor da relatoria da nossa Constituição, a cargo do Deputado Bonifácio Mourão, presente entre nós, foi, ainda aos 27 anos de idade, um dos sustentáculos do processo de elaboração do texto constitucional de Minas, pioneiro e modelo para os outros Estados.

Desde então, esta Casa vem sendo, orgulhosamente, parceira importante do Executivo na construção de um Estado mais eficiente e democrático. Assim, além de exercer a nossa missão constitucional de representar, legislar e fiscalizar, estabelecemos uma parceria permanente com os setores organizados da sociedade para a formulação de leis e a elaboração de políticas públicas. Refletindo a Constituição Federal, a Constituição Mineira, cujos vinte anos acabamos de comemorar, abraça o forte anseio popular de envolver-se mais efetivamente nas decisões políticas.

O Legislativo mineiro, que venho presidindo, apresenta em seu favor o balanço de realizações de grandes eventos institucionais, como o seminário "Minas de Minas", decisivo para o aprimoramento de nossa política minerária, e o ciclo de debates "Minas combate a crise - fonte de soluções para a nossa retomada econômica". Demonstrando cuidado com a formação de nossos cidadãos, estamos realizando, pela segunda vez, o projeto Expresso Cidadania, incentivo à participação política e ao voto consciente da juventude.

O trabalho do Parlamento mineiro só tem sido possível pela atuação integrada de todos os Deputados, que têm mantido, nessa convivência plural, sob a bandeira de diversos partidos e variadas perspectivas ideológicas, uma maturidade que se reflete no aprimoramento constante da nossa democracia. Saliento também, neste importante momento de Minas, a participação do Poder Judiciário, empenhado em promover a justiça de forma mais ágil e descentralizada, imprescindível para que se complete a grande tarefa mineira de produzir equilíbrio e exercer plenamente sua centralidade.

Estamos, então, prontos para expandir para todo o País as nossas virtudes, capazes de unir a sensatez e a conciliação, tão bem expressas por Tancredo Neves, ao ardente apego à liberdade, suprema herança de Tiradentes. Não poderia deixar de reconhecer que este presente tão favorável para o povo mineiro e brasileiro decorre da estabilidade conseguida por nosso ex-Presidente Itamar Franco com o Plano Real, que, derrotando definitivamente a inflação, permitiu a retomada do crescimento econômico no âmbito estadual e federal.

Em nome do povo que representamos, desejamos ao Governador Aécio Neves um futuro à altura de seu mérito, do qual tanto ainda necessita a nossa república. Ao novo governante, Antonio Augusto Anastasia, somamos aos votos de sucesso o apelo para que mantenha vivo o sonho de Minas de integrar o Estado e o País no caminho da prosperidade e da justiça social, com sua voz cada vez mais ouvida nos grandes fóruns mundiais. Tenho a plena certeza de que o Prof. Anastasia personifica e incorpora as palavras pronunciadas por Aécio Neves durante a inauguração da nova Cidade Administrativa Presidente Tancredo Neves: "Minas é nossa causa, nossa casa, nosso chão. Minas é nossa Pátria". Muito Obrigado.

Apresentação Musical

O locutor - Neste momento, ouviremos mais uma apresentação da cantora lírica Maria Lúcia Godoy, que interpretará o poema "Serenata em Minas Gerais", letra de sua autoria, inspirado na tradicional música napolitana "Vieni Sul Mar", que, em Minas Gerais, é cantada tradicionalmente como "Oh, Minas Gerais".

A Sra. Maria Lúcia Godoy - Tenho a honra de dedicar meu poema ao nosso novo Governador, que continuará a fazer tudo o que foi feito pelo nosso grande Governador Aécio Neves. Depositamos nele nossas melhores confianças e agruras para que continue o governo tão promissor quanto está sendo. Dedico também a todas as famílias mineiras e, principalmente, à família do nosso novo Governador: "Serenata em Minas Gerais".

- Procede-se à apresentação musical.

O locutor - Convidamos todos para, de pé, acompanharem a saída do Exmo. Sr. Governador Antonio Augusto Junho Anastasia, que passará sob a cúpula comandada pelo Ten. Josias e formada pelos cadetes do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais. Os militares estão com o uniforme de gala da Corporação de Bombeiros e empunham o espadim Tiradentes, símbolo da honra e dignidade do futuro oficial.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência manifesta a todos os agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia regimental. Levanta-se a reunião.

ATA DA 14ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 29/3/2010

Presidência dos Deputados Alberto Pinto Coelho e Doutor Viana

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): 2ª Fase: Discussão e Votação de Proposições: votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 14/2007; requerimento do Deputado Lafayette de Andrada; discursos dos Deputados Délio Malheiros e Lafayette de Andrada; votação do requerimento; aprovação; discurso do Deputado Sargento Rodrigues; votação nominal do Substitutivo nº 2; aprovação; prejudicialidade dos Substitutivos nºs 1 e 3 - Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.387/2010; requerimentos dos Deputados Padre João e Tenente Lúcio; deferimento; discurso do Deputado Padre João; votação do projeto, salvo emendas e destaques; aprovação; votação das Emendas nºs 1 a 9; aprovação; verificação de votação; ratificação da aprovação; votação da Emenda nº 10; rejeição; verificação de votação; ratificação da rejeição; questão de ordem; leitura e votação da Emenda nº 11; rejeição; questão de ordem; leitura e votação da Emenda nº 12; rejeição; verificação de votação; ratificação da rejeição; votação das Emendas nºs 13 a 20, 22, 23, 26 a 31 e 33 a 37; rejeição; verificação de votação; ratificação da rejeição; votação da Emenda nº 21; discurso do Deputado Weliton Prado; rejeição; verificação de votação; ratificação da rejeição; votação da Emenda nº 24; discurso do Deputado Padre João; rejeição; verificação de votação; ratificação da rejeição; votação da Emenda nº 25, discurso do Deputado Carlin Moura; rejeição; verificação de votação; ratificação da rejeição; votação da Emenda nº 30; discurso do Deputado Sargento Rodrigues; rejeição; verificação de votação; ratificação da rejeição; votação da Emenda nº 32; discurso do Deputado Adelmo Carneiro Leão; rejeição; verificação de votação; ratificação da rejeição - Suspensão e reabertura da reunião - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.752/2008; discurso do Deputado Weliton Prado; apresentação da Emenda nº 1; encerramento da discussão; votação do Substitutivo nº 1, salvo emenda; aprovação; votação da Emenda nº 1; aprovação - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.147/2010; encerramento da discussão; discurso do Deputado Padre João; votação do projeto; aprovação na forma do vencido em 1º turno - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.384/2010; aprovação na forma do vencido em 1º turno - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.386/2010; encerramento da discussão; discursos dos Deputados Adelmo Carneiro Leão e Délio Malheiros; votação do projeto; aprovação na forma do vencido em 1º turno - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.390/2010; aprovação; declarações de voto; questões de ordem - Encerramento - Ordem do dia.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Alberto Pinto Coelho - Doutor Viana - José Henrique - Weliton Prado - Dinis Pinheiro - Sargento Rodrigues - Adalclever Lopes - Adelmo Carneiro Leão - Ademir Lucas - Agostinho Patrus Filho - Alencar da Silveira Jr. - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Carlos Arantes - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Bráulio Braz - Carlin Moura - Carlos Mosconi - Cecília Ferramenta - Célio Moreira - Délio Malheiros - Delvito Alves - Dilzon Melo - Dimas Fabiano - Djalma Diniz - Domingos Sávio - Doutor Rinaldo Valério - Doutor Ronaldo - Duarte Bechir - Elmiro Nascimento - Eros Biondini - Fábio Avelar - Getúlio Neiva - Gil Pereira - Gláucia Brandão - Gustavo Corrêa - Gustavo Valadares - Inácio Franco - Irani Barbosa - Ivair Nogueira - Jayro Lessa - João Leite - Juninho Araújo - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Luiz Humberto Carneiro - Marcus Pestana - Mauri Torres - Padre João - Paulo Guedes - Pinduca Ferreira - Rômulo Veneroso - Ruy Muniz - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Tenente Lúcio - Tiago Ulisses - Vanderlei Miranda - Walter Tosta - Wander Borges - Zé Maia - Zezé Perrella.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Alberto Pinto Coelho) - Às 20h13min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- O Deputado Lafayette de Andrada, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

2ª Fase

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 2ª Fase, com a discussão e votação da matéria constante na pauta, uma vez que não há matéria a ser apreciada na 1ª Fase.

Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 14/2007, do Deputado Sargento Rodrigues e outros, que dá nova redação ao art. 273 da Constituição do Estado. A Comissão Especial opinou pela aprovação da proposta na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou. Emendado em Plenário, voltou a proposta à Comissão Especial, que opina pela rejeição do Substitutivo nº 2 e pela aprovação

do Substitutivo nº 3, que apresenta. A Presidência vai submeter a matéria à votação pelo processo nominal, de conformidade com o art. 260, inciso I, c/c os arts. 201 e 255, do Regimento Interno. A Presidência vai dar início ao processo de votação e, para tanto, solicita às Deputadas e aos Deputados que ocupem os seus lugares. Vem à Mesa requerimento do Deputado Lafayette de Andrada, solicitando a inversão da preferência na votação, de modo que o Substitutivo nº 2 seja apreciado em primeiro lugar. Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Délio Malheiros.

O Deputado Délio Malheiros - Sr. Presidente, Srs. Deputados e colegas desta Casa, ao analisar o projeto do Executivo, vislumbramos a mais absoluta justiça para com os Delegados de Polícia neste momento... Os Delegados de Polícia integram, de fato, a carreira jurídica deste Estado. Eles não têm jornada de trabalho e correm todo tipo de risco na atividade policial; portanto, não podem ficar recebendo salários tão baixos. A carreira jurídica é uma porta para que possam conquistar...

Sim, Sr. Presidente. O Substitutivo nº 2 tem uma redação mais apropriada, corrige um pequeno problema técnico na redação original da Proposta de Emenda à Constituição nº 14. Então, venho encaminhar favoravelmente pela votação do Substitutivo nº 2, em que pese a boa vontade parlamentar em aprimorar a proposição com o Substitutivo nº 3. Considero também que o projeto original merece os devidos reparos. Portanto, somos favoráveis ao requerimento para que o Substitutivo nº 2 seja apreciado em primeiro lugar.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Lafayette de Andrada.

O Deputado Lafayette de Andrada* - Sr. Presidente, serão somente 30 segundos. Quero apenas justificar o requerimento. Fui membro da Comissão Especial que apreciou a referida Proposta de Emenda à Constituição, presidida pelo Deputado Fahim Sawan, cujo relator foi o Deputado Ivair Nogueira.

De fato, o Substitutivo nº 3 foi aprovado pela Comissão com uma pequena impropriedade, verificada de plano. Em entendimentos com a categoria, eles optaram pelo Substitutivo nº 2, encabeçado pelo Deputado Adalclever Lopes. No entendimento de toda a categoria e nosso também, o Substitutivo nº 2 está com uma redação mais perfeita, que passarei a ler.

O § 4º passa ter a seguinte redação, de acordo com o Substitutivo nº 2, que será votado: "§ 4º - O cargo de Delegado da Polícia Civil, privativo de bacharel de Direito, integra, para todos os fins, as carreiras jurídicas do Estado". Esse é o texto para o qual fazemos o requerimento a fim de que seja votado em relação ao texto anterior. É só isso, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação da proposta, o Deputado Sargento Rodrigues.

O Deputado Sargento Rodrigues - Sr. Presidente, na verdade o encaminhamento é para externar aqui agradecimento e fazer resgate muito breve. É por isso que nem pedimos para discutir a matéria, para que não ficasse cansativo. O encaminhamento será feito em apenas 10 minutos, e a discussão levaria uma hora, caso utilizássemos todo o tempo. Primeiramente agradeço a presença de todos os Delegados de Polícia do nosso Estado, que hoje lotaram as galerias desta Casa. Agradeço, em nome de todos os Deputados desta Casa, a presença honrosa dos Delegados e das Delegadas da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais. É necessário, Sr. Presidente, fazer aqui resgate histórico dessa proposta. Na verdade, ela não nasceu da nossa imaginação enquanto primeiro signatário, mesmo porque contou com o apoio de diversos parlamentares desta Casa. Essa proposta nasceu do seminário "Segurança para Todos", no qual o Deputado Edson Rezende, naquela época da Bancada do PT, apresentou requerimento para que esse fórum técnico fosse realizado na Assembleia. Após o seminário, chegamos à votação que foi realizada neste Plenário. Anteriormente, percorremos seis cidades-polo do Estado e, na votação final, tivemos como segunda proposta mais votada a inserção dos Delegados de Polícia na carreira jurídica do nosso Estado. Na verdade, nesta noite estamos votando matéria e retornando os Delegados a este "status quo" jurídico que não deveria ter sido retirado no passado bem próximo, portanto estamos aqui o resgatando. A carreira jurídica estabelece algumas prerrogativas inerentes aos Delegados de Polícia, como outras carreiras jurídicas que existem no Estado.

É luta que estamos travando desde 2006. Registro, em nome do Sindpol-MG, nosso agradecimento na pessoa do seu ex-Presidente Delegado Danilo Pereira, que iniciou esta luta conosco e que, um ano depois, passou o bastão para o companheiro Dr. Edson, que também se fez presente aqui, nas galerias. É luta que estamos travando desde o final de 2006. Como o Deputado Edson Rezende não foi reeleito para o mandato, fiquei encarregado de fazer a apresentação da proposta, que é oriunda desse seminário. É importante que cada Deputada e cada Deputado tenham absoluta consciência de que o que votamos hoje é fruto de debate desta própria Casa, pois nasceu na Assembleia. Assim é proposta extremamente legítima dos representantes do povo de Minas Gerais. Então isso tem de ficar de forma pacífica na cabeça de cada parlamentar desta Casa. Registro ainda, na pessoa do representante do Sindpol, Sr. Antônio Marcos, Toninho Pipoco, e do seu Vice-Presidente Denilson Batista, que vieram também apoiar a proposta dos Delegados, que isso é muito importante, pois representa unidade dentro da Polícia Civil.

O sindicato dos Agentes e dos Escrivães está aqui também para compartilhar, além dos Delegados de Polícia e seus sindicatos. Registro e agradeço a presença desses Delegados e da nossa eterna e aguerrida companheira e ex-Deputada, hoje Vereadora, Elaine Matozinhos. Hoje ela não votará no painel, mas certamente dará seu voto de coração em defesa dos nossos Delegados e das nossas Delegadas de Polícia presentes.

Sr. Presidente Deputado Alberto Pinto Coelho, digo da minha satisfação de ter a oportunidade de, no Salão Nobre desta Casa, ainda no seu primeiro mandato, promulgar a Emenda à Constituição nº 77, que teve como iniciativa e primeiro signatário este Deputado, além de mais de 40 Deputados desta Casa. Foi longo percurso. Desde 2004 trabalhávamos na proposta e aprovamos a Emenda à Constituição nº 77, que reduziu o tempo para a aposentadoria de todos os policiais civis de Minas Gerais de 35 anos para 30 anos. Então, Sr. Presidente, pelas mãos de V. Exa., nós e todos os companheiros da Mesa, Deputados Weliton Prado, Doutor Viana, Hely Tarquínio e José Henrique, teremos oportunidade de promulgar nova emenda à Constituição; esta, sim, abrirá caminho para resgatar o respeito e a valorização dos Delegados e das Delegadas de Polícia do nosso Estado.

Nesta noite, Sr. Presidente, ocupamos esta tribuna com muita felicidade, muita satisfação e muito orgulho. Como tenho dito no Sindpol-MG, em várias reuniões, tivemos o apoio do Deputado Adalclever Lopes, que tem sido nosso companheiro na luta em defesa da Polícia Civil e foi o autor do Substitutivo nº 2, que aperfeiçoa e, neste momento, está sendo destacado e será votado a pedido do Chefe da Polícia Civil, Dr. Monteiro, e do Superintendente-Geral da Polícia Civil, Dr. Gustavo, que também se faz presente, acompanhando seus Delegados de Polícia. Sr. Presidente, não tenho procuração e não venho fazer a defesa de ninguém aqui, mas, pela unidade da integração das forças de segurança pública deste Estado, por mais de 15 vezes ocupei esta tribuna. Durante o governo Itamar Franco, defendi e continuarei defendendo a integração das forças de segurança pública neste Estado. Para que fique claro, quero aqui externar aos meus colegas, aos meus companheiros - na verdade não são colegas, mas companheiros, pois também sou policial, assim como os demais Delegados que aqui se encontram - o que, durante três reuniões que fizemos, com a presença de cinco Presidentes de entidades de classe, na sala do Comandante-Geral da Polícia Militar, no Comando da Polícia Militar, o Cel. Renato disse, em tom claro e firme. É importante que os Delegados de Polícia de todo o Estado que estão nos acompanhando saibam desses detalhes. Por duas vezes, reportei-me ao Dr. Monteiro e ao Dr. Gustavo. O Comandante-Geral da PM disse: "Não farei absolutamente nada para impedir que a Polícia Civil do Estado de Minas Gerais venha a percorrer seus caminhos e buscar sua valorização

profissional". Ele disse mais: que, de sua parte, ele não autorizava oficial algum da Polícia Militar a fazer qualquer tipo de manifestação ou obstáculo que retirasse a possibilidade de a Polícia Civil estar aqui, hoje, aprovando a Proposta de Emenda à Constituição nº 14, que trata da carreira jurídica. Trago essa informação aqui, até por dever, para que não haja dúvida alguma nem informações truncadas, pois estava presente o Presidente da Associação dos Oficiais, o Presidente do Clube dos Oficiais, o Presidente da Associação dos Praças, o Presidente do Clube de Cabos e Soldados e o Presidente da União dos Militares de Minas Gerais. Não estava somente este Deputado presente, havia mais pessoas na sala, e, por três vezes, ouvimos essas palavras.

Então, Sr. Presidente, feito o agradecimento às pessoas que nos ajudaram a construir isso - sabemos que temos a orientação de governo -, agradeço a todos os Deputados da base do governo, que manifestaram simpatia e votos favoráveis. Na pessoa do Líder do Bloco, Deputado Padre João, registro que ficou garantido que todos os Deputados da Oposição também votarão favoravelmente à Proposta de Emenda à Constituição nº 14. Sr. Presidente, por fim, agradeço aos meus companheiros e às companheiras Deputadas, pois certamente, na data de hoje, darão o primeiro passo em nome da justiça na carreira dos Delegados de Polícia de Minas Gerais. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Em votação, o Substitutivo nº 2.

- Registram "sim" os Deputados e as Deputadas:

Adalclever Lopes - Adelmo Carneiro Leão - Ademir Lucas - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Carlos Arantes - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Braulio Braz - Carlin Moura - Carlos Mosconi - Cecília Ferramenta - Célio Moreira - Délio Malheiros - Delvito Alves - Dilzon Melo - Dimas Fabiano - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Doutor Ronaldo - Doutor Viana - Duarte Bechir - Elmiro Nascimento - Fábio Avelar - Getúlio Neiva - Gil Pereira - Gláucia Brandão - Inácio Franco - Irani Barbosa - Ivair Nogueira - Jayro Lessa - João Leite - José Henrique - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Luiz Humberto Carneiro - Marcus Pestana - Mauri Torres - Padre João - Paulo Guedes - Pinduca Ferreira - Rômulo Veneroso - Ruy Muniz - Sargento Rodrigues - Sebastião Costa - Tenente Lúcio - Tiago Ulisses - Vanderlei Miranda - Walter Tosta - Weliton Prado - Zé Maia.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 52 Deputados. Não houve voto contrário. Está aprovado o Substitutivo nº 2. Com a aprovação do Substitutivo nº 2, ficam prejudicados os Substitutivos nºs 1 e 3. Está, portanto, aprovada, em 1º turno, a Proposta de Emenda à Constituição nº 14/2007 na forma do Substitutivo nº 2. À Comissão Especial.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.387/2010, do Governador do Estado, que reajusta os valores das tabelas de vencimento básico das carreiras do Poder Executivo que menciona e dá outras providências. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 a 9, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opinou pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 a 9, da Comissão de Justiça, e com as Emendas nºs 10 a 12, que apresentou. A Comissão de Fiscalização Financeira opinou pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 a 9, da Comissão de Justiça, e pela rejeição das Emendas nºs 10 a 12, da Comissão de Administração Pública. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Fiscalização Financeira, que opina pela rejeição das Emendas nºs 13 a 37. Vem à Mesa requerimento do Deputado Padre João solicitando a votação destacada das Emendas nºs 21, 24, 25 e 32. A Presidência defere o requerimento, de conformidade com o inciso XVII do art. 232 do Regimento Interno. Vem à Mesa requerimento do Deputado Tenente Lúcio solicitando a votação destacada da Emenda nº 30. A Presidência defere o requerimento, de conformidade com o inciso XVII do art. 232 do Regimento Interno. Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Padre João.

O Deputado Padre João - Sr. Presidente, nobres colegas Deputados e Deputadas, o encaminhamento que fazemos, como Líder do Bloco PT-PMDB-PCdoB, é favorável. Temos a consciência de que esse projeto tem um impacto na vida de mais de 1 milhão de servidores públicos. Embora o encaminhamento seja favorável, não podemos deixar de questionar o desrespeito do Governador para com esta Casa e, sobretudo, para com os servidores públicos do Estado de Minas Gerais, ao não permitir um aprofundamento na discussão desse projeto. Houve impacto positivo desse reajuste de 15% para a Polícia Civil e para a Polícia Militar e de 10% para a educação. Porém, Sr. Presidente, é preciso fazer para o servidor público o mesmo que acabamos de fazer para a Polícia Civil: a correção das tabelas salariais.

Tenho em mão um contracheque com o vencimento básico do auxiliar da Polícia Civil, que é de R\$383,67. Somos favoráveis ao projeto. Entendemos que é preferível pingar a faltar, ou seja, aprovar esses 10%, mas isso não garante a justiça ao servidor público do Estado de Minas Gerais. Nesse projeto, temos emendas destacadas em relação ao piso e aprofundaremos cada uma delas. Na verdade, o Governador está estabelecendo o teto da remuneração, e não o piso; está estabelecendo a remuneração máxima. Na Secretaria de Saúde, na Secretaria de Educação e na Secretaria de Defesa Social, temos carreiras em que o piso é de R\$319,00. É o início de carreira. Temos quinquênios, adicional de desempenho, tantas outras conquistas, que podemos chamar até mesmo de penduricalhos, porque não são garantidos para o pensionista nem para o aposentado. Vejam bem, quando as pessoas se aposentam, elas perdem. Isso porque, mesmo quando os servidores recebem uma complementação, como o pó de giz, a insalubridade e o adicional de desempenho, ao se aposentarem, que é o momento em que eles têm mais tempo, o momento em que gastam mais, a remuneração total acaba sendo achatada. Somos favoráveis ao projeto, pois não impediremos que recebam pelo menos esse pequeno aumento.

O Governador enviou a mensagem para cá num tempo curtíssimo, segunda-feira. A mensagem chegou a esta Casa há oito dias, foi publicada na terça-feira e, num único dia, foi apreciado um projeto tão importante. E ele é tão importante porque trata de pessoas, de quem é fundamental para o Estado - ou deveria ser tido como mais importante -, os servidores públicos. Porém, tem de ser discutido com esse impedimento, um prazo tão curto, oito dias. Na terça-feira, o projeto foi apreciado nas Comissões de Constituição e Justiça, de Administração Pública e de Fiscalização Financeira, impedindo o debate entre os Deputados, sobretudo o debate com os servidores públicos do Estado de Minas Gerais.

O Sr. Presidente - Em votação, o projeto, salvo emendas e destaques. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, as Emendas nºs 1 a 9. As Deputadas e os Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovadas.

O Deputado Weliton Prado - Sr. Presidente, peço verificação.

O Sr. Presidente - É regimental. A Presidência vai proceder à verificação de votação pelo processo eletrônico e, para tanto, solicita às Deputadas e aos Deputados que não registraram sua presença no painel que o façam neste momento. A Presidência solicita às Deputadas e aos Deputados que ocupem seus lugares e informa que terá computada a presença, para efeito de quórum, o Deputado que permanecer em Plenário e não registrar o seu voto.

- Procede-se à verificação de votação por meio do painel eletrônico.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 54 Deputados. Não houve voto contrário. Está, portanto, ratificada a aprovação das Emendas nºs 1 a 9. Em votação, a Emenda nº 10. As Deputadas e os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Rejeitada.

O Deputado Padre João - Verificação.

O Sr. Presidente - É regimental. A Presidência vai proceder à verificação de votação pelo processo eletrônico e, para tanto, solicita às Deputadas e aos Deputados que não registraram sua presença no painel que o façam neste momento. A Presidência solicita às Deputadas e aos Deputados que ocupem seus lugares e informa que terá computada a presença, para efeito de quórum, o Deputado que permanecer em Plenário e não registrar o seu voto.

- Procede-se à votação por meio do painel eletrônico.

O Deputado Carlos Mosconi - Sr. Presidente, gostaria de retificar o meu voto. O meu voto é "não".

O Sr. Presidente - Está retificado. Votaram "sim" 10 Deputados. Votaram "não" 43 Deputados. Está, portanto, ratificada a rejeição da Emenda nº 10. Votação da Emenda nº 11.

Questão de Ordem

O Deputado Weliton Prado - Gostaria que fosse feita a leitura da emenda.

O Sr. Presidente - É regimental. A Presidência solicita ao Sr. Secretário que proceda à leitura da Emenda nº 11.

O Sr. Secretário (Deputado Domingos Sávio) - (- Lê a Emenda nº 11, que foi publicada na edição do dia 25/3/2010).

O Deputado Weliton Prado - De quem é a emenda?

O Sr. Secretário - Da Comissão de Administração Pública.

O Sr. Presidente - Em votação, a Emenda nº 11. As Deputadas e os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Rejeitada. Votação da Emenda nº 12.

Questão de Ordem

O Deputado Weliton Prado - Gostaria que fosse feita a leitura da emenda.

O Sr. Presidente - É regimental. A Presidência solicita ao Sr. Secretário que proceda à leitura da Emenda nº 12.

O Sr. Secretário (Deputado Getúlio Neiva) - (- Lê a Emenda nº 12, que foi publicada na edição do dia 25/3/2010).

O Sr. Presidente - Em votação, a Emenda nº 12. As Deputadas e os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Rejeitada.

O Deputado Weliton Prado - Verificação.

O Sr. Presidente - É regimental. A Presidência vai proceder à verificação de votação pelo processo eletrônico e, para tanto, solicita às Deputadas e aos Deputados que não registraram sua presença no painel que o façam neste momento. A Presidência solicita às Deputadas e aos Deputados que ocupem seus lugares e informa que terá computada a presença, para efeito de quórum, o Deputado que permanecer em Plenário e não registrar o seu voto.

- Procede-se à verificação de votação por meio do painel eletrônico.

O Deputado Delvito Alves - Sr. Presidente, gostaria de retificar meu voto: é "não".

O Sr. Presidente - Está retificado. Votaram "sim" 14 Deputados. Votaram "não" 41 Deputados. Está, portanto, ratificada a rejeição da Emenda nº 12. Em votação, as Emendas nºs 13 a 20, 22, 23, 26 a 31 e 33 a 37. As Deputadas e os Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.). Rejeitadas.

O Deputado Weliton Prado - Verificação, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - É regimental. A Presidência vai proceder à verificação de votação pelo processo eletrônico e, para tanto, solicita às Deputadas e aos Deputados que não registraram sua presença no painel que o façam neste momento. A Presidência solicita às Deputadas e aos Deputados que ocupem seus lugares e informa que terá computada a presença, para efeito de quórum, o Deputado que permanecer em Plenário e não registrar o seu voto.

- Procede-se à verificação de votação por meio do painel eletrônico.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 14 Deputados. Votaram "não" 41 Deputados. Está, portanto, ratificada a rejeição das Emendas nºs 13 a 20, 22, 23, 26 a 31 e 33 a 37. Votação da Emenda nº 21.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Weliton Prado.

O Deputado Weliton Prado* - Boa noite a todos. Quero encaminhar favoravelmente à aprovação da Emenda nº 21, que vem fazer justiça aos servidores da educação e cumprir a legislação federal, a Lei nº 11.738, de 16/7/2008, que diz o seguinte: "O Estado deverá implementar, a partir de 1º/1/2010, o piso salarial dos profissionais da educação". Infelizmente nosso Estado não cumpre a legislação, por isso é muito importante a aprovação dessa emenda. Vemos um professor receber menos de um salário mínimo, o que é muita injustiça. O professor das séries iniciais tem piso salarial de R\$336,00. Isso é brincadeira. O Orçamento do Estado saltou de R\$17.000.000.000,00 para R\$40.000.000.000,00. Sem dó algum, este Estado gasta mais de R\$2.000.000.000,00 para construir o Centro Administrativo, o que daria dignidade ao conjunto dos servidores públicos de Minas Gerais.

Aliás, daria não só para implementar o piso, mas para valorizar de verdade os professores e o conjunto dos servidores públicos. Aprovamos a Proposta de Emenda à Constituição nº 14. Não queríamos aprovar só a valorização da carreira jurídica dos Delegados, mas a equiparação, a isonomia. Atualmente, no final do mês, um Delegado recebe no contracheque menos que o que paga de Imposto de Renda um Promotor. E ele trabalha debaixo de sol e de chuva. Poderíamos estar votando aqui a isonomia salarial. Realmente, essa é uma emenda muito importante, que vem fazer justiça aos servidores da educação. Não consigo imaginar a não aprovação dessa emenda, descumprindo a lei federal. Como disseram alguns Deputados, é bom para uma parte. Quando é bom para o governo, aprova-se tudo, é constitucional, é legal, não há problema algum. No entanto, quando é para atender aos interesses sociais da categoria, que contribui tanto para o desenvolvimento do Estado, aí não pode, aí tem problema. Então o parecer tem dois lados: quando é para atender aos interesses do governo, é favorável, mas, quando é para atender aos interesses dos servidores, infelizmente não pode, é inconstitucional, é ilegal. Realmente essa emenda faz justiça aos servidores da educação. Apresentamos mais de 14 emendas relativas ao cumprimento, por parte do governo, das promessas que fez, que era garantir aos servidores públicos de Minas Gerais uma das melhores remunerações de todos os Estados da Federação. Mas hoje isso não é realidade. Ele também prometeu para a segurança pública, em 2007 - está aqui o Denílson Martins -, garantiu...

Finalizando, para que possamos cumprir realmente a promessa do governo, que é garantir, ao final do governo, uma das melhores remunerações do País, o reajuste dos policiais teria de ser de 41%, no mínimo, e 25% de periculosidade, e ainda implementar o piso dos servidores da educação.

O Sr. Presidente - Em votação, a Emenda nº 21. As Deputadas e os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Rejeitada.

O Deputado Weliton Prado - Verificação.

O Sr. Presidente - É regimental. A Presidência vai proceder à verificação de votação pelo processo eletrônico e, para tanto, solicita às Deputadas e aos Deputados que não registraram sua presença no painel que o façam neste momento. A Presidência solicita às Deputadas e aos Deputados que ocupem seus lugares e informa que terá computada a presença, para efeito de quórum, o Deputado que permanecer em Plenário e não registrar o seu voto.

- Procede-se à verificação de votação por meio do painel eletrônico.

O Deputado Carlos Mosconi - Sr. Presidente, meu voto não foi registrado. Meu voto é "não".

O Sr. Presidente - Está computado. Votaram "sim" 14 Deputados. Votaram "não" 38 Deputados. Está, portanto, ratificada a rejeição da Emenda nº 21. Votação da Emenda nº 24. Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Padre João.

O Deputado Padre João - Essa emenda estende o reajuste de 15% a todas as carreiras e é retroativa a 1º de janeiro. Essa foi a mensagem que o Governador mandou para esta Casa. O que vale para algumas carreiras também vale para todas. O que foi propagandeado é que era um reajuste linear para todos. Isso é o que foi divulgado pela imprensa. Mas, quando vamos analisar cada mensagem, não é essa a verdade, não é essa a realidade.

Então, o nosso encaminhamento é favorável, pois entendemos que é justo tanto estender os 15% a todos quanto a retroatividade a 1º de janeiro. Trata-se de uma forma de aprimorarmos o projeto. Na verdade, é a pequena margem que está sendo concedida a esta Casa para melhorá-lo. Essa tática do Governador de enviar projetos de grande relevância para que sejam apreciados em menos de oito dias serve tanto para prejudicar a atuação da Oposição quanto como tentativa de desmoralizar o movimento sindical e as entidades que representam as carreiras e as categorias.

Dessa forma, como Líder do Bloco PT-PMDB-PCdoB, conto com o apoio de todos os Deputados a fim de garantir a justiça para os servidores públicos. Como destacado aqui pelo próprio Deputado Weliton Prado na outra emenda, é uma vergonha a remuneração total da educação, da saúde, da defesa social, sobretudo do administrativo, estar abaixo do salário mínimo em Minas Gerais. São várias carreiras. Como destacado pelos próprios Delegados, às vezes é a pior em relação aos outros Estados. Um Estado tão rico e que possui grande arrecadação, mas que trata tão mal os servidores. Quando se trata da valorização do servidor, ela começa com uma justa remuneração, garantindo também condições dignas de trabalho.

Aproveito, neste segundo final, para cumprimentar todos os Delegados pela luta e por estarem aqui, com essa grande conquista. Oxalá todos os servidores também tenham essa conquista, que é oriunda da luta, da organização e da mobilização. Parabéns por estarem aqui!

O Sr. Presidente - Em votação, a Emenda nº 24. As Deputadas e os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Rejeitada.

O Deputado Carlin Moura - Verificação de votação, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - É regimental. A Presidência vai proceder à verificação de votação pelo processo eletrônico e, para tanto, solicita às Deputadas e aos Deputados que não registraram sua presença no painel que o façam neste momento. A Presidência solicita às Deputadas e aos Deputados que ocupem seus lugares e informa que terá computada a presença, para efeito de quórum, o Deputado que permanecer em Plenário e não registrar o seu voto.

- Procede-se à verificação de votação por meio do painel eletrônico.

O Deputado Paulo Guedes - Sr. Presidente, peça a V. Exa. que registre o meu voto. O meu voto é "sim".

O Sr. Presidente - Está computado o voto do Deputado Paulo Guedes. Votaram "sim" 16 Deputados. Votaram "não" 35 Deputados. Está, portanto, ratificada a rejeição da Emenda nº 24. Votação da Emenda nº 25. Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Carlin Moura.

O Deputado Carlin Moura* - Sr. Presidente, a Emenda nº 25 é uma preocupação que o Bloco PT-PMDB-PCdoB teve de forma muito especial com os servidores que são auxiliares administrativos. Nesse caso específico, estamos propondo um piso sobre o vencimento básico para os auxiliares administrativos da educação. E por que, Sr. Presidente? Há casos de trabalhadores da educação em Minas Gerais que têm vencimento básico menor que o salário mínimo. São auxiliares que recebem o vencimento básico inferior ao salário mínimo. Então, nessa emenda, propomos um piso sobre o vencimento básico de R\$772,00, para a jornada de 30 horas, e um piso de R\$887,00 sobre o vencimento básico, para uma jornada de 40 horas.

Ressalto que traz enormes prejuízos a forma como o governo tem proposto o piso remuneratório - sobre a remuneração -, especialmente para aqueles servidores que já têm mais tempo de casa, porque os quinquênios, anuênios e abonos pessoais que o servidor conquista acabam sendo utilizados para efeito do cálculo do teto remuneratório. Pode acontecer de algum servidor com 10 ou 15 anos de casa receber menos que um servidor que entrou há um ou dois anos. Isso é uma verdadeira injustiça para com a carreira do servidor público.

Portanto, Sr. Presidente, propomos esse piso também para os auxiliares administrativos da educação. Vale registrar, Sr. Presidente - não é o caso aqui -, que há auxiliares administrativos da Polícia Civil que também recebem o vencimento básico inferior a um salário mínimo. Estamos felizes pela inclusão dos Delegados de Polícia na carreira jurídica, porque é fundamental valorizar essa importante carreira, mas temos também de valorizar os auxiliares administrativos.

Assim, encaminhamos favoravelmente a aprovação do piso para os auxiliares da educação, porque sem eles, os mais humildes, aqueles que pegam a parte mais pesada do serviço público, sem a devida valorização desse servidor, não teremos um Estado verdadeiramente eficiente para prestar um serviço de qualidade ao servidor público. Votar contra o piso para a educação é votar contra o interesse público. Então, conclamamos os Deputados e as Deputadas a votarem favoravelmente à Emenda nº 25.

O Sr. Presidente - Em votação, a Emenda nº 25. As Deputadas e os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Rejeitada.

O Deputado Weliton Prado - Verificação, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - É regimental. A Presidência vai proceder à verificação de votação pelo processo eletrônico e, para tanto, solicita às Deputadas e aos Deputados que não registraram sua presença no painel que o façam neste momento. A Presidência solicita às Deputadas e aos Deputados que ocupem seus lugares e informa que terá computada a presença, para efeito de quórum, o Deputado que permanecer em Plenário e não registrar o seu voto.

- Procede-se à verificação de votação por meio do painel eletrônico.

O Deputado Fábio Avelar - Sr. Presidente, quero retificar meu voto, por favor: "não".

O Deputado Paulo Guedes - Registre o meu voto: "sim".

O Sr. Presidente - Estão computados. Votaram "sim" 16 Deputados. Votaram "não" 34 Deputados. Está, portanto, ratificada a rejeição da Emenda nº 25. Votação da Emenda nº 30. Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Sargento Rodrigues.

O Deputado Sargento Rodrigues - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, primeiramente farei a leitura da Emenda nº 30, para que minhas colegas Deputadas e meus colegas Deputados tomem conhecimento de seu teor: "Emenda nº 30 ao Projeto de Lei nº 4.387. Acrescente-se ao art. 2º o seguinte parágrafo único". O art. 2º compreende as carreiras da Defesa Social, ou seja, Agentes Penitenciários, policiais civis, policiais militares e Bombeiros Militares. "Parágrafo único - Fica o Poder Executivo autorizado a conceder a gratificação por atividade de risco aos servidores de que trata esse artigo".

Sr. Presidente, apresentamos essa emenda porque não esbarra, primeiro, no vício de iniciativa, pois é autorizativa; segundo, porque não tem impacto financeiro, pois estamos apenas autorizando o governo a conceder a gratificação por atividade de risco. A partir do momento em que essa emenda for aprovada, fica a critério do governo estabelecer qual será o índice que ele aplicará. Agimos dessa forma para não utilizarem o argumento de que os Deputados não poderiam fazer essa emenda por causar impacto financeiro ou por conter vício de iniciativa. Portanto, foi assim que procedemos na Comissão de Fiscalização. Apenas para que os senhores e as senhoras tomem conhecimento, quando lutamos pelo abono dos inativos no final de 2008, o governo mandou a esta Casa proposição de lei que se transformou na Lei nº 17.953, e o Governador solicitou, em seu primeiro artigo, o seguinte: "Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a conceder o abono a ser pago, em um ano, aos inativos civis e militares, na folha de pagamento do mês de dezembro de 2008, nos seguintes valores...". Ou seja, o texto foi copiado exatamente para não esbarrarmos no vício de iniciativa. Por isso, peço aos nossos colegas Deputados que votem favoravelmente à emenda, porque ela não trará embaraço algum ao governo. Ela simplesmente fará justiça e dará autorização. Isto é, delegará poder ao Governador para que ele faça, inclusive por decreto, a concessão do adicional de periculosidade, cujo termo técnico correspondente é "gratificação por atividade de risco". Portanto, conto com o apoio principalmente dos Deputados da base do governo e também dos Deputados que compõem a Oposição desta Casa - Bloco PT-PCdoB-PMDB. A emenda é justa; por isso, não podemos encerrar este governo sem a compreensão de que esses servidores merecem, por justiça, receber o adicional de periculosidade. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - Em votação, a Emenda nº 30. As Deputadas e os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Rejeitada.

O Deputado Weliton Prado - Sr. Presidente, solicito verificação de votação.

O Sr. Presidente - É regimental. A Presidência vai proceder à verificação de votação pelo processo eletrônico e, para tanto, solicita às Deputadas e aos Deputados que não registraram sua presença no painel que o façam neste momento. A Presidência solicita às Deputadas e aos Deputados que ocupem seus lugares e informa que terá computada a presença, para efeito de quórum, o Deputado que permanecer em Plenário e não registrar o seu voto.

- Procede-se à verificação de votação por meio do painel eletrônico.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 14 Deputados. Votaram "não" 34 Deputados. Está, portanto, ratificada a rejeição da Emenda nº 30. Votação da Emenda nº 32. Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Adelmo Carneiro Leão.

O Deputado Adelmo Carneiro Leão - Sras. Deputadas e Srs. Deputados, permitam-me cumprimentar as Delegadas e os Delegados, os servidores da Polícia Civil, meus amigos companheiros e companheiras da saúde presentes. Essa emenda é muito simples, objetiva e procura estabelecer isonomia de tratamento entre os servidores da saúde da Fundação Hemominas. Isso é fundamental para a manutenção da estrutura dos serviços de urgência e de emergência, pois os salários estão profundamente defasados. Há evasão principalmente dos profissionais mais qualificados; há altíssima rotatividade, de grande intensidade, o que está reduzindo demais os quadros da Hemominas. Hoje, se houver demanda maior por consumo de sangue ou falha de coleta por três ou quatro dias, poderemos ficar em situação de inadimplência. A propaganda demonstra que uma doação pode salvar duas ou três vidas. Ora, neste momento em que buscamos aproximar as relações salariais, não há justificativa para manter os trabalhadores da Hemominas como são mantidos hoje, com salários absolutamente defasados, que não motivam e não garantem a manutenção dos servidores nessa casa. Portanto, peço aos meus colegas Deputados e Deputadas que, em ato de justiça, confirmem aos servidores da Hemominas as mesmas condições salariais daqueles da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais. É esse o pedido que faço, considerando que hoje os recursos disponíveis ou definidos constitucionalmente para o atendimento das

demandas da saúde são amplamente disponíveis, de acordo com a Emenda à Constituição nº 29, e absolutamente suficientes para atender as demandas desses servidores da saúde. Deputadas e Deputados, peço o apoio de vocês para garantirmos melhor remuneração aos servidores da Fundação Hemominas do Estado de Minas Gerais. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Em votação, a Emenda nº 32. As Deputadas e os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Rejeitada.

O Deputado Carlin Moura - Sr. Presidente, solicito verificação de votação.

O Sr. Presidente - É regimental. A Presidência vai proceder à verificação de votação pelo processo eletrônico e, para tanto, solicita às Deputadas e aos Deputados que não registraram sua presença no painel que o façam neste momento. A Presidência solicita às Deputadas e aos Deputados que ocupem seus lugares e informa que terá computada a presença, para efeito de quórum, o Deputado que permanecer em Plenário e não registrar o seu voto.

- Procede-se à verificação de votação por meio do painel eletrônico.

O Sr. Presidente - Votaram "sim" 11 Deputados. Votaram "não" 35 Deputados. Houve 1 voto em branco. Está, portanto, ratificada a rejeição da Emenda nº 32. Está, portanto, aprovado, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 4.387/2010 com as Emendas nºs 1 a 9. À Comissão de Fiscalização Financeira.

Suspensão da Reunião

O Sr. Presidente - A Presidência vai suspender a reunião por 1 minuto para entendimentos entre as Lideranças sobre a apreciação das matérias constantes na pauta. Estão suspensos os nossos trabalhos.

Reabertura da Reunião

O Sr. Presidente - Estão reabertos os trabalhos. Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.752/2008, do Governador do Estado, que reajusta os valores da tabela de vencimento básico dos cargos de Procurador do Estado. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. Em discussão, o projeto. Com a palavra, para discutir, o Deputado Weliton Prado.

O Deputado Weliton Prado* - Sr. Presidente, serei breve. Gostaria apenas de dizer que nós, do Bloco PT-PMDB-PCdoB, votaremos favoravelmente ao Projeto de Lei nº 2.752/2008, que reajusta os valores da tabela de vencimento básico dos cargos de Procurador do Estado, mas deixaremos aqui o nosso protesto, pois gostaríamos que fosse respeitado o princípio da isonomia. O mesmo tratamento dado aos membros do Ministério Público deveria ser dado aos policiais civis, aos Agentes Administrativos, aos professores, aos Agentes Penitenciários, ao conjunto dos servidores. Esse projeto garante o reajuste do vencimento retroativo ao dia 1º de janeiro deste ano. A nossa luta é para que realmente esse valor retroativo atinja todas as categorias, pois não podemos tratar de forma diferente os servidores, principalmente aqueles que recebem menos. Se isso pode para uns, por que não pode para todos? Por que o reajuste não será reatrativo aos policiais militares, aos policiais civis, aos Agentes Administrativos e aos servidores da educação? Poderíamos fazer justiça ao conjunto dos servidores. Fica aqui essa indagação. Votaremos favoravelmente ao projeto, mas deixamos o nosso protesto.

O Sr. Presidente - Não há outros oradores inscritos.

- Vem à Mesa:

Emenda nº 1 ao Projeto de Lei nº 2.752/2008

Substitua-se o § 9º do art. 1º da Lei nº 18.017, de 2009, a que se refere o art. 2º do Substitutivo nº 1, pelos seguintes §§ 9º e 10:

"Art. 2º - (...)

"Art 1º - (...)

§ 9º - Estende-se aos integrantes da carreira de Advogado Autárquico, a que se refere o inciso II do art. 1º da Lei complementar nº 81, de 2004, em efetivo exercício, o direito a percepção da gratificação a que se refere o "caput", sempre que o valor bruto dos honorários rateados entre os membros da carreira for inferior a 80% (oitenta por cento) do valor da média estabelecida na forma do §1º para os Procuradores do Estado, em valor correspondente à quantia necessária para atingir esse percentual.

§ 10 - Aplicam-se à gratificação a que se refere o §9º as normas estabelecidas para a GCP devida aos Procuradores do Estado."."

Sala das Reuniões, 29 de março de 2010.

Neider Moreira - Lafayette de Andrada.

Justificação: Esta emenda tem por objetivo aprimorar a redação dos dispositivos referentes à extensão da Gratificação Complementar de Produtividade - GCP - aos Advogados Autárquicos. Tal gratificação já é paga aos Procuradores do Estado, nos termos da Lei nº 18.017, de 2009. A redação proposta por meio de mensagem do Governador não deixou clara a forma de cálculo da gratificação devida aos Advogados Autárquicos, motivo pelo qual apresentamos esta emenda.

O Sr. Presidente - Encerra-se a discussão. A Presidência informa ao Plenário que, no decorrer da discussão, foi apresentada ao projeto uma emenda dos Deputados Neider Moreira e Lafayette de Andrada, que recebeu o nº 1, e que, nos termos do § 4º do art. 189 do Regimento Interno, a emenda será submetida a votação independentemente de parecer. Informa ainda que o substitutivo encaminhado pelo Governador do Estado, por meio da Mensagem nº 482/2010, publicada em 24/3/2010, foi incorporado ao parecer da Comissão de Fiscalização Financeira e será arquivado, nos termos do inciso IV do art. 180 do Regimento Interno. Em votação, o Substitutivo nº 1, salvo emenda. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, a Emenda nº 1. As Deputadas e os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 2.752/2008

na forma do Substitutivo nº 1, com a Emenda nº 1. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.147/2010, do Tribunal de Contas, que modifica as Leis nºs 12.974, de 28/7/98, e 13.770, de 6/12/2000, que altera o plano de carreira dos servidores efetivos do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e dá outras providências. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Padre João.

O Deputado Padre João - Cumprimento esta Casa pela correção da proposta inicial de 17% para o Tribunal de Contas. Se o Tribunal de Contas é, de certa forma, auxiliar desta Casa, não ficaria bem garantirmos reajuste para os servidores da Casa de 10% e reajuste de 17,5% para os do Tribunal de Contas. Esta Casa corrigiu o percentual de reajuste do Tribunal, e cumprimento seus Deputados por esta postura coerente e justa. O reajuste a maior é merecido tanto pelos funcionários do Tribunal de Contas quanto pelos desta Casa, mas, uma vez que, pelos estudos que nos foram apresentados, o reajuste possível foi o de 10%, encaminhamos favoravelmente à garantia do referido reajuste para os servidores do Tribunal de Contas, equiparando-o com o dos funcionários desta Casa, por meio de resolução da Mesa, com o apoio de todos os Deputados.

O Sr. Presidente - Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 4.147/2010 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.384/2010, do Procurador-Geral de Justiça, que cria cargos no Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, dispõe sobre a revisão de vencimentos e dá outras providências. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 4.384/2010 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.386/2010, do Governador do Estado, que reajusta o subsídio dos membros da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais e dá outras providências. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Adelmo Carneiro Leão.

O Deputado Adelmo Carneiro Leão - Sr. Presidente, Srs. Deputados, a votação que hoje fazemos sela uma das conquistas mais importantes da luta dos trabalhadores. Os Defensores Públicos do Estado de Minas Gerais, não faz muito tempo, viviam situação de penúria, de quase abandono, cumprindo uma das funções mais nobres, mais sagradas, que é a defesa do direito principalmente dos mais pobres, dos mais humildes. Parabenizo as Defensoras e os Defensores Públicos pela luta, pela capacidade que tiveram de, organizadamente, atuar permanentemente junto aos parlamentares, sensibilizando-os, assim como o próprio governo, para chegarmos ao resultado de hoje.

As Defensoras e os Defensores Públicos estão recebendo um reajuste salarial absolutamente legítimo e ainda aquém do que deveriam ter, se tratarmos da semelhança entre os Defensores Públicos e os Promotores de Justiça. Que diferenças importantes existem entre o Promotor de Justiça e o Defensor Público do ponto de vista da responsabilidade, do compromisso com a justiça, da luta, do conhecimento e da dedicação a uma causa tão importante na defesa e na promoção da justiça no nosso país? Assim, estamos assistindo à aproximação dos Defensores Públicos com os Promotores de Justiça do Estado de Minas Gerais.

Somos inteiramente favoráveis a essa proposição, em função do que se fez nesta Assembleia Legislativa, do encaminhamento e da recusa dos parlamentares em aprofundarem a discussão, da análise mais detalhada das ofertas de reajuste salarial apresentadas. Estamos assistindo, hoje, à Assembleia Legislativa, pelo seu comportamento, conduzindo um processo em relação a determinadas categorias. A injustiça salarial aprofunda-se no Estado de Minas Gerais.

Perguntava agora mesmo quanto ganha um policial em Minas Gerais. Pouco mais de R\$1.000,00 quando ingressa na carreira. É muito? Lógico que não, e talvez ainda seja muito menos que merece e que deveria receber um policial no Estado de Minas Gerais. Mas não é hora de começarmos a discutir as relações salariais neste Estado e perguntarmos quanto vale um profissional de saúde, sendo este um dos Estados que menos cumpre a Constituição brasileira, do ponto de vista da aplicação dos recursos do setor de saúde ou da determinação constitucional, estabelecida no art. 196, de que o Estado tem de prover as condições necessárias para o pleno atendimento da saúde como direito fundamental da pessoa humana? Estamos assistindo a isso e vendo que este é um dos Estados em que o salário dos profissionais de saúde é dos mais baixos. As relações salariais são injustas.

Se analisarmos a situação dos professores e das professoras do Estado de Minas Gerais, que batalham e lutam, insistente, cotidiana e bravamente, por melhores condições de ensino e de educação no nosso Estado, verificaremos que, em quase todas as variáveis, a questão da educação não é considerada uma prioridade por parte dos governos e do governo que está aí. Se quisermos construir - e queremos construir - um Estado de desenvolvimento, de prosperidade e de justiça, pode um professor valer, custar menos, Deputada, que um policial? O que fizemos aqui? Qual foi a nossa luta? Qual foi o nosso trabalho? Aplaudirmos o aumento salarial dos Defensores Públicos e nos contentarmos com ele não é mérito desta Casa. Seria um mérito desta Casa se estivéssemos instituindo, hoje, relações salariais justas. Permitir que alguém que ganha menos tenha de trabalhar, neste Estado, durante 5, 8 ou 10 anos para receber a mesma quantia que outro servidor do Estado recebe num mês apenas é absolutamente afrontoso ao Estado Democrático, ao Estado de Direito, ao Estado de justiça.

Por isso, Sr. Presidente, aqui venho para aprovar, para parabenizar as Defensoras e os Defensores Públicos do Estado de Minas Gerais. Os Defensores Públicos sabem quais e quantos fomos nós que lutamos para valorizar a Defensoria. Quero aqui dizer aos Delegados e às Delegadas de Polícia que sabem quantos e quais Deputados estiveram com eles durante todos os momentos de sua luta. Mas a luta não pode terminar com a vitória de vocês, Defensoras e Defensores Públicos. A luta salarial neste Estado não pode encerrar-se com o eventual ganho que terão, em razão do merecimento e da luta que travaram. A luta só será vitoriosa no momento em que tivermos um Estado responsável, comprometido com o interesse de todos os servidores públicos. Encaminho favoravelmente à votação e à aprovação da proposição que trata da melhoria da qualidade dos salários dos Defensores Públicos e, mais ainda, digo que só os salários das Defensoras e dos Defensores ainda não serão suficientes para dar-lhes plenas condições de fazer justiça e de defender a justiça.

Agora mesmo, conversando com uma Defensora Pública, eu dizia que é imprescindível que olhem para os pobres que estão presos, muitas vezes injustamente, pelo fato de suas penas estarem vencidas. Não os deixem mofo nas cadeias deste Estado. Esse é o apelo que faço a todos os Defensores Públicos. Olhem para a justiça e façam justiça principalmente para aqueles que mais precisam e que estão em situação de risco ou desamparados. Queremos ver a justiça prevalecer no nosso Estado.

Venho aqui para dizer que, durante todos os momentos, em cada passo que foi dado para fortalecer a Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, eu estava do lado dos Defensores e assim quero continuar, para que um dia, com a cabeça erguida e com o coração aquecido pela justiça, digamos que a situação do nosso Estado está melhor do que a que vivenciamos hoje e no passado. Parabéns às Defensoras e aos Defensores Públicos. Vamos seguir em frente, porque este Estado está muito aquém do que pode oferecer ao nosso povo, em termos de justiça. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Délio Malheiros.

O Deputado Délio Malheiros - Sr. Presidente, Srs. Deputados, colegas nesta Casa, o que esta Assembleia Legislativa de Minas aprovou hoje, no que diz respeito ao reajuste dos subsídios dos Defensores Públicos, foi pedido de justiça. Esses abnegados profissionais do direito dedicam sua atuação, no dia a dia, a facilitar o acesso ao Judiciário àqueles que não podem pagar advogado. Realmente trilhamos o caminho da verdadeira justiça. Minas Gerais possui 853 Municípios, e há enorme carência de Defensores Públicos por todos os rincões deste Estado, especialmente no Norte. No caso do Vale do Jequitinhonha, são mais de 30 Municípios que não contam com um Defensor Público, restando prejudicada a cidadania, o acesso do cidadão ao Poder Judiciário e o direito do consumidor, porque não veem ali ajuizada a ação civil pública, que poderia ser manejada pela Defensoria Pública. O que esta Casa aprova, no dia de hoje, não é a remuneração que merecem, mas, sim, remuneração muito aquém daquela a que os Defensores teriam direito, até mesmo pelo relevante serviço que prestam a este Estado.

Chamo a atenção para os salários de outras carreiras, tão similares às da Defensoria Pública e até do Ministério Público, que estão muito aquém do que deveriam ser. Estou falando dos Delegados de Polícia. Não é razoável que um Delegado de Polícia receba algo em torno de R\$4.500,00 por mês, sem jornada de trabalho definida e com diuturno risco de morte, não só para si mas também para seus familiares. Hoje a Assembleia de Minas aprovou a inclusão dos Delegados de Polícia na chamada carreira jurídica. É um passo largo rumo à melhoria salarial, à tão esperada melhoria dos vencimentos dos Delegados de Polícia. São pessoas que dedicam a vida a proteger a população. Em Minas Gerais, houve drástica redução dos índices de criminalidade. Não fossem os Delegados de Polícia, não fosse a Polícia Militar, com sua gloriosa Corporação, não fossem os serviços auxiliares e aqueles que trabalham em sua administração, não atingiríamos o êxito que alcançamos no governo Aécio Neves, em que a redução da criminalidade encontrou o apoio da população. Ela foi destacada no cenário nacional, porque nenhum Estado teve uma redução tão elevada quanto o Estado de Minas, no que diz respeito à violência e à criminalidade.

Portanto, Sr. Presidente, o reconhecimento do seu trabalho, com a consequente melhoria das condições salariais, creio eu, veio em boa hora, veio atender aos anseios da classe. Evidentemente não será um reajuste imediato, mas ao longo de três anos. Porém, já é um largo passo para se encontrar a verdadeira justiça salarial no que diz respeito aos Defensores. Entendo que o Governador Aécio Neves tem procurado melhorar as condições salariais de todos aqueles que são hoje servidores da administração pública estadual. Faltam recursos para atender a todas as demandas. Mas, no caso dos Defensores Públicos, veio um reajuste que vai atender a um mínimo de dignidade que merecem esses profissionais. Reitero que os Delegados de Polícia precisam urgentemente de uma melhoria nas suas condições salariais. E tenho certeza de que isso virá agora, com a inclusão da classe de Delegado de Polícia na carreira jurídica do Estado de Minas Gerais. Vamos esperar e vamos cobrar. Conforme demonstramos hoje, todas as emendas de interesse dos servidores públicos estaduais foram votadas favoravelmente. Os projetos de aumento dos servidores receberam o integral apoio deste Deputado e da Bancada do Partido Verde. Creio que demos uma colaboração para melhorar as condições dos servidores públicos civis e militares, da ativa e dos aposentados do Estado. Tive o cuidado de verificar, cuidadosamente, se, no projeto de aumento do governo, os aposentados do Ipsemg estavam sendo acolhidos. Ele foi extensivo aos servidores inativos, o que nos deu tranquilidade para votar favoravelmente a esse projeto, que não foi aquilo que os servidores esperavam e merecem, mas que foi possível do ponto de vista das finanças do Estado de Minas Gerais. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 4.386/2010 na forma do vencido em 1º turno. À Comissão de Redação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.390/2010, da Mesa da Assembleia, que altera o valor do índice básico dos vencimentos dos servidores da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do projeto. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Em votação, o projeto. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À Comissão de Redação.

Declarações de Voto

O Deputado Weliton Prado - Sr. Presidente, Srs. Deputados, gostaria de saudar os presentes e de dizer que votamos favoravelmente a vários projetos nesta Casa. Votamos favoravelmente, mas infelizmente fica a nossa indignação, porque esses projetos foram mandados a esta Casa a toque de caixa, na última hora, sem ouvir o conjunto dos servidores públicos e ainda não atende a suas necessidades. É muita injustiça, porque trata, de forma diferenciada, os servidores. Falo que é o governo Mister M, que dá com uma mão e tira com as duas. No caso da educação, não se implementa o piso nacional de educação. Apresentamos a emenda nesse sentido, mas infelizmente foi rejeitada. O governo criou piso remuneratório, e haverá o desconto da VTI. Então, em alguns casos, em vez de aumentar, os salários dos servidores serão reduzidos. É grande injustiça. Apresentamos a emenda para que fosse cumprido o princípio da isonomia. Se os servidores ligados a alguns órgãos do Estado que ganham mais tiveram aumento retroativo a 1º de janeiro, por que os servidores da educação, os policiais militares, os bombeiros, os Agentes Penitenciários, os servidores do Ipsemg, enfim, o conjunto dos servidores públicos não tem esse mesmo direito? É grande injustiça. Para alguns, pode, não há problema; para outros, não pode nada. Então apresentamos as emendas para fazer justiça, mas infelizmente não foram aprovadas. A outra emenda que apresentamos era para que o governo cumprisse sua palavra, porque palavra empenhada tem de ser honrada e cumprida. Não precisava prometer, mas, se prometeu, tem de cumprir, tem de honrar a palavra. E o Governador prometeu que, até o final do seu governo, o que será depois de amanhã, os servidores públicos de Minas Gerais receberiam um dos melhores salários do País. Infelizmente, o governo de Minas paga salário de fome para os servidores. Os servidores de Minas têm um dos salários mais baixos de todo o País. Há servidor que trabalha há mais de 20 anos no Estado - falo e provo - cujo salário-base é de R\$383,67, ou seja, menor que um salário mínimo. Está aqui o contracheque dele, que é documento oficial. Tenho também o contracheque de servidor que trabalha há várias décadas no Estado e recebe o salário-base de R\$383,00. Não podemos aceitar essas injustiças num Estado que tem Orçamento de mais de R\$40.000.000.000,00. Fica aqui nosso protesto, nossa indignação. Infelizmente, da maneira como foram aprovados, os projetos não atendem ao conjunto dos servidores. Aprovamos a Proposta de Emenda à Constituição nº 14, que trata da carreira jurídica para os Delegados da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais, para fazer justiça a essa categoria, mas infelizmente os vencimentos dos Delegados é muito baixo. Como disse, um Delegado trabalha abaixo de sol, de chuva, não tem fim de semana, não tem feriado; quando inicia flagrante, não tem hora para acabar, e sua remuneração é menor que o Imposto de Renda pago por um Promotor. Isso é injustiça para com os Delegados do nosso Estado, que realmente recebem salário baixíssimo. Apresentamos emendas para equiparar os salários dos Delegados com os dos Defensores Públicos, mas infelizmente foram reprovadas. Aprovamos o projeto da Defensoria, que faz justiça a esses homens e mulheres do bem. Tenho orgulho de falar da Defensoria Pública, porque aguentam de tudo com as menores condições, com muitas dificuldades, atendem o povo, as pessoas que mais precisam. São os advogados do pobre. Votamos favoravelmente, fazendo justiça aos Defensores Públicos, mas fica aqui nosso questionamento em relação à não implementação do piso nacional para os servidores da educação; à não retroatividade, que deveria ter sido feita para todas as categorias; e à reprovação de emendas que garantiriam o que o Governador prometeu. Não sou eu quem está falando, estão aí os servidores da segurança pública, do Sindpol; foi promessa que o Governador fez para o movimento em 2007, e ele não vem honrando o que prometeu. Aprovamos os projetos, mas infelizmente, do jeito como estão, não garantem dignidade para os servidores.

O Sr. Presidente (Deputado Doutor Viana) - Com a palavra, para declaração de voto, o Deputado Carlin Moura.

O Deputado Carlin Moura - Sr. Presidente, esta declaração de voto é para dizer que a nossa bancada, ou seja, o nosso Bloco PT-PMDB-PCdoB, durante esses últimos 15 dias, fez um esforço nesta Casa para que se votassem os reajustes dos servidores públicos. Queremos deixar bem claro que os reajustes dados não estão em sintonia com o que merece o servidor público deste Estado. No plano de carreira aprovado em 2009, a média de reajuste seria de 22%, no entanto o reajuste foi de 10% linear. Entre não ter e ter o reajuste de 10%, obviamente ficamos com a opção de aprovar os 10%. Sr. Presidente, precisamos também dizer que, nos últimos sete anos, a receita corrente líquida deste Estado obteve um acréscimo de 130%. Contudo, as despesas que o Estado tem com a folha de pagamento não acompanhou o crescimento da receita. Para se ter uma ideia, em 2002, que foi o último ano ainda do governo Itamar Franco, tínhamos um percentual de 55,87% da receita corrente líquida sendo gasto com o servidor público. Alguém pode dizer que isso está acima da Lei de Responsabilidade Fiscal. O Estado gastava melhor com o

seu servidor público. Hoje só gasta 46% da receita corrente líquida com o servidor público. Na verdade, o Estado cresce e arrecada mais. No entanto, isso não se reflete no gasto com o servidor público. Sempre reafirmamos que não existe prestação de serviço de qualidade sem a valorização do servidor público, nem a presença do Estado sem o servidor público. Hoje tivemos a importante visita nesta Casa de Delegados e Delegadas de Polícia deste Estado. Votamos favoravelmente à inclusão deles na carreira jurídica do Estado; eles merecem ganhar bem. Do contrário, acontecerá o que aconteceu há pouco tempo, quando perdemos cinco vidas, ou seja, cinco mulheres foram assassinadas. Mas isso aconteceu porque a Polícia Civil, o Delegado e o policial civil são ruins de serviço? Não, mas sim porque faltavam condições de trabalho para esse servidor público. Se ele não for bem-remunerado, não estiver bem-treinado nem tiver condições de trabalho, quem prevalecerá será a bandidagem e os maníacos do Industrial. Se o Estado não servir para funcionar assim, servirá para quê? Para construir palacetes? Para construir os novos palácios, a Cidade Administrativa? E aí temos o Governador do Estado, que está na sua última semana e faz o desafio dos seus investimentos sociais, mas os números não mentem. Se em 2002 gastávamos 11,86% da receita corrente líquida com a saúde, esse mesmo percentual foi mantido em 2009. Portanto, não aumentou um centavo. Em 2002, gastávamos 19% da receita corrente líquida com a segurança pública, e hoje, em 2009, só se gastam 16%. Em 2002, gastávamos 29,15% da receita corrente líquida com a educação, mas hoje gastamos apenas 14%. No total, saúde, segurança e educação, gastávamos 60,43% da receita corrente líquida do Estado, mas hoje gastamos apenas 43%. Isso faz com que o Estado fique desassistido nas políticas públicas. Esse é o debate. Se o Governador quer fazer esse debate franco, que venha fazê-lo. O que não pode é, no final de quase sete anos de governo, no apagar das luzes e na última semana, dar uma mixaria, a miséria de 10% linear para todos, com um piso que não é piso, mas sim teto, com algumas categorias sendo prejudicadas. Ressalto que ficamos aqui, votamos e não vamos prejudicar o servidor público, mas demagogia para cima de nós não aceitaremos. O Governador ainda está em dívida com o servidor público deste Estado; ainda está em dívida com os investimentos sociais neste Estado. Deixo aqui o nosso registro e repito: estamos solidários com os servidores públicos do Estado de Minas Gerais.

O Deputado Paulo Guedes - Sr. Presidente, quero declarar o nosso voto favorável a todos os projetos que tramitaram hoje nesta Casa. Quero aproveitar também a fala do Deputado Carlin Moura para fazer o nosso protesto. Apesar de o aumento ser um avanço, esclareço que ele veio muito tarde. Depois de praticamente oito anos de governo, o Governador Aécio Neves manda à Assembleia um projeto de aumento de 10% para a educação e 15% para as Polícias Civil e Militar. Acreditamos que outras categorias - os professores e principalmente os funcionários da educação que estão nas Secretarias, os servidores escolares, o pessoal administrativo da Polícia Civil e o pessoal da saúde - estão recebendo como vencimento básico menos de um salário mínimo no Estado, por isso mereciam um aumento maior. Mereciam que esse teto fosse elevado para ultrapassar pelo menos a barreira de um salário mínimo. É só em Minas Gerais que ainda há diversas categorias recebendo menos de um salário mínimo como salário-base. Isso acontece não apenas com os que estão na ativa, mas também e principalmente com os professores que se aposentaram com salário totalmente diferenciado do que recebem hoje. Há professores que se aposentaram, na época, recebendo dois ou três salários mínimos, mas hoje recebem menos de um salário mínimo como salário-base. Não podemos aceitar isso. Portanto, deixo aqui o nosso recado, a indignação da Bancada PT-PMDB-PCdoB. Votaremos favoravelmente a todos os projetos que vierem a esta Casa para aumento dos servidores, como nos posicionamos hoje. Mas, apesar de importante, esse aumento é insignificante diante da demanda e da necessidade de justiça para todos os servidores públicos do Estado de Minas Gerais. Registro que temos de fazer alguma coisa para essas categorias que estão recebendo menos de um salário mínimo. O governo precisa posicionar-se de forma diferenciada, pois 10% de aumento para quem recebe menos de um salário mínimo não chega a ser quase nada, é praticamente insignificante. Repito: registro a nossa insatisfação e indignação com os salários desses servidores. Os servidores, os funcionários de educação que estão nas Secretarias, os administrativos da Polícia Civil, o pessoal da Secretaria de Saúde, aqueles funcionários da Secretaria de Saúde cedidos aos Municípios, todas essas categorias são minorias e estão sendo prejudicadas. Esse aumento, apesar de bem-vindo, não refresca muita coisa para essas categorias. Esse era o meu registro.

O Deputado Padre João - Vários projetos foram apreciados - 11 em 1º turno, incluindo a proposta de emenda à Constituição, e vários em 2º turno. Votamos favoravelmente aos projetos que garantem esse reajuste. Na verdade, o reajuste para alguns é de 10%, para outros é de 15%, e para mais alguns é de 25%. Lamentamos o fato de o Governador não ter garantido, como propagandeou, que esse reajuste fosse linear, com uma alíquota superior a 10%. Infelizmente não conseguimos garantir as emendas, sobretudo o piso da educação, com a emenda do piso de R\$1.312,00. Atualmente um professor de início de carreira no ensino médio recebe R\$336,26. Um professor com doutorado iniciaria a carreira com R\$908,82. Diante dessa realidade, como vamos querer, de fato, educação de qualidade? Que valorização é essa à educação se não conseguem valorizar o próprio professor, o servidor da área? Lamentavelmente, não conseguimos garantir o acolhimento das emendas que aprimorariam os projetos. Talvez tenha sido tática perversa do governo não garantir tempo para a mobilização dos servidores. Porém, registro o empenho e a angústia das lideranças dessas áreas, como o Sind-UTE, o Sind-Saúde, o Sindpúblicos e os representantes da Polícia Civil, que tanto lutaram, mas tiveram algumas conquistas, como a PEC 14. Agradeço ao Dr. Edson, ao Dr. Denilson, aos vários Delegados que se organizaram, à mobilização e à organização da Defensoria Pública. De certa forma, alguns conquistaram, o que é justo, reajuste que pelo menos corrige distorções e injustiças históricas. Mas a maioria dos servidores, ou seja, mais de um milhão de servidores não conseguiram avançar e garantir, assim, o mínimo de reconhecimento da sua importância para o Estado. Esta é a postura do Governador: o servidor não tem significação para este governo; o servidor é algo colocado em terceiro plano; não foi tratado como prioridade, mas sim com grande desrespeito, quando foi impedido de discutir aqui sua própria carreira, a tabela remuneratória e até a progressão dessas carreiras. Portanto nós, do Bloco PT-PMDB-PCdoB, votamos favoravelmente, mas lamentamos a postura do governo em nos impedir, não só a Oposição mas sobretudo os servidores públicos, de fazer este debate e de trazer para esta Casa proposta que garantisse a justiça e aprimorasse os projetos. Assim, de fato, seriam reparadas as grandes injustiças. No entanto não foi desta vez. Continuam as grandes aberrações na remuneração dos servidores. Tenho, em mãos, cópia de contracheque em que o vencimento básico é de R\$383,67; mais os quinquênios e outros benefícios, o servidor teria líquido a receber R\$458,52. Há os penduricalhos, mas depois vêm os descontos. Por isso está abaixo do salário mínimo. Ouvi colegas Deputados, totalmente equivocados por não serem conhecedores dessa dura realidade dos servidores públicos, dizerem que não há, no Estado, servidor que tenha remuneração total abaixo do salário mínimo. Às vezes, ouço dizer o seguinte: "Não, é porque fizeram empréstimo". É grande injustiça e desrespeito com o servidor quando fazem esse tipo de pronunciamento nesta Casa.

O Deputado Domingos Sávio - Sr. Presidente, colegas Deputados, também quero fazer a declaração do voto favorável que fizemos nesta noite. Foi noite memorável, com vários projetos importantes aprovados, como a PEC que regulamenta a condição da carreira jurídica para o Delegado de Polícia. Esse foi um passo importante para a valorização desses profissionais essenciais à segurança e ao direito. Conseguimos principalmente avançar votando, em 2º turno, projetos essenciais; uma luta antiga, de todos nós, pela valorização dos Defensores Públicos. Aí fica a constatação que ouvimos dos próprios Defensores. É claro que essa luta vem de muito tempo, mas foi ao longo do governo Aécio Neves que o avanço se deu de fato. É fácil confirmar isso. Quando o Governador Aécio Neves assumiu o governo, a Defensoria Pública tinha orçamento que não chegava a R\$20.000.000,00. Ela seguramente fecha com mais de 10 vezes esse orçamento, agora com seu salário crescente, na mesma escala, de forma significativa. Ainda temos muito no que avançar para dar aos Defensores o que, de fato, merecem. Hoje também votamos, em 2º turno, vários outros projetos importantes. Depois de vencer a resistência da Oposição, que, na semana passada, obstruiu a pauta, hoje votamos outros projetos em 1º turno. Nós, da maioria da base do Governador Aécio Neves, continuaremos aqui firmes para votar, não apenas em 1º turno, como foi votado hoje o reajuste para todos os servidores do Executivo, mas para votar em 2º turno, a tempo de esses servidores terem esse reajuste, respeitando o prazo eleitoral. Portanto, durante esta semana ainda, continuaremos lutando e trazendo o apoio de toda a base do Governador Aécio Neves para viabilizar os projetos.

Em poucas palavras, farei algumas constatações. Falou-se aqui, agora mesmo, em demagogias. Disseram que o Governador prometeu coisas, usaram palavras em seu nome. É preciso constatar algo: estão tentando fazer deste espaço democrático, onde estamos para representar o povo mineiro, uma espécie de teatro. Neste momento, concluímos a sessão e estamos falando mais para você, que está nos assistindo, é verdade. É preciso que sejamos realistas. A sessão terminou, a maioria dos Deputados foi embora, e alguns ficam aqui para dizer por que votaram desta ou daquela maneira. Aí ouvimos algumas observações absurdas. E você, que está nos assistindo, às vezes é vítima disso. Às vezes, meia verdade é pior do que uma mentira. Agora mesmo acabaram de dizer aqui, até mesmo como provocação direta: "Há Deputado que fala que não existe servidor algum ganhando menos que um salário mínimo no seu volume total de vencimento". Isso não é verdade. Esse Deputado não conhece a realidade dos servidores. Olha, o piso total dos vencimentos de um professor é pequeno, é verdade. Seu valor era de R\$850,00, e hoje votamos para esse piso, em jornada de 24 horas, ou seja, jornada de meio dia de trabalho, para aquele servidor ou professor que é contratado para um turno, o valor de R\$935,00 a partir de agora. Isso para somente um turno. Se ele tiver dois vínculos com o Estado, o mínimo que ele poderá ganhar, para 24 horas, passa agora para R\$935,00. Aí, aquele Deputado que está dizendo que o servidor ganha menos tem o dever de fiscalizar, e não vir aqui falar meias verdades. Falaram que a emenda que obriga o Estado a cumprir o piso nacional não foi

aprovada; um piso de R\$1.300,00 para 40 horas, ou seja, remuneração total para 40 horas. Então o piso nacional votado pelo Presidente Lula é menor que o piso do Estado, pois, se aqui alguém trabalhar por dois turnos, no mínimo terá R\$1.860,00 de piso. Porque ninguém ganhará menos que R\$935,00 como remuneração global. Falou-se uma série de outras demagogias. Ai, sim, demagogias. Não aprovaram a emenda tal, a emenda que eu queria fazer de 40% de reajuste para todos. Isso, sim, é demagogia para você que está nos assistindo. Todos os Deputados que estão aqui dentro sabem que, se aprovássemos essas emendas, aí sim não daríamos centavo algum de reajuste, porque elas seriam vetadas e o projeto não andaria, pois são inconstitucionais. O Deputado não tem este poder de fazer emendas para aumentar o salário o tanto que quiser. Quem dera; se tivesse, eu também votaria a favor do aumento. Mas, como não temos esse poder, o que nós, da base do governo fizemos, foi negociar com o Governador. Por exemplo, é 10% para uma parte dos servidores, 15% para a segurança. Para aqueles servidores da área administrativa, aqueles que vieram da Caixa Econômica, conseguimos reajuste de até 42%, ou 48%, porque estavam com salários muito defasados. Então, lutamos e conseguimos melhorar seus salários. Fiquei feliz por conseguirmos avançar e aprovar o aumento, Sr. Presidente. Concluo dizendo que isso ainda é pouco. Lutaremos para aprovar mais, mas este governo tem trabalhado com seriedade e não merece isso agora, depois de aprovar o reajuste para os servidores, cumprindo o compromisso assumido no ano passado; não houve crescimento na receita, já que esta sofreu redução, e não pôde aprovar o aumento. O governo assumiu o compromisso de, neste ano, transformar todo o crescimento da receita em ganho para os servidores. O governo cumpriu o compromisso, e agora vem sendo atacado por algumas pessoas. Com minha atitude de lealdade e de respeito para com os servidores, não poderia apenas declarar o voto. Votei favoravelmente ao aumento e continuarei lutando para conseguirmos mais para os servidores, mas não farei a demagogia de dizer: "Olha, votamos 10%, mas apresentarei emenda para que seja 40%". Minha emenda salvará os servidores, e depois culparei os Deputados por não a aprovarem. Quem apresenta esse tipo de coisa está querendo enganar vocês, pois sabe que isso é inconstitucional e depois quer jogar os colegas em situação constrangedora, ao afirmar que a Casa não aprovou o aumento. Isso não é verdade. Aqui não é teatro, mas lugar de representação do povo mineiro, e a verdade tem de prevalecer. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Adelmo Carneiro Leão - Sr. Presidente e Srs. Deputados, lamento que esta Casa seja tão subserviente às ordens do governo. Temos condições de oferecer mais ao povo de Minas. A primeira coisa que aconteceu, que está clara e foi exposta aqui, foi a forma intempestiva com que o governo ofereceu a proposta de reajuste, sem dialogar e sem criar condições mínimas de reajustes absolutamente justos, necessários e possíveis. Na minha declaração de voto, gostaria de dizer que também nós, da Oposição, votamos favoravelmente a todas as propostas de reajuste. Não negamos proposta alguma de reajuste. O que não nos conforma é verificar que determinadas categorias estão sendo tratadas à míngua, como são tratados, por exemplo, os professores, boa parte dos profissionais da saúde e os profissionais de um modo geral. Podem dizer: "O governo não tem condições e fez tudo o que pôde". Realmente fez tudo o que pôde, pelo tamanho que é, pois foi menos que as possibilidades de Minas. Ele está aquém de Minas, pois Minas pode mais, para tratar os servidores públicos com mais justiça e com uma relação melhor. Fornecerei dados ao Deputado que me antecedeu para que saiba que, se o governo não deu reajuste ao servidor da saúde, não foi porque não pôde, mas porque não quis. Isso aconteceu não porque não tem recurso, pois o governo tem recurso. Deputado, primeiro gostaria de falar sobre o Conselho Nacional de Saúde, órgão máximo, capaz de analisar os recursos e o cumprimento da ordem constitucional vigente. Ele tem de saber qual deve ser a aplicação dos recursos na saúde. Nossa legislação é ampla. Somos referência para o mundo, do ponto de vista do controle social, do direito à cidadania, do dever do Estado de prover as condições necessárias para a atenção à saúde e do mínimo que cada ente da Federação deve aplicar nesse setor. Ele conceitua o SUS, tratando o conjunto dos cidadãos e das cidadãs em igualdade de condições e de oportunidades. Ele não trata um setor reservado, restrito, para dizer: "Olha, apliquei tanto na saúde". E aplicou em sistema fechado. As leis da nossa república mandam que todos devem ser tratados igualmente, Deputado Domingos Sávio. Pois bem, foi feita auditoria pelo Departamento Nacional de Auditoria do Ministério da Saúde em 2006. Gostaria que V. Exa. solicitasse do Ministério da Saúde o resultado dessa auditoria, que tem várias inconformidades, mas uma delas nos estarrece, causa-nos profunda indignação e não nos permite conformar agora com um Estado que diz que não tem condições de melhorar a situação dos servidores da saúde. Deputado André Quintão, sabe o que aconteceu em 2006? No último dia do mês de dezembro de 2006, embora a população do Estado careça de melhor atendimento na saúde, de mais medicamentos, de mais assistência, estavam lá, guardados, mais de R\$100.000.000,00, inclusive recursos provenientes do governo federal. Em 2007 - temos o resultado da auditoria -, foram mais de R\$130.000.000,00 no sistema financeiro. Ora, o Estado, o governo vem aqui dizer que estamos fazendo demagogia, que não pode aplicar recurso na saúde, que fez tudo o que pôde. Fez tudo o que pôde porque é pequeno, porque está aquém das possibilidades deste Estado, porque não tem compromisso com a sociedade mineira, com o povo, principalmente com os mais necessitados. Não tem compromisso ao aplicar os recursos no Sistema Único da Saúde. Isso é extremamente grave. Quando tratou, por exemplo, do pessoal do Hemominas - e apresentei um dado apenas como referência -, que é quadro pequeno, tratou-o de forma discriminada em relação aos outros profissionais. Poderiam receber esses recursos, pois isso não sobrecarrega, não sacrifica o Estado, é atividade absolutamente essencial. Quero aqui dizer que votamos favoravelmente a todas as propostas que promoveriam melhorias para os servidores públicos deste Estado. Queríamos mais porque entendemos claramente que o Estado pode oferecer aos nossos servidores mais do que ofereceu neste momento.

O Deputado André Quintão - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, declaramos nosso voto favorável a todos os projetos de reajuste. Mas é um voto crítico, pelo método, pelo processo, pela forma como tudo ocorreu. Não é justo que esta Casa Legislativa receba, há poucos dias do encerramento do prazo final estabelecido pela legislação eleitoral para autorização de reajuste, projetos tão importantes, tão fundamentais para os servidores públicos estaduais, que são peças indissociáveis de boa política pública e de bom atendimento ao cidadão mineiro. Não é justo que a Assembleia e as categorias organizadas, por meio de suas entidades, não tenham o tempo necessário para o que deve fazer toda casa legislativa: discutir, dialogar, aperfeiçoar os projetos de lei, como tantas vezes tentamos fazer nesta Casa, principalmente em 2005, ano em que recebemos os projetos referentes aos planos de carreira dos servidores do Estado. Portanto, Sr. Presidente, critico aqui o método, o afogadilho, a ausência de debate político e público nesta Casa. Senti-me como se estivesse coagido, chantageado, espremido pelo prazo. Houve renúncia de elaboração crítica em função do prazo eleitoral. Ou se vota desse jeito ou os servidores não terão reajuste algum. Não acho esse método apropriado para uma sociedade democrática. Mas também, Sr. Presidente, pelo conteúdo, o voto é crítico. Repito: votamos favoravelmente para que os servidores não ficassem sem reajuste algum, mas me pergunto por que essa diferenciação tão grande entre segmentos do Estado. Por que a área da educação? Poderia falar sobre várias áreas, mas vou ater-me à educação. Não há uma sociedade desenvolvida, não há uma sociedade luminosa com seres pensantes, com seres conscientes, exercendo seus dons e suas vocações em plenitude, sem uma educação digna. E não há uma educação digna se não houver um trabalhador da educação valorizado. Por que o menor reajuste foi para a área da educação? Sr. Presidente, é justo que um professor que estudou a vida inteira, que fez um mestrado e um doutorado, entre no serviço público com um piso de R\$908,00? Pela votação de hoje, ele terá um complemento até R\$930,00. Uma situação como essa é inexplicável. Mesmo aqueles que entram recebendo R\$400,00 ou R\$500,00 como piso agora, quando atingirem o que chamam de piso, mas que não é piso e sim teto remuneratório, de R\$930,00, a diferença não virá como salário, mas como abono. E todos sabem que abono não gera determinados direitos, que as promoções e as progressões futuras de 2%, de 3%, de dois em dois anos, sequer serão acrescidas a esse piso remuneratório. Serão abatidas do piso, transformando-se em salário. Ocorrerá uma lenta progressão de 2%, ou seja, uma transformação de abono em salário, e não em acréscimo de valor nominal. Neste final de semana, estive no Vale do Jequitinhonha. Houve reuniões com os professores em Berilo e em Itaobim, onde fomos pressionados. Quero esclarecer que votamos, aqui, pela aprovação da emenda do Bloco PT-PMDB-PCdoB, que buscava, no mínimo, equiparar o reajuste dos trabalhadores da educação com o das demais categorias que tiveram reajustes superiores. Fomos derrotados, mas a nossa luta e o nosso compromisso com a educação pública e com os trabalhadores da educação continuam firmes, como sempre estiveram com os Deputados do PT. Muito obrigado.

Questões de Ordem

O Deputado Weliton Prado - Agradeço ao Deputado Doutor Viana. Percebendo que não há mais quórum, iria pedir o encerramento da reunião, mas retiro minha solicitação para que o Deputado Domingos Sávio possa posicionar-se. Reafirmo o que foi dito pelos Deputados André Quintão, Adelmo Carneiro Leão e pelos Deputados do nosso Bloco, Padre João e Carlin Moura, reafirmando o nosso posicionamento em defesa dos servidores. Fizemos a nossa parte. Apresentamos as emendas, lutamos muito nas comissões. O projeto chegou aqui a toque de caixa, sem discussão, inclusive com o conjunto dos servidores. Com todo o respeito, Deputado Domingos Sávio, quero dizer que aquilo que dizemos aqui não saiu da nossa boca: foram promessas feitas pelo Governador. Hoje estavam presentes os representantes do Sindpol. O Governador empenhou-se com o movimento em 2007. Na campanha eleitoral, S. Exa. prometeu - está lá, podem ver o vídeo e a fita, num programa de TV -, na sua campanha para a reeleição, que, no seu futuro governo, se reeleito fosse, e o foi, os servidores de Minas teriam um dos melhores salários do País. Não somos nós que estamos falando. Isso não está saindo da boca do Deputado Weliton Prado; não foi o Bloco PT-PMDB-

PCdoB que disse isso, foi uma promessa feita pelo Governador. Aprendi que não é preciso prometer, mas, se se promete, tem de cumprir, tem de honrar o que foi falado. Por isso apresentamos uma emenda garantindo um reajuste de 41%. Dizem que o Estado não tem condição, que passou de um orçamento de R\$17.000.000.000,00 para mais de R\$41.000.000.000,00. Então que não prometesse. Disseram que iriam valorizar, que haveria um piso de R\$2.500,00 para os servidores da segurança. Foi prometido em 2007 para o movimento pelo Governador, inclusive durante as paralisações, um auxílio-periculosidade de 25%, o que não foi cumprido, isto é, não saiu do papel, porque está apenas na Constituição do Estado. Falaram em cumprir a legislação, a lei federal e o piso nacional do salário-base dos servidores da educação. Se é uma lei federal, nós temos de respeitar e cumprir. Entretanto, quando se trata de fazer justiça e de atender os mais pobres e os que mais precisam, vem todo aquele discurso de que é inconstitucional, ilegal, de que não é certo e de que é injusto, e se diz que é falácia, que é teatro, jogando a responsabilidade para o governo federal, falando que é tudo mentira e enganação. E assim se monta aquele teatro todo. Na hora de aumentar impostos, taxas e tributos, o Estado é uma maravilha. Aliás, o nosso Estado possui uma tarifa de energia que é uma das mais caras do Brasil, da mesma forma como a da água. Além disso, a alíquota do IPVA também é uma das mais caras do País. Para os carros com mais de 10 anos, em Goiás, não se paga o imposto, mas aqui ele tem de ser pago. Minas tem a taxa de licenciamento, outros Estados não a têm. O ICMS do álcool, em nosso Estado, é de 25%; em São Paulo, é de 12%; e, em Goiás, é de 15%. Dizem que o Estado é muito bom, mas, no momento de taxar e de cobrar, se as pessoas não se cuidarem, elas ficarão sem água e sem luz. Quando se trata de garantir valorização para o conjunto dos servidores, infelizmente o Estado não se manifesta. Tenho contracheques com piso salarial de menos de um salário mínimo - está aqui para quem quiser ver. E não me venham falar das gratificações, porque elas são muito injustas, pois descontam VTI. Aliás, existem servidores que deverão ter o salário reduzido. Fica aqui essa grande contradição.

Há uma pergunta que não quer calar. Gostaria de saber por que quem ganha mais terá o aumento retroativo a janeiro de 2010, e o grande conjunto dos servidores, como é o caso dos servidores da educação, dos serviços, dos Agentes Penitenciários, dos policiais civis e militares, dos bombeiros e dos servidores do Ipsemg, não terão esse benefício. Por que umas categorias têm direito a esse aumento retroativo e outras não o têm, se votamos a favor delas também? Poderia ser usado o princípio da isonomia. Portanto, deixo aqui os nossos questionamentos e o nosso posicionamento. Também é importante registrar que apresentamos muitas emendas para que o governo tivesse a oportunidade de honrar o que falou. Aliás, tudo o que o Governador falou foi um compromisso que ele fez durante a campanha eleitoral. Ele disse que, até o final do seu governo, os servidores de Minas estariam entre os mais bem remunerados do País. Essa foi a promessa feita durante a sua campanha eleitoral, inclusive por intermédio de vídeo. Isso faz parte do seu programa de governo, mas infelizmente não sairá do papel porque o Governador deixará o governo daqui a dois dias. O conjunto dos servidores está revoltadíssimo, porque dinheiro existe, tanto é que, no Centro Administrativo, foram gastos quase R\$2.000.000.000,00. Agora, para valorizar os servidores, infelizmente não existe dinheiro. Apresentamos as emendas, e elas foram rejeitadas.

O Deputado Domingos Sávio - Sr. Presidente, tenho outros assuntos, mas não posso deixar de responder ao Deputado Weliton Prado, e o farei sob a forma de um desafio. Como eu já disse, não entendo isso como um teatro, em respeito a você, que está nos assistindo. Do contrário, poderia falar um monte de coisas que dificultariam saber o que é verdade e o que é encenação. O Deputado insiste em falar que o Governador prometeu e falou em vídeo, por isso desafio o Deputado Weliton Prado a provar, com clareza e objetividade, o que está dizendo, porque eu lhes afirmo que o Governador nunca fez promessa de valores. O Deputado Weliton Prado, aliás, chegou a dizer, numa audiência pública, que ele estava fazendo uma emenda de 41%, porque o Governador havia prometido 41%. A todo instante, ele muda um pouquinho o seu discurso. Agora mesmo ele disse, de maneira genérica, que seria o maior salário do Brasil, ou alguma coisa dessa ordem. Não vou alongar-me, mas talvez o Governador tenha mesmo prometido isso ao Deputado Weliton Prado, entre quatro paredes. Eles podem ter uma relação de confiança, que o Governador não tem com o Líder da Maioria, com o qual convive há 25 anos e com todo o povo mineiro, de quem hoje tem 90% de aprovação, que sabe que uma das características do Governador é somente assumir compromissos que tem condições de cumprir. É justamente por isso que ele realizou as obras que assumiu, como é o caso do Processo e do plano de carreira. O PT e o PMDB eram governo antes de o Governador Aécio Neves assumir. Eles ocupavam Secretarias. Aliás, o próprio Deputado Adelmo Carneiro Leão foi Secretário de Estado, e eles tiveram oportunidade de fazer o plano de carreira que o Governador Aécio Neves fez. Quem sabe se esse plano já tivesse sido feito por quem governou antes teríamos avançado mais? O Deputado Adelmo Carneiro Leão falou sobre a saúde. V. Exa., Deputado Adelmo Carneiro Leão, sabe o apreço que lhe tenho. Tenho um cuidado formal no tratamento que lhe dispenso, tenho um afeto de amigo por V. Exa., mas não posso deixar de ponderar sobre o que falou. V. Exa., Deputado, foi Secretário de Estado e, seguramente, teve recursos aplicados, porque é um homem responsável e sabe que, quando há convênios, é obrigado a fazer isso. Até que o dinheiro possa ser aplicado, há licitações públicas. Isso é norma legal. Dizer isso de maneira solta fica difícil. Uma auditoria constatou que havia dinheiro aplicado. Ora, muitas vezes você tem dinheiro para uma obra licitada, para fazer um convênio, para determinada atividade. Muitas vezes o repasse, dentro do SUS, tem de ser aplicado, mas V. Exa. falou em governo pequeno. Aí não resisti. Disse e repito que pequeno é um governo federal que até hoje não teve a responsabilidade de regulamentar a Emenda nº 29, que está na mão do Presidente de V. Exa. E está porque ele tem conseguido sempre a maioria no Congresso Nacional. Ele não tomou a iniciativa de aprovar e regulamentar a Emenda nº 29, a fim de garantir os investimentos na saúde. Mas emprestou R\$10.000.000.000,00 ao FMI, num gesto de megalomania. Um país em que falta dinheiro na saúde, que deixa uma criança morrer no Maranhão depois de ficar oito dias esperando uma vaga de UTI, não é sério. Talvez a culpa seja do governo de Minas também, porque o problema da saúde está em todo o Brasil. O governo federal empresta dinheiro ao FMI, lança o PAC 2, sem conseguir viabilizar o PAC 1, num processo meramente eleitoral. Isso, no meu entendimento, é pequeno para um país grande, com a potência que o nosso país tem. Ele fica emprestando dinheiro para o metrô de Caracas, mas não arruma dinheiro para o metrô de Belo Horizonte. Essa é uma análise passional, ou seja, querer colocar o Governador Aécio Neves como culpado de tudo. Ele investiu na infraestrutura das estradas, melhorou os indicadores sociais do Estado. Ele consegue ver a recuperação da economia com responsabilidade. Ele deu o aumento que o Estado era capaz de dar. O Governador está entregando o cargo amanhã. Ele poderia, se fosse da linha demagógica, mandar um aumento que o Estado não daria conta de pagar depois. Lutamos e conseguimos que, além do aumento de 10%, pudéssemos dá-lo também para a saúde, Deputado Adelmo Carneiro Leão. V. Exa., num lapso de memória, disse que o Governador poderia ter reajustado o salário da saúde. O reajuste que ele mandou foi para todos os servidores do Estado. O Deputado Weliton Prado perguntou: "se para alguns pode ser retroativo a janeiro, por que não pode ser para todos?". O projeto do Governador Aécio Neves para o Executivo dá um tratamento só em termos de prazo. Para os outros Poderes, para o Ministério Público, para a Assembleia, não é o Governador que manda o projeto. O Deputado Weliton Prado sabe disso. Isso é que chamo de meias verdades. Ele coloca isso para quem está nos ouvindo, como se o Governador quisesse que para o Ministério Público fosse retroativo, para os servidores da Assembleia fosse retroativo. A Mesa da Assembleia, da qual V. Exa. faz parte, é que mandou o projeto para o aumento dos servidores do Legislativo. Não foi o Governador que fez isso, porque ele tem a responsabilidade de saber que não poderia mandar um aumento retroativo para mais de 400 mil servidores, entre inativos e ativos, porque não teria dinheiro para pagá-lo. Isso inviabilizaria o aumento de 10%, de 15% para os servidores da segurança, de quarenta e tantos por cento para a área administrativa da educação, para quem ajudei a fazer audiência pública nesta Casa. Mais uma vez, elogio o Deputado Adelmo Carneiro Leão. Admiro a postura dele, mas não vamos chamar de pequeno o governo Aécio Neves, esquecendo-nos de que a saúde é sistema único. O dinheiro que está faltando está sendo mandado para o FMI. Ele poderia já ter regulamentado a Emenda nº 29, já poderia estar ajudando-nos a superar esse grave problema.

O Deputado Adelmo Carneiro Leão - Como se o governo Lula pudesse regulamentar a Emenda nº 29. Ele não pode; pode pedir isso a sua base e assim o fez. O Presidente Lula pode fazer isso e o fez. O problema, Deputado Domingos Sávio, é que, segundo os dados do Conselho Nacional de Saúde, que, no meu entendimento, é o órgão máximo para tratar da política de saúde e dos investimentos, V. Exa. enfatizou algo que considero da mais alta relevância sobre o Sistema Único de Saúde, mas fez algumas comparações com o governo federal. Realmente é algo que merece discussão, reflexão sobre as ações do governo federal - tenho o maior orgulho não de todas as ações do governo, porque quero mais dele, mas da maioria delas -, que estão mudando este país de maneira extraordinária, aliás, na saúde. Deputado Domingos Sávio, V. Exa. sabe que o governo federal triplicou a aplicação dos recursos no setor de saúde durante os oito anos? Passou de R\$20.000.000.000,00, que foi o dado da Emenda à Constituição nº 29, para R\$60.000.000.000,00. Todos que lutamos pela saúde queremos que o governo aplique mais, mas ele está cumprindo rigorosamente o que determina a Emenda à Constituição nº 29. Quando V. Exa. trata de regulamentar a Emenda à Constituição nº 29, talvez não tenha atentado para detalhe muito importante e que todos nós, que batalhamos pela saúde, queremos. Na realidade, o que há no Congresso Nacional é projeto de lei complementar que altera o referencial de cálculo para o governo federal e que pode acrescentar, pelo governo federal, no sistema de saúde, mais R\$10.000.000.000,00. Isso é tudo o que desejamos. A Emenda à Constituição nº 29 determina a aplicação de recursos no Sistema Único de Saúde. Acontece que o governo do Estado, do Sr. Aécio Neves, segundo as análises da Auditoria do Ministério da Saúde, aplica menos da metade desses recursos no Sistema Único de Saúde. É o 2º pior governo de Estado deste país em aplicar recursos no setor de saúde. Não há argumentos contra dados. Trabalho com dados, Deputado. O governo está deixando de

aplicar, a cada ano, mais de R\$1.000.000.000,00 no Sistema Único de Saúde. Tenho plena convicção e consciência de que aplicar recursos no sistema financeiro, enquanto você prepara licitação, enquanto realiza determinada ação convenial, é mais que possível, é até necessário. É motivo de aplauso para quem o faz. Agora, aplicar no sistema financeiro para fazer ajustes de contas é crime de lesa-humanidade, porque se aplica durante muito tempo. Um governo que fala em choque de gestão, em eficiência administrativa, está absolutamente equivocado. Não estou me referindo a um dado, a uma aplicação eventual, transitória, para cumprir determinado ritual administrativo, mas à manipulação e ao uso do recurso que deveria ser para comprar remédio, para tratar dos doentes que precisam ser tratados, mas é aplicado no sistema financeiro. Isso é inaceitável. Encerrarei aqui, porque há longa discussão para fazermos. Temos de tratar do governo federal, sim, mas nós, Deputados Estaduais, temos o dever maior de olhar para Minas Gerais. Não tenho dúvida de que este governo que está aí está muito aquém do que imagino de um governo que trate do Sistema Único de Saúde como está na Constituição, que cuide dos professores e lhes dê mais dignidade, que faça agregar valor ao nosso patrimônio, às nossas riquezas e que não deixe o Estado que mais sofreu com a crise. Temos muito o que fazer aqui. Agradeço a oportunidade de debater e discutir com V. Exa. É bom levantar isso para a reflexão dos nossos telespectadores, do povo de Minas Gerais, porque é nesta caminhada e neste debate que encontraremos o caminho certo para que Minas chegue aonde queremos. E queremos que chegue mais longe do que chegou até hoje.

Encerramento

O Sr. Presidente - Cumprido o objetivo da convocação, a Presidência encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para as extraordinárias de amanhã, dia 30, às 9 e às 20 horas, nos termos do edital de convocação, e para a reunião ordinária também de amanhã, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada foi publicada na edição do dia 30/3/2010.). Levanta-se a reunião.

* - Sem revisão do orador.

ATA DA 15ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 30/3/2010

Presidência do Deputado Alberto Pinto Coelho

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: Ata - 2ª Parte (Ordem do Dia): 2ª Fase: Discussão e Votação de Proposições: Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.387/2010; discursos dos Deputados Weliton Prado, André Quintão, Almir Paraca e Sargento Rodrigues e da Deputada Maria Tereza Lara; encerramento da discussão; discurso do Deputado Weliton Prado; votação do projeto, salvo emenda; aprovação na forma do vencido em 1º turno; votação da Emenda nº 1; aprovação - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.144/2010; requerimento do Deputado Carlin Moura; aprovação do requerimento - Discussão e Votação de Pareceres de Redação Final: Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 2.752/2008, 4.142, 4.147, 4.384 e 4.386/2010; aprovação - Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 4.390/2010; discurso do Deputado Weliton Prado; votação do parecer; aprovação - Parecer de Redação Final do Projeto de Resolução nº 3.929/2009; discurso da Deputada Maria Tereza Lara; votação do parecer; aprovação - Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 4.387/2010; aprovação - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados e as Deputadas:

Alberto Pinto Coelho - Doutor Viana - José Henrique - Weliton Prado - Dinis Pinheiro - Hely Tarquínio - Sargento Rodrigues - Adalclever Lopes - Adelmo Carneiro Leão - Ademir Lucas - Agostinho Patrus Filho - Alencar da Silveira Jr. - Almir Paraca - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Carlos Arantes - Antônio Genaro - Arlen Santiago - Carlin Moura - Carlos Gomes - Carlos Mosconi - Carlos Pimenta - Célio Moreira - Chico Uejo - Dalmo Ribeiro Silva - Délio Malheiros - Delvito Alves - Dilzon Melo - Dimas Fabiano - Djalma Diniz - Domingos Sávio - Doutor Rinaldo Valério - Doutor Ronaldo - Duarte Bechir - Elmiro Nascimento - Eros Biondini - Fahim Sawan - Getúlio Neiva - Gil Pereira - Gilberto Abramo - Gláucia Brandão - Gustavo Corrêa - Gustavo Valadares - Inácio Franco - Irani Barbosa - Ivair Nogueira - Jayro Lessa - João Leite - Juninho Araújo - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Luiz Humberto Carneiro - Marcus Pestana - Maria Tereza Lara - Mauri Torres - Neider Moreira - Paulo Guedes - Pinduca Ferreira - Rômulo Veneroso - Rosângela Reis - Ruy Muniz - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Tenente Lúcio - Tiago Ulisses - Vanderlei Miranda - Walter Tosta - Wander Borges - Zé Maia.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Alberto Pinto Coelho) - Às 9h12min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

Ata

- O Deputado Hely Tarquínio, 2º-Secretário, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

2ª Fase

O Sr. Presidente - Nos termos do edital de convocação, a Presidência vai passar à 2ª Parte da reunião, em sua 2ª Fase, com a discussão e a votação da matéria constante na pauta, uma vez que não há matéria a ser apreciada na 1ª Fase.

Discussão e Votação de Proposições

O Sr. Presidente - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.387/2010, do Governador do Estado, que reajusta os valores das tabelas de vencimento básico das carreiras do Poder Executivo que menciona e dá outras providências. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno com a Emenda nº 1, que apresenta. Em discussão, o projeto. Com a palavra, para discuti-lo, o Deputado Weliton Prado.

O Deputado Weliton Prado* - Cumprimento todos e todas e parabeno o conjunto dos servidores. Se esse não é o aumento que os servidores merecem e por que lutam há muito tempo, pelo menos é alguma coisa. Às vezes é melhor pingar que secar - e é pingar mesmo, porque o reajuste é muito pequeno, principalmente para os servidores da educação, que ganham menos e receberão um reajuste praticamente

insignificante, aumento que nem será percebido. O governo criou o piso remuneratório - não um piso de vencimento -, e ainda desconta as vantagens dos servidores, desconta a VTI. Portanto, esse projeto, da maneira como foi aprovado, não atende ao conjunto dos servidores do Estado de Minas Gerais. Além disso, ocorreram algumas injustiças, como, por exemplo, a isonomia. Para algumas categorias o salário será retroativo a janeiro, e votamos a favor, também para os funcionários da Assembleia. Mas, infelizmente, o projeto do governo do Estado relativo aos servidores da educação, aos policiais e ao grande conjunto dos servidores ligados ao Executivo não garantiu a retroatividade ao dia 1º de janeiro. Isso fere o princípio da isonomia, pois trata de forma diferenciada os servidores. Apresentamos um grande número de emendas; o Bloco PT-PMDB-PCdoB foi firme nesta Casa em defesa dos servidores, apesar de o projeto ter chegado a toque de caixa e não ser discutido com os servidores. Faltou discussão, não houve amadurecimento nem audiência pública para sensibilizar o governo e se fazerem alterações tão necessárias ao projeto. Apresentamos muitas emendas, mas, infelizmente, elas foram rejeitadas. Essas emendas melhorariam muito o projeto e fariam justiça aos servidores.

Tenho em mãos o jornal "O Tempo" do dia 1º de outubro do ano passado, em que lemos a manchete: "Servidor fica sem aumento". Por que o governo não fez a previsão, no Orçamento do Estado, de reajuste dos servidores? Porque não tinha a intenção de reajustar os salários dos servidores. O governo enviou a esta Casa o Orçamento do Estado sem previsão de reajuste dos servidores. A previsão do reajuste dos servidores era zero, 0% de aumento. Se era de 0%, por que se encontram aqui projetos de reajustes? Cito dois motivos, e o primeiro é a mobilização dos servidores. É o que dizemos: água mole em pedra dura tanto bate até que fura; o Parlamento é igual feijão, só funciona na pressão. Então, se não fosse essa mobilização dos servidores, não haveria projeto de reajuste nesta Casa. Este é o motivo: a pressão, a mobilização. Mais de 4 mil servidores estiveram no Centro Administrativo, um verdadeiro caldeirão, e fizeram uma grande mobilização.

O segundo motivo é que, por ser um ano eleitoral, o governo sentiu-se desgastado perante os servidores e tentou dar-lhes uma resposta, mesmo que ela não atendesse às suas necessidades, às suas vontades e que não fizesse justiça ao conjunto dos servidores. Por isso, enviou o projeto a esta Casa. Então, o primeiro motivo foi a pressão e a mobilização de todos os servidores, os das áreas da saúde, da Administração, do Meio Ambiente, da Fazenda e do Judiciário, aliás, estão aqui os representantes do Sindipúblicos. Essa mobilização dos sindicatos foi fundamental, organizando todas as categorias. Queria fazer esse reconhecimento ao Sindipúblicos por reunir todas as categorias, os servidores da educação, os policiais, os Agentes Administrativos, os Agentes Penitenciários. Essa mobilização do conjunto dos servidores possibilitou que os projetos viessem a esta Casa. Votamos favoravelmente ao aumento dos servidores do Tribunal de Contas e dos servidores ligados à Procuradoria e ao Ministério Público. Votamos a favor de todos os reajustes, só que fizemos ponderações e apresentamos as emendas necessárias para fazer as mudanças no projeto. No 2º turno, nas Comissões, só eu apresentei 12 emendas. Contando com as emendas no 1º turno, no total, foram mais de 15 emendas. Apresentamos emendas para que o governo cumpra a Lei Federal nº 11.738, de 2008, que estabelece o piso nacional para os servidores da educação. Ai, podem dizer: "Deputado Weliton Prado, se é uma lei federal, ela não tem de ser cumprida. Lei é para ser cumprida e respeitada." É isso mesmo, mas infelizmente é desse jeito. Se o cidadão que cair numa "blitz" não estiver com o IPVA pago, terá o seu carro guinchado; se não pagar as contas de água e de luz terá a água e a luz cortadas. Agora, quando é para o Estado, para o agente público, cumprir a lei, infelizmente não o faz, é o primeiro a descumpri-la, é o primeiro a desrespeitar o direitos dos servidores e do cidadão. Quem mais descumpra a lei é o Estado brasileiro. A Lei Federal nº 11.738, que estabelece o piso nacional dos servidores da educação, não é cumprida, não é respeitada. Apresentamos emenda para garantir que essa lei seja realmente cumprida, mas ela foi rejeitada, não foi aprovada pelo conjunto dos parlamentares. O governo não teve essa sensibilidade, apesar de se tratar de uma lei importante, que cria um piso inicial, não um teto. O governo fez justamente o contrário, por isso o chamo de governo Mister M, que é o governo que faz mágica. Ao mesmo tempo que dá com uma mão, tira com as duas. E aí, desconta inclusive a VTI. Na realidade, não cria um piso de vencimento, mas um teto e ainda desconta as gratificações, o tempo de serviço, o quinquênio dos servidores. E isso não atende ao conjunto dos servidores, que têm uma das menores remunerações. Não sou quem está dizendo. Tenho aqui vários "e-mails", contracheques, cartas, que chegam ao meu gabinete todos os dias, enviados por servidores revoltadíssimos. São "e-mails" e correspondências que não acabam mais. Às vezes, muitos nem acreditam nisso, acham que não é verdade, porque é difícil imaginar que um Estado, como o Estado de Minas Gerais, que tem uma das maiores economias do País - em 2003, o orçamento era de R\$17.000.000.000,00 e agora saltou para mais R\$40.000.000.000,00 - pague aos seus servidores um salário inicial menor que o salário mínimo. É verdade. Um professor de série inicial recebe R\$336,00. E se esse professor tem curso superior, recebe a mesma coisa.

Vejam só: R\$336,00 é o valor do salário-base inicial. Podem alegar que existem as gratificações. Aqueles que têm mais tempo de serviço podem receber quinquênio ou VTI para fazer complementações, mas o salário é que importa, porque o salário-base inicial do servidor é de R\$336,00.

Os professores de ensino médio e de ensino fundamental ganham um bom salário? Um professor de ensino médio, um professor de português, matemática, química, espanhol, inglês - porque tem curso superior - deve ganhar um bom salário. Vejam só o salário inicial: R\$508,00, um verdadeiro absurdo. Como podemos pensar em crescimento, em desenvolvimento do nosso Estado e do País, se não investimos no ser humano? Não adianta investir somente em concreto, em aço, como foi feito na Cidade Administrativa. Devemos valorizar o homem, a pessoa humana, a dignidade humana. Como esse cidadão poderá sobreviver recebendo um salário de fome, abaixo de um salário mínimo? Não tem condições de sobreviver.

São duas óticas diferentes de governar se compararmos o governo de Minas com o governo federal. Na área federal, o governo se preocupa com o desenvolvimento do País. Um exemplo disso é o PAC. O Estado de Minas foi muito beneficiado, por exemplo, com estradas duplicadas e investimentos em moradias. No Triângulo Mineiro, foram investidos quase R\$2.000.000.000,00. Agora, virá o PAC 2. O governo federal se preocupa com as questões sociais, existe o ProUni, o Bolsa Família. Eu e o Deputado Almir Paraca estivemos em Paracatu, onde participamos da inauguração do Cefet. Foi uma grande luta do Deputado Almir Paraca. Hoje é uma realidade.

Devemos pensar no desenvolvimento do Estado e do País conciliado com as questões sociais, com o ser humano. Infelizmente, isso não acontece. Em Minas, existe preocupação com obras faraônicas, como a Cidade Administrativa - onde foram gastos mais de R\$2.000.000.000,00 -, com muito aço, muito concreto, muita frieza. Na minha avaliação, não é do bem. Do outro lado, os servidores públicos recebem uma ninharia, um salário de fome. Esses servidores mereciam ser mais valorizados, mais bem remunerados, a fim de conseguir sobreviver com um mínimo de dignidade.

Infelizmente, as emendas que apresentamos para a implementação do Piso Nacional de Educação foram rejeitadas nas Comissões de Fiscalização Financeira e de Administração Pública e neste Plenário. O projeto passou do jeito que o governo queria; é um verdadeiro rolo compressor, porque tem maioria nesta Casa. Infelizmente, emendas importantes não foram aprovadas.

Existem outras emendas importantes? Sim, por exemplo, a única coisa que queríamos para os servidores da segurança pública era que o governo honrasse o que havia prometido. Durante a campanha eleitoral de 2006 foi feita uma promessa. Qual foi a promessa? Estou de posse de documentos da Sindipol, que repassarei aos Deputados da base do governo. Foi feita a seguinte promessa pelo Governador, na campanha da reeleição: "Os servidores de Minas vão ter, no meu governo, uma das melhores remunerações de todos os servidores do País". Fizemos as contas. Para que os servidores não tivessem um salário inferior a R\$2.500,00, a fim de estar inseridos no patamar nacional, o aumento deveria ser de 41%. Nesse sentido, apresentamos uma emenda solicitando aumento de 41% para os servidores da segurança pública, a fim de que o governo pudesse, por meio dessa emenda, cumprir o que havia prometido.

Com a aprovação dessa emenda, os servidores da segurança pública, os policiais civis, os policiais militares e os policiais do Corpo de Bombeiros Militar teriam aumento de 41%. Apresentamos essa emenda porque isso foi prometido pelo Governador.

As polícias do nosso Estado são as mais bem-remuneradas do País. Apresentamos a emenda, mas infelizmente ela foi rejeitada. Para a

segurança pública, apresentamos a emenda do auxílio-periculosidade, que já consta na Constituição do Estado, mas infelizmente isso também não sai do papel. O Estado é muito ágil para cobrar do cidadão. Temos de correr para pagar contas de luz e água e IPVA. Aqui tudo é mais caro. Na hora de cumprir o que está na lei, o Estado não faz. Está na Constituição do Estado auxílio-periculosidade para os policiais militares, os policiais civis, os agentes penitenciários e os bombeiros militares, mas, infelizmente, ele não sai do papel. Apresentamos a emenda, mas ela foi rejeitada. Disseram que era inconstitucional, do que discordo, pois está até na Constituição do Estado. Se consta na Constituição, não tem como alegar nenhuma inconstitucionalidade. Ela é mais que legal: é justa. Se a do policial não é uma profissão de risco, gostaria que me provassem qual é. Durante este governo, 137 policiais morreram no exercício de suas atividades; 137 policiais morreram. Não estou falando de um, de dois, de três, de quatro policiais. O mundo inteiro está horrorizado com as mortes das mulheres-bomba no metrô da Rússia. Naquele episódio, morreram 30 pessoas e o mundo está horrorizado. Só em Minas Gerais, morreram 137 policiais. Famílias perderam entes queridos que estavam em pleno exercício de suas atividades. Se a profissão de policial não é uma profissão de risco, qual é, então? O governo não cumpre a Constituição do Estado, que estabelece auxílio-periculosidade. Apresentamos uma emenda ao projeto, mas infelizmente ela foi rejeitada. Essa emenda visava à isonomia de todas as categorias. Algumas categorias terão reajuste a partir de 1º de janeiro, mas os servidores da educação, da saúde e os ligados ao Executivo, à Secretaria de Fazenda não terão aumento retroativo a janeiro. O governo poderia cumprir o princípio da isonomia, tratar de forma igual todos os servidores. Infelizmente, a emenda não passou. As emendas que apresentamos, aquelas para as quais solicitamos destaque e as que discutimos não foram atendidas. Não houve sensibilidade do governo para melhorar o projeto, que veio no afogadilho.

É importante vir aqui fazer a nossa justificativa. Se a Oposição não votar, vão dizer que ela está contra o servidor. É um ano eleitoral, há prazos, então talvez tenham feito isso de caso pensado. Se o governo quisesse mesmo dar reajuste aos servidores, teria de ter mandado a proposta no orçamento do ano passado, mas não o fez. Ele nos mandou orçamento de quase R\$40.000.000.000,00, mas com reajuste zero. Acredito que só houve esse reajuste porque os servidores saíram às ruas, mobilizaram-se, pressionaram. Este ano é eleitoral, por isso os servidores fizeram essa junção que possibilitará reajuste.

Quero mostrar o piso nacional do magistério atualizado, definido pela Lei nº 11.738/2008. Ele tem de ser de R\$1.312,96. E o que fez o governo de Minas? Fez uma proposta de um teto remuneratório de R\$850,00, que chega a R\$935,00 se somadas as vantagens dos servidores. Isso não atende aos servidores da educação. Tenho aqui um grande número de correspondências. Tenho aqui uma correspondência do Sr. Jair Xavier de Sousa, morador da Rua Simeão Peres, nº 140, fundos, Muriaé, que nos envia seu contracheque e nos solicita a sua apresentação da tribuna. Ele diz: "Deputado Weliton Prado, olhe bem os comprovantes e veja a nossa situação. Gostaria que V. Exa. lesse isso da tribuna da Assembleia Legislativa. O salário mínimo vai para mais de R\$500,00 e o nosso poder de compra e de pagar as contas essenciais fica mais baixo". E por quê? A remuneração básica do servidor é menos de um salário mínimo. Se aumenta o salário mínimo, a situação dos servidores fica pior ainda. "Acho que temos de ficar sem água, sem luz e comer menos. O pãozinho da manhã, já não podemos ter. Precisamos de uma audiência pública". Jair Xavier de Souza. Ele mostra seus contracheques de 2000, está aqui o total de vantagens. Recebia R\$400,00. Poderíamos imaginar que, se o Jair recebia esse total em 2000, o valor teria de aumentar muito daquele período para cá, até para acompanhar os índices inflacionários, a projeção de aumento do Orçamento do Estado e também do salário mínimo, ou seja, teria de haver um aumento significativo. Aí ele manda o contracheque do ano de 2008. Vejam que o líquido a receber é R\$411,00; o salário-base é R\$330,00, menos de um salário mínimo. Essa é a triste situação dos servidores públicos do Estado de Minas Gerais.

Lamento muito que não consigamos garantir uma mobilização maior do conjunto dos servidores. Queria até reconhecer a boa vontade do Sindpúblicos, do Sind-UTE e dos demais sindicatos ligados às diversas categorias do Estado, como o Sindipol, da Polícia Militar; aliás, aproveito para parabenizar o Denilson Martins. Enfim, teríamos de ter mais força política para conseguir unificar a atuação dos servidores do Estado de Minas Gerais, porque essa situação é o fundo do poço. Um cidadão que recebe um salário desse depois de 30, 40 anos trabalhados não pode ter dignidade, porque não consegue sobreviver; não pode nem pagar a conta de água, que é uma das mais caras do País, não consegue pagar a conta de luz. Imaginem como fica a cabeça de um professor como esse, que tem a missão de educar e preparar o nosso país para o futuro. Como fica a parte psicológica se ele não tem condição de ter um computador para se qualificar? Não tem acesso à internet, não pode pagar pelo telefone, não tem tranquilidade para exercer bem sua função. O que o professor percebe em nosso Estado, desculpem a palavra, é um salário de fome, é vergonhoso. Fico muito triste em constatar essa dura realidade, que gostaríamos fosse diferente. Não é muito o que estamos pedindo, apenas o mínimo possível. Queríamos que a legislação brasileira fosse respeitada, que a Lei nº 11.738, de 2008, que estabelece o piso nacional da educação, fosse cumprida no Estado. Dizem que é pouco, mas já seria um alento para os servidores. O auxílio-periculosidade para os policiais militares, civis, bombeiros e agentes penitenciários seria o mínimo possível, porque é uma profissão de risco.

Infelizmente, não obtivemos maioria na Casa. Estão aqui os Deputados Adelmo, Carlos Gomes, Maria Tereza, Padre João, Carlin Moura, Almira Paraca, Cecília Ferramenta, André Quintão, batalhamos muito. Todos são testemunhas do nosso empenho junto ao governo para tentar negociar as emendas, apresentar sugestões. Nós obstruímos, fizemos destaques, o Bloco PT-PMDB-PCdoB usou de todas as formas regimentais cabíveis, mas, infelizmente, não houve sensibilidade suficiente por parte do governo para reconhecer que seria justo garantir questões mínimas, como o piso nacional da educação, o auxílio-periculosidade para os servidores da segurança pública, a isonomia e a retroatividade do reajuste a 1º de janeiro, como concedido a outras categorias, mas não para a grande maioria dos servidores do Estado. Infelizmente não foi possível aprovar as emendas. Fica o nosso protesto, a nossa indignação.

Não podemos abaixar a cabeça diante de tudo isso. Os servidores devem mobilizar-se, devem organizar-se cada vez mais porque a luta vale a pena. Já obtivemos vitórias muito importantes. Se não fosse a atuação firme da Oposição nesta Casa, a situação do servidor seria muito pior porque sempre criam mecanismos para prejudicar os aposentados. São criadas vantagens, gratificações, produtividades que não se incorporam ao salário, para que o servidor não possa levá-las para a aposentadoria.

Aproveito para falar de uma grande vitória que tivemos. Apresentamos um requerimento solicitando que todos os excedentes da Polícia Civil, os 247 agentes fossem nomeados pelo governo porque o déficit de policiais em nosso Estado é muito grande. São 247 policiais aprovados no concurso que não foram chamados. Mas, hoje, no período da manhã, esses 247 agentes estão se apresentando à Acadepol para fazer o curso. Os servidores estão ligando para o nosso gabinete para agradecer, e também quero agradecer aos parlamentares desta Casa que aprovaram o nosso requerimento. Mais 247 policiais civis reforçarão o contingente para melhorar a segurança do Estado, que é uma das maiores preocupações da população. Aliás, a violência em nosso Estado vem crescendo de forma assustadora. Uberlândia é um exemplo disso: apresentou um aumento de 62% de crimes violentos. Então aumentar o número de policiais civis é muito importante e mostra que a luta vale a pena.

Deixo a mensagem para os servidores de que não podemos abaixar a cabeça. Temos que fazer o convencimento para que a sociedade conheça a realidade. Os pais e os estudantes têm que saber que um professor da série inicial recebe R\$336,00 de vencimento básico, menos de um salário mínimo. A sociedade precisa ter essa informação e lutar ao lado dos servidores, porque foi criada uma cultura por parte, principalmente, da grande imprensa de que o servidor é marajá, ganha bem, e não trabalha. Dou o exemplo dos servidores da Assembleia, que são extremamente competentes, profissionais qualificadíssimos: os Consultores são servidores capacitados, têm graduação, especialização, pós-graduação; a segurança, que tem respeito por todos; a taquigrafia; a imprensa; enfim, todos são funcionários altamente qualificados. E há essa cultura de que servidor público ganha bem, o que não é realidade. Temos que mudar essa concepção. A sociedade tem que saber o real papel do servidor público, que é servir bem ao público - e, para isso, tem que ser valorizado. Não podemos aceitar um mestre receber R\$336,00. Um policial que arrisca a sua vida não pode receber um dos menores salários do País nem deixar de ter auxílio-periculosidade.

Isso não é justo, certo, legítimo. Ontem aprovamos a carreira jurídica dos Delegados; votamos a favor da Defensoria Pública, dos advogados dos pobres - encho a boca para dizer que são servidores do bem -; votamos a favor dos salários dos servidores do Ministério Público e do Tribunal de Contas. Cumprimos o nosso papel, mas, infelizmente, as emendas, as alterações que tentamos apresentar à proposição, que chegou a toque de caixa, foram rejeitadas, não foram acatadas. Discuto o Projeto de Lei nº 4.387/2010 com muita tristeza, pois não tivemos a possibilidade de garantir o que seria justo ao conjunto dos servidores, principalmente aos servidores que recebem menos. Como o meu tempo

praticamente está esgotado, gostaria apenas de dizer que o governo deveria cumprir o que prometeu. Aprendi isto com a minha finada mãe: você não precisa prometer, mas, quando o fizer, tem de honrar o compromisso. Na campanha de 2006, foi prometida a centralização da Uemg, câmpus com curso superior em todas as regionais do Estado, a valorização dos servidores de Minas, mas isso não está ocorrendo. Aqui estão alguns contracheques, para provar e mostrar que os servidores de Minas recebem os menores salários do País, salários de fome.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para discutir o projeto, o Deputado André Quintão.

O Deputado André Quintão* - Sr. Presidente, Deputados, Deputadas, telespectadores que nos acompanham pela TV Assembleia, estamos aqui para discutir, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 4.387/2010, que reajusta os valores da tabela de vencimento básico das carreiras do Poder Executivo. O reajuste consta na proposta enviada a esta Casa, nos últimos dias, pelo governo do Estado. Gostaria de discutir esse projeto, em 2º turno, por vários motivos. Primeiro, pela questão do método adotado no seu encaminhamento. Depois falarei sobre algumas questões relacionadas com o mérito. Ontem votamos favoravelmente ao projeto, em 1º turno, mas, repito, foi um voto crítico. Por quê? Não é adequado na democracia, numa sociedade que tende, cada vez mais, a valorizar o diálogo, o movimento social, o Poder Legislativo, que um conjunto de proposições desse alcance, que trata de reajustes de várias categorias do serviço público estadual e de outros Poderes seja encaminhado no apagar das luzes do prazo que rege o ano eleitoral. O processo foi feito sem discussão prévia, aprofundada e respeitosa com o movimento sindical; sem sequer possibilitar ao Poder Legislativo um conjunto de debates, audiências públicas, mediações, análises mais profundas e cuidadosas do impacto financeiro; sem o histórico de perdas e necessidades de cada categoria. No processo, questionar a possibilidade de elevar o índice de alguma categoria, apresentar emendas ou querer prorrogar um pouco mais o debate significou quase a impossibilidade de se conceder o reajuste. Confesso, Sr. Presidente, Deputado Alberto Pinto Coelho; Deputado Mauri Torres, Líder do governo; e Líderes da base de governo, nesta Casa, é como se fosse uma chantagem: ou vota desse jeito ou o servidor não terá nenhum tipo de reajuste. Não é esse o comportamento que deve pautar a relação entre o Executivo e o Legislativo.

Nesta Casa, no próprio relacionamento com o governo Aécio, houve momentos mais luminosos, em que acordos eram cumpridos e prazos maiores eram estabelecidos, possibilitando o papel democrático da Oposição. Lembro-me de que, no conjunto de projetos denominado posteriormente - muito utilizado até mesmo como expressão de "marketing" - de choque de gestão, votamos a maioria deles com aperfeiçoamentos. No caso dos servidores, foram estabelecidos prazos para a remessa de planos de carreira. Quando os planos de carreira aqui chegaram, estabelecemos uma metodologia de discussão, chamamos os sindicatos e apresentamos emendas.

Por que o reajuste diferenciado agora? Por que a retroatividade diferenciada? Por que não abranger categorias tão importantes, como a educação, com mais dignidade e respeito? Não tivemos oportunidade de proceder a esse debate. Num dos projetos, que trata da prorrogação da licença-maternidade de 120 para 180 dias, sequer tiveram o cuidado de levar em conta que, nesta Casa, já tramitavam um projeto de lei complementar apresentado pela bancada feminina e subscrito pelo Deputado Dinis Pinheiro e uma proposta de emenda à Constituição de minha autoria subscrita por vários Deputados e muito mais avançada e bem-elaborada que o projeto de lei encaminhado pelo governo. Parece-me que adotaram a paternidade da prorrogação da licença-maternidade, quiseram o DNA da prorrogação, desvalorizaram esta Casa. Esta Casa não pode oferecer boas coisas ao povo mineiro. Esta Casa, como o Parlamento brasileiro, deve ser a "geni", já que o próprio Executivo não reconhece as coisas positivas formuladas por este Parlamento.

Então, o método encaminhado e que presidiu essa remessa de projetos de lei não pode ser desconsiderado. Isso é uma afronta ao Poder Legislativo. Precisamos votar projetos dessa natureza em cinco ou seis dias é muito negativo para esta Casa. Isso é muito grave. Nestes dias, houve muitos "e-mails", telefonemas, sugestões aos projetos, necessidades de esclarecimento de dúvidas, tópicos para reflexão e questionamentos do movimento sindical, e nós, quase condicionados pelo tempo da legislação eleitoral, somos obrigados a votar proposições de qualquer jeito. Entretanto, ainda fizemos um esforço: apresentamos emendas e buscamos elevar o patamar do reajuste. Poderia falar de categoria por categoria, mas, em razão do tempo, vou ater-me à educação.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, hoje o patamar remuneratório em Minas não condiz com a real necessidade de valorizarmos a política pública de educação. Como podemos projetar um Estado mais desenvolvido, como podemos permitir que regiões atualmente desiguais elevem seu patamar de crescimento e desenvolvimento, sem um forte investimento no capital humano, no ensino profissionalizante e na educação de qualidade? Como formaremos homens e mulheres mais conscientes, necessidades de esclarecimento de dúvidas, tópicos para reflexões remuneratórios dos trabalhadores em educação? O Deputado Weliton Prado mencionou pisos que variam de R\$300,00 a R\$400,00. É inacreditável. Conversamos isso com a população, e muitos não acreditam. Um professor em início de carreira, Deputado Adelmo Carneiro Leão, com curso superior, mestrado, doutorado, recebe um salário inicial de R\$908,00. Qual é o estímulo para profissionais com essa qualificação ingressarem na rede pública de educação do Estado?

E, de maneira muito didática, gostaria de explicar o que aprovamos em 1º turno. Não havia outra opção, pois nossa emenda foi derrotada em Plenário. Se votássemos contra o projeto, teríamos um reajuste zero. Então, votamos no reajuste de 10% e buscamos elevá-lo. Buscamos elevar o piso, mas fomos derrotados. Vejam bem: o piso aprovado não é um piso, mas um teto de R\$930,00, pois o piso real é de R\$336,00, R\$410,00. A parcela complementar, que vai até os R\$930,00, é abono, e sobre o abono não incidem vantagens. As promoções e progressões posteriores são anuais? Não, são bianuais. De quanto? São de 10%, 20%? Não, são de 2%, 3%. Elas não significam acréscimo remuneratório, mas sim que uma parte do abono responsável por fazer que a remuneração chegue a R\$930,00 seja incorporada como salário, ou seja, é como se houvesse um abatimento no abono para se transformar em salário. Considero isso quase que uma afronta aos nossos professores, ao magistério, aos trabalhadores da educação.

Não farei aqui demagogia. Temos, sim, um problema de adequação imediata ao que está previsto hoje na lei do Presidente Lula que criou o Fundeb e o piso nacional do magistério, mas, sinceramente, temos que discutir uma velocidade maior de valorização salarial dos trabalhadores em educação. Nesse final de semana, estive no Vale do Jequitinhonha e me reuni com os professores de Berilo, de Itaobim. Todos eles estavam muito indignados com a situação e solicitaram que a olhássemos com mais carinho. Expliquei que simplesmente não dependia da Assembleia Legislativa.

O governo encaminhou um projeto na última hora - nossa emenda está lá. O governo também pressionou a sua base. Sei que muitos Deputados e Deputadas votaram ontem incomodados, por lealdade ao governo. E aqui não entro no mérito nem faço juízo de valor sobre o comportamento de colegas, porque, de fato, compreendo a situação de quem é da base do governo, principalmente de um governo que não valoriza a educação como deveria. Mas nós, da Oposição, temos o papel legítimo de esclarecer essas questões para a população. Poderíamos, desde o início do ano, ter feito um processo de negociação mais aprofundado, ouvindo as partes, ouvindo o Sindicato, buscando mediações responsáveis e verificando os recursos disponíveis no Estado. Não tivemos sequer o discurso de que não era possível pagar, de que se estava no limite prudencial da Lei de Responsabilidade Fiscal. Como compreendermos esses argumentos se esses dados, esses debates não foram possibilitados pelo governo? Então, votamos favoravelmente para que o servidor não ficasse sem reajuste. Fomos derrotados em nossas emendas, discordamos do método e consideramos que a diferenciação do reajuste entre categorias significa também uma opção política. O fato de a educação e muitos setores da saúde serem sempre colocados em posição diferenciada, inferior em relação a outras categorias, significa desinvestimento social. O Deputado Weliton Prado mencionou isso. Muito justos, ainda que aquém do necessário, os 15% para a segurança, para a defesa social; muito importantes, pois existe um passivo histórico em relação aos trabalhadores da defesa social. Há que conceder, sim, aumentos cada vez maiores. Agora, o que explica a concessão de 15% para a área de segurança e defesa social e de 10% para a área de educação? Por que não se elevarem de 10% para no mínimo 15% os valores da área de educação?

Deputados e Deputadas, o adolescente que não tem formação adequada; o adolescente que se evade da escola; o adolescente que não se qualifica para o primeiro emprego; o adolescente que é levado para o mundo das drogas; o adolescente que tem uma família desestruturada

precocemente; e o adolescente que percorre o trágico ciclo entre usuário e traficante de drogas e jovem executado ou executor com 21, 22 anos de idade estão no nosso sistema penitenciário ou cumprindo medidas socioeducativas. Esses jovens custam R\$2.000,00, R\$3.000,00 por mês e ingressam no sistema penitenciário mesmo assim. Existe uma lei estadual de minha autoria que prevê acompanhamento social nas escolas, a presença de assistente social e de psicólogo para acompanhar as famílias e impedir a evasão escolar. O Estado tem dificuldade em implementar essa integração. É muito melhor investir em política pública de apoio à família, em política pública de educação que ficar construindo penitenciárias, contratando mais servidores para o sistema de defesa social. Hoje se tem que contratar, que ampliar, porque há passivo de vagas e de trabalhadores, além do passivo no salário. O governo tem que fazer isso, mesmo, mas não deve visar só o curto prazo: deve pensar em políticas para médio e longo prazos. Esse é o nosso papel. E o melhor investimento que existe é a educação.

Como vamos valorizar a educação num Estado como Minas Gerais, em que o profissional tem o piso de R\$336,00, de R\$412,00, de R\$500,00? Isso não é justo. Com debate político e medidas complementares, temos que discutir uma recomposição mais justa, mais digna. Votei, sim, a favor do reajuste. O Bloco PT-PMDB-PCdoB votou a favor da emenda que elevava o reajuste para a área da educação, mas, infelizmente, foi derrotado. As pessoas têm que saber disso, porque é difícil sermos cobrados nos vários Municípios de Minas Gerais, onde muitas vezes essas notícias não chegam. As professoras e os trabalhadores da educação devem estabelecer um juízo melhor sobre as prioridades desse governo e também sobre a necessidade de maior organização, para que o jogo, a correlação de forças fique um pouco mais favorável para eles.

Sr. Presidente, deixo esta reflexão para o novo Governador, que será empossado amanhã. Tivemos, ao longo destes anos, ainda que na diversidade e divergência de projetos, uma relação respeitosa com o governo do Estado. Quero passar esta mensagem ao Presidente Alberto Pinto Coelho, com quem tive a honra de conviver quando liderei o bloco da Oposição e ele, o do governo. É muito ruim que, no último ano do segundo mandato desse governo, tenhamos uma relação um pouco atropelada no encaminhamento de projetos fundamentais, o que desprezita não só o movimento sindical, mas também esta Casa e os acordos realizados. Ano passado, num clima tenso, vários acordos foram firmados com o bloco da Oposição. Sinceramente espero que o fato de este ser um ano eleitoral não implique uma relação de descumprimento de acordos e de criação de dificuldades com repercussão eleitoral. No epílogo de um governo em que foram construídas relações de confiança, ainda que entre partidos diferentes, colocar interesses menores de cunho eleitoral, com ingredientes novos e negativos na relação do Executivo com o Legislativo, particularmente com a Oposição, é muito grave. No próximo mandato, quem é governo pode até continuar governo; quem é oposição obviamente continuará oposição. Teremos, então, um passivo de confiança abalada. Ou acontecerá o oposto: quem é oposição será governo, e quem é governo será oposição. Assim, não gostaríamos que esses instrumentos de rompimento de acordos - como se diz na gíria, de embromação - fossem a lógica que preside essa relação.

Sei do empenho do Presidente desta Casa; sei do empenho do Líder do Governo, Deputado Mauri Torres; entretanto, esses esforços estão sendo insuficientes. A cobrança nas bases está forte. Há uma cobrança forte nas bases, e o espaço que nos sobra é esta tribuna. Esperamos vir a esta tribuna, daqui a alguns dias, para dizer que o início da gestão de Anastasia, substituindo o Governador Aécio Neves, a partir deste momento em que se desincompatibiliza, sinaliza para a recomposição dessa relação. Estou muito incomodado, assim como o Bloco PT-PMDB-PCdoB, com esse tipo de alteração na relação respeitosa que havia, ainda que na divergência e com projetos diferentes. O descumprimento dos acordos é um forte componente de desagregação das relações políticas no Legislativo, e todos nós sabemos disso.

De maneira muito respeitosa, mas firme, reitero aqui que acordos feitos às claras, que envolvem o interesse público e a implantação de unidades básicas de saúde e de centros de referência da assistência social e que levam obras de urbanização e saneamento e benefícios a Municípios, principalmente aos menores, podem e devem ser cumpridos.

Esperamos que novos programas anunciados sejam compartilhados, em sua formulação e execução, com todos os representantes desta Casa, e não, simplesmente com alguns, em virtude da coloração partidária, e que esses novos programas e decisões não sejam instrumentos de cooptação político-eleitoral, sob pena de este debate ter de extrapolar os muros da Assembleia Legislativa e partir para outros Poderes responsáveis pela fiscalização dos atos do poder público em ano eleitoral.

Sr. Presidente, nestes 4 minutos, concluirei - até para não ter de voltar à tribuna no próximo projeto - dizendo que um fator fundamental para a educação é a questão do deslocamento, do transporte escolar e das nossas estradas. Gostaria de dizer, particularmente aos nossos coirmãos do Vale do Jequitinhonha, de Minas Novas, de Chapada do Norte, de Berilo, de Francisco Badaró, de Jenipapo de Minas, da minha querida Virgem da Lapa, de Araçuai, de Itinga, de Itaobim, de Jequitinhonha, de Joaíma, de Almenara, de Jacinto e de Salto da Divisa, que, ontem, o Presidente Lula e a Ministra Dilma incluíram a conclusão da BR-367 na segunda etapa do PAC. Foi assumido um compromisso público, inscrito no maior programa de infraestrutura já realizado neste País, o qual prevê R\$1.590.000.000,00. Tenho certeza de que o Presidente que for eleito, seja o Serra, seja o Ciro, seja a Marina, seja a própria Dilma, terá o compromisso de executar esse programa, que é do interesse da população. A conclusão da BR-367 é uma grande conquista, uma boa notícia, o sonho do JK sendo realizado. Essa é uma obra que, com o custo de R\$300.000.000,00, poderá significar um grande impulso no desenvolvimento do Alto Jequitinhonha, do Médio Jequitinhonha e do Baixo Jequitinhonha e significa a conclusão, por asfalto, da chamada Rota do Descoberto, que vai de Diamantina até Porto Seguro.

Sr. Presidente, por isso, gostaria de encerrar parabenizando todas as lideranças políticas dos vários partidos do Vale do Jequitinhonha, os vários Prefeitos, as várias Câmaras Municipais e os vários parlamentares. Essa é uma conquista do povo do Vale do Jequitinhonha. Temos, agora, que criar um comitê de monitoramento para a realização e efetivação dessa obra, que muita gente não acreditava que sairia do papel, mas que o Presidente Lula e a Ministra Dilma anunciaram na inauguração da Barragem de Setúbal, em Jenipapo de Minas, há alguns dias. E ontem, quando verificamos a lista das obras incluídas no PAC, sinceramente, Sr. Presidente, uma emoção tomou conta de todos nós - porque conhecemos aquela região, sabemos da luta do povo sofrido do Jequitinhonha, das promessas e das enganações que já foram feitas em torno dessa obra - ao verificarmos a sua inclusão formal num plano dessa natureza. Isso significa muito. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para discutir, o Deputado Almir Paraca.

O Deputado Almir Paraca* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público presente, telespectadores da TV Assembleia, estamos aqui para discutir, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 4.387/2010, do governo do Estado, que reajusta os valores das tabelas de vencimento básico das carreiras do Poder Executivo que menciona e dá outras providências. Já foram feitas algumas intervenções nesta discussão, todas elas muito pertinentes, dando conta do esforço do nosso Bloco PT-PMDB-PCdoB para tentar melhorar e ampliar os vencimentos dos servidores públicos do Estado de Minas Gerais. Já foi mencionado aqui o esforço da apresentação das emendas e o insucesso na busca do objetivo. Quero trazer, de público, mais uma vez, a manifestação dos servidores públicos do Estado de Minas Gerais, que, nos últimos anos, tentam conquistar uma condição de vida melhor e mais digna e condições melhores de trabalho, que, infelizmente, não se restringem à questão salarial. Sabemos que a questão salarial é básica, é fundamental. Não é possível melhorar a prestação de serviços à nossa população; não é possível ter uma melhor qualidade nesses serviços sem melhorar, de maneira substantiva, os salários das diversas categorias de servidores públicos em Minas Gerais.

Em nível federal, vemos o Presidente Lula promover uma melhoria continuada e sistemática do salário mínimo, a qual dinamizou a economia e teve um efeito positivo em todo o País e, de maneira muito particular, nas pequenas cidades brasileiras, quando associada às demais políticas públicas de distribuição de renda e de assistência social, que vêm compondo e melhorando a capacidade de compra das famílias, a exemplo do Bolsa-Família e de outras ações. Também por parte do governo federal, estamos vendo a recomposição salarial de praticamente todas as categorias do funcionalismo público federal, além da recuperação da capacidade do Estado brasileiro de executar as suas funções. Os concursos públicos realizados nos últimos anos em âmbito federal têm feito com que o Estado brasileiro recupere a capacidade de ação e de intervenção. Em todas as áreas, estamos observando isso e, de maneira muito especial, na educação pública do ensino técnico profissionalizante, do ensino superior. A expansão da universidade pública brasileira e da rede de institutos federais de educação demonstra intervenção firme, decidida para

ampliar as oportunidades para o povo brasileiro. Observamos isso de maneira objetiva, claríssima, na educação pública federal, superior e técnica, mas está acontecendo também nas mais diversas áreas. Podemos tomar como exemplo o que foi feito no Ministério da Previdência, no Ministério da Justiça, na verdade, em todas as áreas do funcionalismo público federal. E aqui, em Minas Gerais, estamos diante dessa situação. A nossa bancada e o PCdoB votamos a favor do aumento para o funcionalismo público do Estado, apesar de achá-lo tímido. Entretanto, diante da falta de alternativas e da rejeição das propostas que apresentamos, não nos cabe outra coisa a não ser aprovar a proposição do governo do Estado.

Gostaríamos, Sr. Presidente, de trazer ao conhecimento público um ofício que recebemos pessoalmente numa reunião com educadores, neste fim de semana, em Guaranésia, a qual expressa o pensamento, a opinião dos educadores da rede pública estadual e de diversas categorias que enfrentam problemas similares. Fica claro que o problema é, em grande parte, salarial, pois, sem um salário digno, sem um salário que permita ao servidor público dedicar-se à sua função com tranquilidade, sabendo que as suas necessidades básicas serão atendidas, assim como as de sua família, torna-se difícil cumprir a sua função. E isso só será possível se receber um bom salário, à altura do que merecem os servidores públicos de Minas Gerais. Mas, além da questão social, há outros problemas.

Vamos passar à leitura do ofício recebido em Guaranésia, neste final de semana, no dia 27. Foi apresentado pelos professores e funcionários estaduais locais e é extensivo aos nobres pares desta Casa. (- Lê:) "Exmo. Sr. Deputado, nós, professores e funcionários estaduais das Escolas Alice Autran Dourado e Carvalho Brito, de Guaranésia, e da Escola Geraldo Ribeiro Dias, de Santa Cruz do Prata, Minas Gerais, paralisamos as atividades escolares no dia 16 de março para integrarmos a campanha de mobilização pelo piso salarial nacional do magistério e pela valorização dos profissionais da educação. Sabemos que, no dia 22 do corrente, o Governador do nosso Estado enviou à Assembleia um projeto a ser votado que eleva em 10% o salário-base do funcionalismo, o que representará entre R\$30,00 e R\$65,00, dependendo do cargo ocupado no magistério. É do nosso conhecimento que o Exmo. Sr. Presidente da República determinou o piso salarial para o magistério de R\$935,00 desde 2009, mas o nosso Governador entende esse valor como teto salarial, incluindo-se os biênios e quinquênios, que devem ser um estímulo para a categoria e não devem integrar o piso salarial.

Solicitamos, encarecidamente, a V. Sa. e aos demais Deputados da Assembleia Legislativa de Minas Gerais que nos representem e façam chegar ao Exmo. Sr. Governador Aécio Neves as nossas insatisfações e reivindicações: 1º) Os professores reivindicam um piso salarial estabelecido pelo nosso Presidente, e não, o piso de aproximadamente R\$600,00; 2º) Os assistentes técnicos de educação básica, secretaria, e os auxiliares de serviço de educação básica, os serviços, passariam a ter um piso de R\$360,00 a R\$400,00, aproximadamente, inferior ao salário mínimo; 3º) As salas de aula estão superlotadas, excedendo o número ideal para um bom trabalho, e os professores vêm sendo cobrados de forma autoritária por resultados na aprendizagem. O número médio de alunos por sala precisa ser revisto de forma urgente; 4º) Quanto ao Ipsemg, temos de nos deslocar 70km para Passos, a cidade mais próxima conveniente, e arcar com as despesas de viagem e o pagamento de substituto para o dia faltoso; 5º) Achamos um absurdo não haver contratação de substituto durante a licença de saúde do professor por 10 dias, porque os alunos ficam sem aulas nesse período. Portanto, é hora de dar um basta, analisar criteriosamente os holerites e tabelas salariais a serem votadas e voltar o olhar para a educação, que é a mola propulsora para o desenvolvimento de um país. Com certeza, no pleito, saberemos reconhecer aqueles que usam o poder conferido pelo povo em benefício do próprio povo. Certos do empenho de V. Sas. pelo sucesso de nossas reivindicações, atenciosamente, Maria Regina Flamini". Ela assina pelos professores e funcionários estaduais de Guaranésia.

Portanto, Sr. Presidente, está aqui clara, transparente a posição do funcionalismo público da educação, a qual - sabemos - estende-se a todas as categorias de servidores públicos do Estado de Minas Gerais. Encontram-se presentes os companheiros do Sindpúblicos, que estão na luta pela recomposição das tabelas salariais dos servidores públicos do Estado de Minas Gerais, e os demais sindicatos das categorias que, permanentemente, vêm a esta Casa, às diversas comissões e às diversas bancadas trazer as suas reivindicações e pontos de vista. Todas as reivindicações são absolutamente legítimas.

A exemplo do que disseram, agora há pouco, os Deputados Weliton Prado e André Quintão, precisamos de fato de fazer uma análise detida e criteriosa sobre o modelo de Estado que queremos em Minas Gerais. Queremos um Estado que capacite e instrumentalize não só do ponto de vista técnico, mas principalmente do salarial, o conjunto dos servidores para que cumpram as suas funções ou um Estado que se instrumentalize para atender plenamente à necessidade de serviços públicos de qualidade em todos os Municípios, desde os pequenos distritos às grandes cidades? Infelizmente, é um Estado que, como estamos vendo - apesar de reconhecermos avanços em muitas áreas -, ainda está muito distante dessa capacidade, dessa condição de atender ao conjunto da nossa população.

Voltando à questão do piso salarial nacional para a educação, a Lei Federal nº 11.738, de 2008, que garante esse piso, vem sendo questionada em Minas Gerais e em outros Estados, infelizmente, por meio de ações diretas de inconstitucionalidade. Consideramos que isso é uma afronta a essa conquista, que ainda não é plena e total. O piso estabelecido pela Lei Federal nº 11.738 ainda não é o piso desejável, necessário para fazer com que a educação brasileira alcance aquele patamar, aquela condição em que cumpra fielmente o seu papel. Conforme a nossa querida Profa. Maria Regina Flamini, a educação é a mola propulsora da nossa sociedade, a mola propulsora do desenvolvimento do País, mas nem esse piso, que não é o desejável e necessário, está sendo cumprido em Minas Gerais e em outros Estados. Isso demonstra a que distância estamos de um Estado que cumpre efetivamente o seu papel. E infelizmente essa situação não acontece somente em Minas Gerais.

Como foi dito de maneira muito clara pelo Deputado Weliton Prado, estamos vendo, ao longo dos últimos anos, uma recuperação da capacidade de investimento do Estado de Minas Gerais, este Estado forte da nossa Federação, este Estado símbolo da nossa Federação. O seu orçamento demonstra uma capacidade ampliada de intervenção, uma melhoria crescente de sua presença e de seu atendimento a todos os Municípios mineiros. Essa ampliação da receita, do orçamento não se traduz, como deveria, na qualidade, na capacidade, na condição que os nossos servidores devem ter para desempenhar suas funções.

Esperamos que este debate possa ser retomado de maneira objetiva nesta campanha. O período de campanha eleitoral está se aproximando. Na verdade, o debate está instalado em nossa sociedade. É preciso que a população de Minas Gerais faça uma reflexão profunda e verdadeira sobre esta Casa e sobre o governo de Minas Gerais. As eleições que se avizinham são gerais. Temos de fazer uma reflexão sobre o papel do Estado brasileiro nos níveis nacional, estadual e municipal. Que modelo de Estado o povo brasileiro deseja? Um Estado fortalecido na sua capacidade de ação, de execução, a exemplo do que vem fazendo o Presidente Lula em nível federal, por meio de concursos públicos sistemáticos e periódicos, por meio da qualificação continuada dos servidores, por meio da ampliação da presença do Estado brasileiro em todas as áreas? Será que o povo brasileiro deseja o modelo defendido por muitos - infelizmente, de maneira não muito clara, é preciso dizer -, ou seja, o Estado mínimo? Isso é o contrário do que defendemos, é o contrário do que o Presidente Lula vem fazendo em todo o território nacional. Aqueles que defendem o Estado mínimo, até para ajudar na efetivação do debate, devem entender que ele deve ser entendido por todos os interlocutores, principalmente pela nossa população. Que aqueles que defendem o Estado mínimo tenham a honradez de vir defendê-lo, de explicitar suas posições, porque entendemos que, de fato, este é o grande debate que vai ser colocado em nível nacional. Esperamos, também, todas as eleições estaduais, que se aproximam.

A discussão do Projeto de Lei nº 4.387/2010 é uma evidência de que precisamos aprofundar este debate. Defendemos que o Estado de Minas e o Estado brasileiro, como um todo, sejam fortes, preparados, capacitados para cumprir seu papel, nas áreas da educação, da saúde, da defesa social, da promoção e interiorização do desenvolvimento. Queremos dar um exemplo para demonstrar que, na medida em que o Estado de Minas não assume plenamente o seu papel de promover a correção das distorções regionais, damos prosseguimento às injustiças que, historicamente, estabeleceram-se em nosso Estado.

No Programa Luz para Todos, que defendemos aqui permanentemente, estamos assistindo à preservação das injustiças regionais em Minas

Gerais. Agora, a Cemig está anunciando, até porque foi cobrada, com muita firmeza, pela Eletrobrás, pelo Ministério das Minas e Energia e pela Aneel, que vai cumprir, até o final do ano, esse Programa. A Cemig, durante estes dois anos em que ficou sem executar o Programa Luz para Todos no Estado, tinha uma capacidade instalada. Ela tem uma capacidade operacional muito maior do que a que demonstrou, nos últimos tempos, para executar o Programa. Agora, ela está anunciando que, até o final do ano, vai realizar cerca de 75, 78 mil ligações, alcançando distâncias entre a rede central e a casa do agricultor de até 1.600m. Infelizmente, aqui quero lembrar a ausência do Estado de Minas Gerais, porque o que se esperava era que ele, em complementação ao Programa Luz para Todos, que é federal, garantisse o atendimento efetivo a todos os mineiros. Não serão atendidos no Programa aqueles que estão estabelecidos além de 1.600m, principalmente em minha região. Na região em que sou majoritário, o Noroeste de Minas, em que há a menor densidade demográfica deste Estado, muitas e muitas pessoas que moram no campo não serão atendidas. Queremos que o debate possa estabelecer-se, de modo a evidenciar que o Estado precisa recuperar sua capacidade de intervenção, principalmente para corrigir essas distorções regionais presentes em Minas e também em outras regiões brasileiras. O povo brasileiro e o povo mineiro precisam de um Estado forte, capaz de intervir para corrigir essas distorções regionais.

Queremos dizer aos servidores públicos de Minas Gerais que, a cada vez que recebemos cópias das folhas de pagamento, como essas que recebemos dos professores e dos servidores da educação de Guarani neste final de semana, ficamos envergonhados, com muita dificuldade de dar qualquer tipo de explicação, de fazer qualquer defesa que justifique os vencimentos básicos. Eles indicam, como vencimento básico e por 30 horas semanais, R\$330,75 para o cargo de Auxiliar de Serviços da Educação Básica e R\$344,07 para Assistente Técnico de Educação Básica. Com pagamentos dessa ordem, que, infelizmente, encontramos em todas as áreas do governo do Estado, fica difícil dizer ao povo brasileiro que os serviços prestados pelo Estado de Minas Gerais vão alcançar o nível de dignidade, de presteza e de respeito ao nosso cidadão, como era de esperar e que, sabemos, todos os mineiros merecem.

Queremos dizer aos servidores públicos de Minas Gerais que, infelizmente, não temos opção a não ser aprovar, do jeito que foi encaminhado a esta Casa pelo Governador do Estado, os 10% para o conjunto dos servidores e 15% para a área de segurança pública. Mas a luta vai continuar. Insistimos na necessidade de mobilização, de organização e, principalmente, de posicionamento político nos momentos e nas instâncias possíveis de se fazer tal manifestação, como é o caso objetivo dos momentos eleitorais. Que os servidores públicos de Minas Gerais se posicionem e façam valer seus direitos e pontos de vista! Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para discutir o projeto, o Deputado Sargento Rodrigues.

O Deputado Sargento Rodrigues - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público que nos assiste pela TV Assembleia, nossos convidados das galerias, voltamos à tribuna nesta manhã do dia 30 de março para externar novamente nossa preocupação com uma parcela de servidores públicos que esperamos fosse melhor atendida pelo atual governo. Nós trabalhamos e fornecemos informações ao governo durante estes sete anos e três meses da administração Aécio Neves. Eu comentava há pouco com o nosso Líder de Governo, Deputado Mauri Torres, sobre as informações que recebemos de Pernambuco. Deputada Ana Maria Resende, o Governador Eduardo Campos concedeu aos policiais de seu Estado, de uma única vez e numa única parcela, 40% da gratificação por atividade de risco, mais conhecida como periculosidade. Apresentamos, durante a tramitação deste projeto que estou discutindo, o Projeto de Lei nº 4.387, uma emenda, de tal forma que fosse possível ao Governador recebê-la e ter a condição futura de tratar da questão.

Quero apenas ilustrar a minha fala dizendo da necessidade do pagamento desse adicional. Hoje praticamente todos os jornais de Minas Gerais, o "Super Notícias", o "Hoje em Dia" e o "O Tempo", o "Portal Uai" e os "blogs" trazem a seguinte matéria: em um assalto a banco no Município de Itaguara, região Central do Estado, em 2005, o suspeito seria autor dos disparos que mataram dois policiais militares. Deputada Ana Maria Resende, estive no local no dia em que esses dois policiais militares foram metralhados. Eles foram metralhados literalmente, porque foram utilizadas metralhadoras 9mm por esse bandido preso ontem por policiais civis da equipe comandada pelo Delegado Islândio Batista Almeida. Fui a Itaguara, que fica a 100km de Belo Horizonte, e pude ver as circunstâncias em que esses dois policiais foram mortos. Eles não chegaram, sequer, a descer da viatura para atendimento de um possível assalto a banco, que, na verdade, estava realmente acontecendo.

Chamamos a atenção dos Deputados e das Deputadas e, principalmente, do público que nos assiste, porque ouvimos falar que elevar o piso do policial para R\$2.041,00 é algo razoável. Eu também entendo assim, mas não existe nenhuma categoria de servidor público ou de qualquer área que entrega tanto a sua vida em defesa da vida dos demais.

Essa matéria nos fez recordar os fatos. Fui ao local onde os fatos aconteceram em 2005. Vários policiais militares estavam lá e assistiram àquele desfecho de assalto a banco. Também na cidade de Ouro Fino, no início de 2009, dois policiais militares, ao fazerem uma abordagem a um veículo suspeito numa estrada vicinal, foram metralhados e mortos em serviço. Também já comentei o caso da cidade de São Gotardo, onde uma quadrilha também especializada em roubo a bancos e a carros-fortes não apenas metralhou o Cabo Vandec, mas também atirou com um fuzil. Talvez vocês não consigam entender o calibre dessa arma; é um projétil quase do tamanho de uma caneta Bic que traspassou e abriu a cabeça do Cabo Vandec. Fatos como esses vêm se repetindo desde 2003. Venho fazendo um acompanhamento sistemático de mortes de policiais militares, de policiais civis, de bombeiros e de Agentes Penitenciários. Recentemente, em Betim, houve a morte covarde do Agente Penitenciário que trabalhava no Presídio São Joaquim de Bicas. A Deputada Maria Tereza Lara também acompanhou esses fatos. Esse Agente Penitenciário não permitiu que traficantes pesassem droga na balança da mercearia dos seus pais e foi covardemente assassinado por marginais. Trata-se de atividades, e de profissões em relação às quais não há como o governo não avançar. Reconheço que avançamos em vários pontos neste governo. Em 2003, aprovamos uma emenda à Constituição de minha autoria que devolveu aos policiais e aos bombeiros militares o adicional trintenário, com o apoio da Oposição e da base do governo. Em 2004, a Lei Complementar nº 74, negociada com o governo, deu início ao processo de promoção por tempo de serviço de policiais e bombeiros militares. Em 2005, houve o mesmo critério de promoção para os policiais civis, as carreiras iniciais, com 10 anos na classe. Em 2006, uma lei garantiu o pagamento do abono-fardamento, o que não se resolvia desde os governos Itamar Franco e Eduardo Azeredo. Não gosto de me lembrar do nome desse cidadão, porque é o nosso pior inimigo. O pior inimigo dos policiais de Minas Gerais chama-se Eduardo Azeredo. Quero ressaltar que não me esqueço desse nome, de forma negativa. Em 2007, aprovamos a aposentadoria dos policiais civis, reduzindo o tempo de serviço de 35 anos para 30 anos, por meio de uma emenda à Constituição de minha autoria e que contou com o apoio da Oposição e da base do governo. Em 2008, foi sancionada a Lei nº 17.949, que instituiu o Promorar Militar, também por meio de nosso trabalho junto aos comandos dos policiais e dos bombeiros militares. Hoje o Promorar precisa, urgentemente, de receber novo aporte de recursos. Há problemas com o Promorar, mas houve avanço - e o reconhecimento do público. Em 2009, a Lei Complementar nº 109, de 2009 - na minha opinião, o maior pacote de medidas aprovado - dispôs sobre a aposentadoria, aos 25 anos de efetivo serviço, dos policiais e dos bombeiros por meio de emenda de minha autoria. Tivemos a felicidade de aprovar os 25 dias úteis e o auxílio-invalidez para quem ficou inválido em razão do serviço. Portanto conquistamos uma série de benefícios. Ilustre Deputado Carlos Pimenta, apresentei essa emenda simples, que nenhum Deputado desta Casa nem consultor poderiam dizer que esbarraria no vício de iniciativa ou de inconstitucionalidade, pois não falamos sobre valores nem percentuais. A Emenda nº 30, que votamos ontem - fomos derrotados, houve 14 votos favoráveis -, tem o seguinte teor: (- Lê:)

"Acrescente-se ao art. 2º do Projeto de Lei nº 4.387/2010 o seguinte parágrafo único: Parágrafo único - Fica o Poder Executivo autorizado a conceder gratificação por atividade de risco aos servidores de que trata este artigo."

Não há que se falar sobre impacto financeiro. A emenda não se refere a percentual. Portanto foi derrotada por uma posição do governo, por uma definição política, e não técnica.

A nossa preocupação é com a morte de policiais civis, militares e bombeiros. Não há outro indicador. São 137 servidores mortos em serviço, em razão da sua atividade, desde janeiro de 2003. Acompanho milimetricamente esses fatos, no Estado. Então, eles precisam ser colocados na mesa de discussão, e fico profundamente triste de ver esse governo terminar sem conceder o adicional de periculosidade.

O Deputado Carlos Pimenta (em aparte) - Quero participar do seu pronunciamento. Tinha até me inscrito para falar, mas achei melhor participar, em aparte, do pronunciamento de V. Exa., para, em primeiro lugar, cumprimentá-lo pelo trabalho que realiza em prol da Polícia Militar e da Polícia Civil de Minas Gerais. Isso não é só de agora, com essa emenda a esse projeto. Na retrospectiva de tudo que ocorreu aqui envolvendo a Polícia Militar, as conquistas, as vitórias e os avanços, com certeza absoluta, houve a participação de muitos companheiros, e destaco a presença de V. Exa. e de vários outros Deputados.

Entendo que, muitas vezes, não é possível, em um determinado momento, avançarmos, mas, no cômputo geral, o Deputado Sargento Rodrigues, de nosso partido, do PDT, certamente pode muito comemorar suas ações políticas ao longo dos anos e, principalmente, no Governo Aécio Neves. O Governador Aécio Neves foi muito sensível, acatou muito, colocou-se à disposição e dialogou, o que penso ser importante.

Também neste aparte cedido por V. Exa., quero dizer que trabalhamos muito, nos últimos dias, aproveitando a oportunidade do Projeto de Lei nº 4.387, do Governador do Estado, que hoje será votado em 2º turno e que deve ser aprovado até o dia 6, para passar a vigorar. Trabalhei muito em prol dos funcionários da saúde do Estado, aqueles funcionários que foram municipalizados. Estamos falando de médicos, dentistas, psicólogos, enfermeiros formados em curso superior, atendentes e auxiliares de enfermagem, um grupo de pessoas que trabalhou muito para a saúde de nosso Estado.

Há 20 anos, quando o Estado mantinha os postos de saúde nos Municípios, esses funcionários trabalhavam na ponta do serviço. Havia reciclagens. O médico fazia uma reciclagem em tuberculose, hanseníase, enfim, era valorizado e tinha uma perspectiva de carreira. Depois de municipalizado, esse pessoal, como se diz na gíria, come o pão que o capeta amassou. Primeiro, eles já não têm uma carreira definida e estão sujeitos ao humor das autoridades políticas. Se, por exemplo, há um Prefeito que gosta do médico, ele, muitas vezes, o valoriza e complementa o seu salário, porque isso é possível. Se o médico é do grupo do Prefeito ou da administração que está no poder, em um determinado Município, muitas vezes tem condições de receber um salário melhor. Essa complementação, no entanto, não é incorporada ao salário do médico. O salário básico é muito pequeno e vou falar por quê.

Então, trabalhamos muito para tentar colocar esse grupo de pessoas nas ações do governo, para que recebessem os 10%; contudo, eles não possuem o desempenho- produtividade, ninguém vai lá a fim de avaliá-lo, e ele não recebe o recurso de ajuda de alimentação e de transporte. Eles estão abandonados nos Municípios. Fiz ver isso a nossa Secretária Renata, falei com ela e mostrei a importância de se fazer um bom trabalho, mas infelizmente não foi possível. Hoje tinha a intenção de pronunciar-me mais sobre esse assunto, provocando uma discussão maior e até uma reação do governo. Tive a oportunidade de conversar com o Presidente da Casa, Deputado Alberto Pinto Coelho, que está aqui presente, e recebi a sua garantia de que há um projeto tramitando na Comissão de Constituição e Justiça que trata exatamente desse pessoal municipalizado. Teremos mais tempo e pretendo ter uma ação vigorosa sobre ele. Já me dispus, em audiência pública, a representá-los diante do governo, em que confio. Sei que o Prof. Anastasia, que será o nosso Governador, está ciente do problema e está ansioso para resolvê-lo. Entretanto, o tempo é muito curto para fazermos uma discussão maior ou audiência pública, infelizmente. Aproveito a presença do Presidente da Casa, Deputado Alberto Pinto Coelho, para dizer a esse grupo de funcionários, que são muito importantes na história de Minas Gerais e participaram ativamente da saúde pública - muitos deles já estão aposentados ou na fase final de aposentadoria -, que teremos uma ação nesse sentido, e sei que posso contar com os meus companheiros. Só para se ter uma ideia, Deputado Sargento Rodrigues, esses médicos que trabalham na Secretaria da Saúde são os únicos com salário inicial de R\$927,00. Agora, com os 10%, o valor passará para mil e poucos reais. Eles não têm mais nada. É claro que possuem os direitos constitucionais: quinquênios, triênios, etc., mas se aposentam com salários que fazem pena. Procuraremos, de certa maneira, equiparar os seus salários aos dos médicos da Fhemig, da Hemominas e do Ipsemg, fazendo-se uma média salarial. Esses médicos já estão descrentes e se sentem abandonados, em segundo plano diante do governo, mas faremos um trabalho para valorizá-los. Falo isso porque fiquei sensibilizado. Fizemos contatos, discutimos com vários deles e faremos uma ação respaldada pelo Presidente Alberto Pinto Coelho, por meio desse projeto que tramitará, para encontrarmos uma saída e para que a Assembleia Legislativa e o governo do Estado reconheçam o valor desses funcionários, que trabalharam tanto pelo Estado e hoje estão em segundo plano.

Parabéns a V. Exa. por seu pronunciamento. Nosso partido procura, de todas as formas, dar ênfase ao trabalhador, que é a nossa razão de existir. O PDT foi criado para isso e tem a sua ideologia fundamentada no trabalhismo. Não nos furtaremos ao nosso compromisso, nas oportunidades que tivermos, para ajudar os funcionários do nosso Estado. Parabéns. Muito obrigado.

O Deputado Sargento Rodrigues - Agradeço as palavras de V. Exa.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, dando continuidade a nossa intervenção, quero dizer algo ao Governador Aécio Neves. Obviamente deixaremos isso para o Prof. Antonio Anastasia, que assumirá o governo amanhã. Sua passagem formal acontecerá aqui, amanhã, a partir das 11 horas da manhã. Estaremos aqui. Quem sabe o Vice-Governador - Governador a partir de amanhã - também nos ouça e envie a esta Casa um projeto de lei que trate desse assunto, mesmo que seja feita a discussão e acabemos sua votação após as eleições. Entendemos que isso é possível. Os policiais civis, militares, bombeiros e Agentes Penitenciários não descansarão. Não descansaremos, Deputado Tenente Lúcio. V. Exa. serviu às Forças Armadas por muito tempo e sabe exatamente do que estou falando. Não descansaremos, Deputada Maria Tereza Lara, enquanto não fomos aprovado nesta Casa o adicional de periculosidade. Os carteiros o recebem. Cento e trinta e sete servidores da área de segurança pública morreram em consequência do serviço. Isso não é possível. Alguns morreram de forma cruel, como foi o caso do companheiro Cb. Vandec, em São Gotardo, em janeiro de 2007, quando uma bala de fuzil 762 abriu a sua cabeça. Alguns Deputados viram as fotos até com receio de olhar para elas, tamanha a tragédia que se abateu sobre ele e sua família. E eu pergunto: quando o governo entenderá que essa categoria de trabalhador tem que receber esse tipo de gratificação? O Ministério Público mandou um projeto para esta Casa de gratificação por atividade extraordinária nos finais de semana para todos os Promotores e Procuradores. Fizemos um enfrentamento ferrenho, com muita altivez e muito equilíbrio. Além do salário inicial de R\$20.000,00, queriam ganhar R\$3.650,00. Mas esta Casa não deixou, apesar da imprensa bater na Assembleia de forma fria e covarde, falando que queríamos foro privilegiado. Mas não estávamos permitindo que Promotores e Procuradores ganhassem R\$3.650,00 por serviços extraordinários.

Quem trabalha todos os dias de manhã, de tarde e de noite? Qual instituição neste Estado atende a população 24 horas por dia, nos 853 Municípios? Não existe outra a não ser a força de segurança. Atende 24 horas por dia nos 853 Municípios e não recebe adicional periculosidade. Já postamos essa matéria no nosso site. Nossa emenda foi derrotada. Foi derrotada não porque tinha vício de iniciativa por inconstitucionalidade, mas por determinação de governo. Eu disse ao Governador: vamos aprovar essa emenda. V. Exa. ou o Prof. Anastasia pode tratar desse assunto mais adiante. Terão a delegação porque ela era autorizativa. E era isso que queríamos naquele momento, quando a apresentamos. Nossa primeira preocupação: nenhum Deputado desta Casa, em nome do governo, poderia falar que existe vício de iniciativa, porque o processo foi deflagrado pelo Governador. Também não poderia falar que a emenda é inconstitucional, porque há impacto financeiro, porque ela não fala em percentual. Fomos derrotados na Comissão e no Plenário. Não é possível.

Cerca de 10 Estados da Federação já pagam a gratificação e o Estado que paga menos paga 30% sobre o vencimento básico do servidor da área de segurança pública. Há Estado que paga 40%, que paga 50%; São Paulo paga uma gratificação por atividade especial de 100%. Então não é possível que o Governador e o Vice-Governador não tenham essa compreensão, não tenham essa sensibilidade para compreender que apenas durante o seu governo 137 servidores da área de segurança pública tombaram no cumprimento do seu dever. Tombaram defendendo a sociedade. Será que os carteiros também andam morrendo em troca de tiros? Eles recebem a gratificação por atividade de risco, mas os servidores da área de segurança pública ainda não recebem.

Fazemos a discussão desse projeto porque ela é pertinente. Apresentamos emenda ao projeto que trata do reajuste salarial. Sabemos que o ideal não seria 15%, mas 30%, 40% de reajuste. Mas, já que não deram os 30%, 40% de reajuste, poderiam ter complementado com a gratificação da atividade de risco. Não vamos descansar. Não vou arredar o pé desta tribuna enquanto não vir aprovado o projeto de lei que

trata da gratificação por atividade de risco. Não é possível acontecer essa falha em um Estado do tamanho de Minas Gerais, da grandeza de Minas Gerais, com a melhor força de segurança pública do País. É indiscutível. Todas as polícias vêm a Minas Gerais aprender com a polícia mineira. Todas as polícias vêm aqui beber água da fonte das forças de segurança pública do nosso Estado. Exportamos o conhecimento no combate ao crime do ponto de vista da atividade policial. Neste Estado, temos as melhores forças de segurança pública, mas nem por isso somos contemplados à altura do que é exigido pela função. A Constituição Federal e a Constituição Estadual, em seu art. 32, preveem a remuneração conforme o grau e a complexidade de cada carreira. Por isso estamos aqui. O grau e a complexidade subentendem o risco. Um policial toma uma decisão em frações de segundos. O Juiz e o Promotor escrevem ou pesquisam longas teses jurídicas, doutrinas, decisões, jurisprudências. O policial tem que decidir se morre ou salva a vítima em frações de segundos. Essa é a vida de um policial no dia a dia. Às vezes, imaginamos que os policiais que estão em Manga, em Extrema, depois de nossa querida Poços de Caldas, ou em Ouro Fino, Distrito de Crisólia, estão em locais tranquilos, onde nada acontecerá. De repente, no Município do nosso companheiro Deputado Dalmo Ribeiro, no Distrito de Crisólia, dois policiais foram abordar um veículo suspeito numa estrada vicinal e foram mortos. O que trazemos é a realidade.

Não estamos falando de forma demagógica; estamos trazendo fatos reais, que acontecem todos os dias neste Estado. Somente quem entrou numa troca de tiros sabe o quanto é perigosa. Tive a oportunidade de entrar em dezenas de trocas de tiros. Um patrulheiro ficou paraplégico numa troca de tiros, no dia 14/3/1993, durante uma abordagem policial. Sei o que é ver um companheiro tombar e constatar que realmente a atividade é de altíssimo risco. Muitos dos senhores talvez não compreendam essa dimensão. Estar numa mesa ou num gabinete é uma experiência daquela que diferente vivemos no dia a dia. Espero que minhas palavras ditas e repetidas várias vezes desta tribuna possam ecoar nos ouvidos do Prof. Anastasia, Vice-Governador, e do Governador Aécio Neves. Tenho esperança, ainda este ano, de tratar dessa matéria nesta Casa e resolver esse assunto. Não é possível que carteiros recebam adicional de periculosidade, enquanto servidores da segurança pública, que morrem quase todos os dias, não recebam. A média de falecimentos é de aproximadamente 20 servidores por ano, nos últimos sete anos.

Sr. Presidente, encerro minhas palavras deixando o meu apelo ao Governador e ao Vice-Governador. Vamos solucionar esse problema; vamos resolver esse problema; vamos valorizar os que estão se arriscando em nome da sociedade mineira.

O Sr. Presidente - Com a palavra, para discutir, a Deputada Maria Tereza Lara.

A Deputada Maria Tereza Lara* - Bom dia a todos, Deputados e Presidente Alberto Pinto Coelho. Não poderia deixar de fazer breves considerações sobre o Projeto de Lei nº 4.387/2010, do Governador do Estado, que reajusta os valores das tabelas de vencimento básico das carreiras do Poder Executivo, porque sou professora aposentada da rede estadual. Trabalhei 25 anos em escola pública. Fui Diretora de escola e conheço de perto a situação do servidor público, sobretudo da educação.

Inicialmente, gostaria de explicar por que, ontem à noite, quando esse e outros projetos foram votados, inclusive o dos Delegados, eu não estava nesta Casa. Sei que a nossa prioridade é o parlamento e tenho procurado estar atenta a ela, mas, como na segunda-feira raramente há votação, assumi um compromisso na área de educação, em uma escola que oferece o curso técnico de agropecuária, em Alpinópolis, Sul de Minas.

Discuti com o Deputado Padre João, nosso líder, sobre a necessidade de comparecer a essa escola e sobre a necessidade de estar aqui para votar e pude perceber que, apesar da importância da minha presença, um voto a mais não mudaria a situação. O nosso Bloco PT-PCdoB-PMDB votou a favor do projeto de reajuste, pois não havia outra opção, mas não ficamos somente nisso, já que o nosso bloco apresentou algumas emendas, que obtiveram exatamente os votos desse bloco, e um voto a mais não resolveria, pois não teríamos a maioria.

Deputado Sargento Rodrigues, gostaria de informar que, como o meu pai foi carteiro, sei da necessidade desse auxílio de periculosidade, mas concordo com V. Exa. que o trabalho dos militares é de muito mais risco. Gostaria de registrar que V. Exa. tem a nossa concordância e apoio em relação a essa gratificação para a atividade de risco.

Como Vice-Presidente da Comissão de Segurança Pública, concordamos que os profissionais da área de segurança têm de ser bem remunerados. Eles deveriam ter 15% de reajuste e até mais, pois têm uma profissão que defende a vida e que têm de realizar a repressão qualificada. Precisam ser bem escolhidos, pois não aceitamos profissionais da segurança pública, e de nenhuma outra área, que não defenda intransigentemente a vida e que não tenha valores éticos e morais muito claros e uma vida que pode ser toda analisada antes de assumir essa profissão, pois não podem utilizar o poder da força contra qualquer pessoa e principalmente contra os excluídos e os mais pobres, que, muitas vezes, ficam reféns daqueles que utilizam o poder por abuso e não em defesa da vida. Temos de ter, em Minas Gerais, policiais, civis, militares e bombeiros, que honrem a farda e a instituição.

Gostaria também de dizer que segurança pública se faz com polícia bem valorizada e bem formada para a repressão qualificada, mas é indispensável o investimento na prevenção. E nisso a educação está em primeiro lugar. É indispensável que os professores e os profissionais da educação sejam bem remunerados. O nosso bloco apresentou três emendas, para que, pelo menos, os profissionais da educação e os outros servidores públicos pudessem contar com esse reajuste isonômico. Todos deveriam ter 15% de reajuste, e não 10%, a partir de 1º de janeiro, e não a partir de maio. Os auxiliares de serviço da educação básica deveriam ter um piso salarial de R\$887,00, e não de R\$772,00, para 40 horas de jornada semanal; e o piso para o professor de educação básica deveria ser de R\$1.312,85, a partir de 1º de janeiro de 2010, como manda a lei federal.

Isso é uma questão de lógica. O governo federal já criou essa lei, que garante esse piso mínimo para a categoria do magistério. Esperamos que o Estado valorize a educação, pois o recurso aplicado na educação não é gasto, mas investimento. Se investirmos mais na educação, teremos de construir menos cadeias.

Hoje, o "per capita" de um detento é de R\$2.300,00 por mês, Deputado Sargento Rodrigues, como V. Exa. sabe. Se investirmos mais em educação, teremos muito menos penitenciárias e não usaremos os recursos provenientes de impostos para financiar detentos que saem de lá não ressocializados. Somente cerca de 10% a 15% deles são ressocializados. O sistema penitenciário está falido. Temos que reverter esse quadro, o que será feito com educação. Deixo essa reflexão como uma contribuição. Queremos chegar ao ponto de investir muito mais em educação.

Como já disse o companheiro Deputado André Quintão, temos que questionar o processo de chegada desses projetos a esta Casa. Não houve uma comissão de negociação com os sindicatos e com os representantes das categorias. Os projetos chegaram aqui na última hora. Fomos colocados na parede: ou aprovamos esses projetos, ou não haverá nenhum reajuste, porque a lei eleitoral não o permite, o prazo está extinguindo-se agora. Deixamos essa exposição de motivos para todos que acompanham pela TV Assembleia. O nosso bloco concluiu que o reajuste mínimo de 10% seria melhor que nada. Portanto, nos posicionamos pensando nas categorias, nos servidores públicos, naquilo que é possível. Há o ideal e o possível. O nosso bloco, como já foi dito, anteriormente era composto pelo PT-PCdoB, e agora há também o PMDB. Lutamos para que o funcionário seja valorizado, para que haja debate. Esta Casa sempre abriu espaço para audiência pública, para debate, mas ficamos impedidos de realizar debate democrático por causa do prazo, devido à legislação eleitoral deste ano. Dito isso, temos que continuar o debate. No momento de discutirmos o orçamento do Estado, os PPAGs, temos que unir forças, como vem fazendo a Comissão de Participação Popular, sob a Presidência do companheiro André Quintão, assim como vários Deputados que participam desse debate, para avançarmos na valorização não só em termos financeiros, mas também de oportunidades de investimento na formação, porque a gestão da escola pública pela Secretaria de Educação é importantíssima.

Ontem, estive em Alpinópolis, onde há um curso técnico de agropecuária. Na reunião de nossa comissão, hoje, às 10 horas, conversei com o Presidente Deputado João Leite e lhe disse como me senti orgulhosa por ver jovens da zona rural, jovens pobres participando de um "workshop" e apresentando cenas de maneira brilhante. Todos os jovens do nosso Estado precisam ter essa oportunidade de educação, de profissionalização, de investimento em escola pública de qualidade, em escola de tempo integral porque é dessa maneira que combateremos a violência.

Pergunto ao Deputado Sargento Rodrigues se deseja fazer breve aparte antes de passarmos à votação do projeto.

O Deputado Sargento Rodrigues (em aparte) - Quero apenas concordar com V. Exa. Quando lembrei os profissionais dos Correios - tenho um primo que é carteiro e percorre as ruas -, estava apenas fazendo um paralelo. O carteiro também corre riscos de vida. Muitas vezes é abordado quando entrega um sedex, um talão de cheques, além de enfrentar cães bravos. Quero apenas dizer de uma categoria que corre riscos muito menores, infinitas vezes menores que a dos profissionais de segurança pública. É de se notar que há discrepância e que o governo precisa compreender isso. E se os carteiros já fazem jus ao benefício, parabéns, que continuem a merecê-lo. A nossa linha de pensamento, de defesa e de ideal de política pública é a de que os servidores sejam respeitados, bem-remunerados e contemplados, cada um na sua especificidade. É por isso que a Constituição Federal, em seu art. 39, § 1º, e a Constituição do Estado, em seu art. 32, trazem o grau e a complexidade de cada carreira. Por que o Promotor pode ganhar R\$20.000,00 no início de carreira e o policial tem um salário tão diferente? Mas concordo com V. Exa. em que o carteiro precisa ser bem-remunerado. Só fizemos um paralelo para dizer que o risco é muito maior na área de segurança pública.

A Deputada Maria Tereza Lara* - Entendi, Sargento Rodrigues, e concordo com V. Exa. Apenas aproveite a oportunidade para mencionar a questão dos carteiros, que nos são tão caros, principalmente, para mim, pois meu pai foi carteiro.

Apresentamos várias emendas relacionadas a escolas estaduais a fim de contribuir e valorizar a educação pública do nosso Estado, mas, até hoje, não conseguimos que as escolas recebessem os recursos dessas emendas. Acreditamos, Deputado Mauri Torres, que V. Exa. conseguirá, nessa interlocução, que sejam liberadas, o mais rápido possível, essas emendas, pois as Diretoras estão nos procurando, e há uma necessidade urgente desses recursos. Elas estão na expectativa de conseguir receber esses recursos, que são uma contribuição que estamos dando - inclusive é importante para o próprio governo do Estado, que tem de manter as escolas públicas. Apresentamos várias emendas para as escolas estaduais, pois passei grande parte da minha vida em escola estadual pública e conheço a sua situação no nosso Estado. A escola precisa de apoio, de mais recursos e conta com profissionais que, mesmo com salários baixos, são dedicados, competentes - com raras exceções, são problemas que têm de ser tratados como tal. Temos de avançar muito mais na qualidade da educação pública, mas a grande maioria dos profissionais, independentemente do salário que recebem, presta um serviço de qualidade para os nossos jovens e crianças.

O Deputado Weliton Prado (em aparte)* - Parabéns a Deputada Maria Tereza Lara, professora, que conhece a realidade da educação, e faço coro às suas palavras. O nosso Bloco PT-PMDB-PCDoB fez o possível, apresentou emendas, obstruiu, discutiu e encaminhou, mas, infelizmente, as emendas que apresentamos para, inclusive, cumprir a Lei Federal nº 11.738/2008, que cria o Plano Nacional de Educação, foram rejeitadas. Apresentamos outras emendas relativas à segurança pública, cujos profissionais fazem jus ao auxílio-periculosidade que está previsto na Constituição do Estado, mas que, infelizmente, o governo não paga. A outra emenda apresentada garantia dignidade aos servidores e fazia o Governador cumprir a promessa que fez em sua campanha eleitoral. Ele prometeu que os servidores de Minas estariam entre os mais bem remunerados do País, mas, infelizmente, isso não é realidade.

Parabéns, mais uma vez, a Deputada Maria Tereza Lara pelo seu trabalho, firmeza e ética e pelo seu compromisso com a população de Minas e os servidores. Parabéns, Deputada. Dê um abraço na Prefeita Maria do Carmo, que, com todas as dificuldades, está colocando a casa em dia e fazendo um excelente trabalho em Betim.

A Deputada Maria Tereza Lara* - Obrigada, Deputado Weliton Prado, nosso companheiro, aguerrido defensor dos funcionários públicos. Quero lembrar que, lá em Betim, no governo da Prefeita Maria do Carmo e do Alex Amaral - o nosso Vice é do PDT - firmou-se uma parceria. Temos a Escola da Gente e mais de 20 escolas em tempo integral, exatamente como forma de prevenção à violência. Defendemos a unidade nas três esferas de poder para mudar esse quadro de violência, o que é um grande desafio.

Cumprimentamos os companheiros do Sindpúblicos e de todos os sindicatos, que são importantíssimos para a democracia.

Eles têm de continuar mobilizados, porque os nossos direitos são conquistados com mobilização popular, com unidade e com debate. Um abraço a todos. Que a nossa Casa continue com esse compromisso de abrir espaço para o debate, para a democracia, não permitindo de forma alguma que os projetos retroajam; e que os projetos cheguem a tempo de fazermos debate para que, cada um na sua função - Situação e Oposição -, consigamos avançar. Esse é o papel do Parlamento. Não podemos abrir mão dele, porque estaríamos ferindo os nossos princípios, a nossa consciência. Muito obrigada.

O Sr. Presidente - Não há outros oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Weliton Prado.

O Deputado Weliton Prado* - Só gostaria que ficasse registrado o posicionamento da Oposição nesta Casa, posicionamento realmente sério. Os projetos chegaram aqui sem nenhuma discussão. Não houve Comissão nem audiência pública para negociar os projetos com o Sindpúblicos, o Sindpol, o Sind-UTE e o Sindjuz, enfim, com o conjunto dos servidores do Estado de Minas Gerais. Tínhamos de avançar mais. Da maneira como está sendo votado, esse reajuste não atende às necessidades, não faz justiça aos servidores e não cumpre a promessa que o Governador fez de valorizar os servidores de Minas Gerais com um dos melhores salários do País. Pelo contrário; hoje, Minas Gerais é o Estado que pior paga os seus servidores. Os servidores da segurança pública, apesar de ser essa uma profissão de risco, não recebem auxílio-periculosidade. Mais de 137 policiais morreram em virtude de sua atividade profissional. Se a profissão de policial não é profissão de risco, nenhuma outra é. Então, faz jus o auxílio-periculosidade, como está na Constituição do Estado.

A Lei nº 11.738, de 2008, estabeleceu um piso nacional na educação, mas ele não é cumprido. Apresentamos um grande número de emendas para melhorar o projeto, mas infelizmente elas foram rejeitadas. Encaminhamos favoravelmente ao projeto, votamos a favor do aumento, da valorização dos Defensores Públicos - que são os advogados do povo, dos pobres, daquelas pessoas que mais precisam -, do reajuste dos servidores do Ministério Público e do Tribunal de Contas. Infelizmente, a isonomia entre todos os Poderes não está sendo cumprida. O aumento poderia ter sido retroativo a janeiro de 2010 para todos os servidores, principalmente os da área da educação e da segurança pública, que realmente ganham menos e, por isso, deveriam receber percentual maior, mas, infelizmente, não é o que está acontecendo. Esses servidores praticamente não perceberão aumento. Na educação ainda há um problema mais sério, porque se criou um teto remuneratório, não um piso de vencimento; então, descontam-se as vantagens, a VTI, fazendo com que os professores recebam menos do que já ganham. Esses professores, em início de carreira, recebem menos de um salário mínimo.

Fica aqui o posicionamento do Bloco PT-PMDB-PCDoB no sentido de defender os servidores públicos. Acho que a luta continua. Encaminhamos favoravelmente à aprovação do projeto, mas lamentamos muito que as nossas emendas não foram acatadas, que não houve discussão nem participação do conjunto dos servidores públicos. Se tivesse participação, se tivesse discussão e se as nossas emendas fossem incorporadas ao projeto, tenho certeza de que a situação mudaria muito, pelo menos daria um alento para os servidores. Tenho convicção de que esse projeto

só está sendo votado agora por dois motivos. O primeiro foi a mobilização e a pressão dos servidores nas ruas, no Centro Administrativo e em todo o Estado de Minas Gerais. Isso foi fundamental. Como sempre falo, água mole em pedra dura, tanto bate até que fura. O Parlamento, o governo, é como feijão: só funciona com pressão. Realmente, houve pressão pesadíssima da parte dos servidores junto ao governo.

O segundo ponto é que, pela pressão e por estarmos em ano eleitoral, os projetos chegaram a esta Casa. Não é o aumento que os servidores merecem. Não é justo, porque o Estado tem dinheiro, o Orçamento é superior a R\$40.000.000.000,00. Dinheiro não é problema. Algumas emendas tinham o objetivo de fazer justiça, como isonomia, retroatividade do pagamento para todos os Poderes e todas as categorias. A outra emenda propunha auxílio-periculosidade para os servidores da segurança pública. Outra emenda solicitava o piso nacional para os servidores da educação. Além disso, cumpriam promessas que o Governador fez à categoria, ou seja, valorizar os servidores de Minas Gerais com uma das melhores remunerações. Não é isso o que está acontecendo. O salário dos servidores públicos é baixíssimo. O servidor público de Minas Gerais sobrevive com um salário de fome.

Fica aqui o nosso posicionamento. Vamos votar favoravelmente ao projeto, mas deixamos aqui os nossos questionamentos, discordamos do processo e do percentual de reajuste, que é muito pouco perto do que os servidores merecem. O Estado tem todas as condições de melhorar esse índice. Os professores de Minas Gerais do ensino médio, que possuem curso superior, recebem menos de um salário mínimo. Não podemos admitir e aceitar isso em nenhum país do mundo. Fica aqui o nosso protesto e a nossa indignação.

O Sr. Presidente - Em votação, o projeto, salvo emenda. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. Em votação, a Emenda nº 1. As Deputadas e os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovada. Está, portanto, aprovado, em 2º turno, o Projeto de Lei nº 4.387/2010 na forma do vencido em 1º turno, com a Emenda nº 1. A Comissão de Redação.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.144/2010, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 11.406, de 28/1/1994, e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça. Vem à Mesa requerimento do Deputado Carlin Moura, solicitando o adiamento da discussão do Projeto de Lei nº 4.144/2010. Em votação, o requerimento. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

Discussão e Votação de Pareceres de Redação Final

- A seguir, são submetidos a discussão e votação e aprovados, cada um por sua vez, os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 2.752/2008, 4.142, 4.147, 4.384 e 4.386/2010 (À sanção.).

O Sr. Presidente - Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 4.390/2010, da Mesa da Assembleia, que altera o valor do índice básico dos vencimentos dos seus servidores. Em discussão, o parecer. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Com a palavra, para encaminhar a votação, o Deputado Weliton Prado.

O Deputado Weliton Prado* - Gostaria de parabenizar os Deputados desta Casa, de forma muito especial, nosso Presidente, Deputado Alberto Pinto Coelho, bem como nosso 1º-Secretário, Deputado Dinis Pinheiro, pela sensibilidade que tiveram com os servidores desta Casa. Nada mais justo, porque esta Casa tem um corpo técnico excelente, Consultores, Taquígrafos, Segurança. Realmente se faz justiça a eles.

Quero deixar, de plano, meu testemunho do empenho de todos os Deputados da Mesa, do Deputado Hely Tarquínio, do Deputado Sargento Rodrigues, do Deputado Alberto Pinto Coelho e do Deputado Dinis Pinheiro. Quero salientar a preocupação do nosso Presidente, com a Casa e com nossos servidores. Fica aqui nosso reconhecimento. Encaminhamos favoravelmente à aprovação deste projeto, que vem fazer justiça a esses servidores tão competentes, que são os servidores da Assembleia Legislativa.

O Sr. Presidente - Em votação, o parecer. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À sanção.

Parecer de Redação Final do Projeto de Resolução nº 3.929/2009, da Comissão de Política Agropecuária, que aprova, de conformidade com o disposto no art. 62, inciso 34, da Constituição do Estado, alienação da terra devoluta que especifica. Em discussão, o parecer. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão. Com a palavra, para encaminhar a votação, a Deputada Maria Tereza Lara.

A Deputada Maria Tereza Lara* - Mais uma vez, quero cumprimentar os sindicatos que aqui estão. No meu pronunciamento, esqueci-me de citar o sindicato ao qual fui filiada a vida toda, o Sind-UTE. Quero cumprimentar todos os sindicatos que estão mobilizados, como o Sind-Saúde e o Sind-públicos. Recebi telefonemas dos delegados, falando do projeto que aqui estava. Então, quero cumprimentá-los, porque a democracia é isso. Temos de fortalecer a democracia representativa e avançar na participativa. É muito importante que haja essa mobilização, mesmo que não consigamos aquilo que é ideal, aquilo que desejamos, como dissemos. Não podemos, de forma alguma, perder a esperança. Temos de continuar essa luta. Cumprimento todos que nos permitiram avançar minimamente. Pelo menos, no debate, pudemos fazer isso e ajudar na aprovação dessas emendas. Queremos que este debate seja maior, que tenha um espaço maior para a discussão desses projetos quando aqui chegarem. Muito obrigada.

O Sr. Presidente - Em votação, o parecer. As Deputadas e os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado. À promulgação.

- A seguir, é submetido a discussão e votação e aprovado o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 4.387/2010 (À sanção.).

Encerramento

O Sr. Presidente - Cumprido o objetivo da convocação, a Presidência encerra a reunião, desconvoando a extraordinária de logo mais, às 20 horas, e convocando as Deputadas e os Deputados para a ordinária de logo mais, às 14 horas, com a ordem do dia já publicada. Levanta-se a reunião.

* - Sem revisão do orador.

Ata da 3ª Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 14/2007, em 25/3/2010

Às 9h39min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Fahim Sawan, Lafayette de Andrada e Ivair Nogueira, membros da supracitada

Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Fahim Sawan, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Lafayette de Andrada, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela rejeição do Substitutivo nº 2, apresentado em Plenário à Proposta de Emenda à Constituição nº 14/2007, e pela aprovação da matéria na forma do Substitutivo nº 3 (relator: Deputado Ivair Nogueira). Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 5 de abril de 2010.

Fahim Sawan, Presidente - Ivair Nogueira - Lafayette de Andrada.

Ata da 7ª Reunião Ordinária da Comissão de Segurança Pública na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, em 30/3/2010

Às 10h6min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Maria Tereza Lara e os Deputados João Leite, Rômulo Veneroso e Tenente Lúcio, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado João Leite, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento da Deputada Maria Tereza Lara, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios da Sra. Eliana Piola, Coordenadora Especial de Políticas Públicas para as Mulheres da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (3) prestando informações relativas aos Requerimentos nºs 5.495, 5.499 e 5.500/2010; e do Deputado Carlin Moura, convidado os membros da Comissão para a reunião de audiência pública da Comissão de Participação Popular, em 31/3/2010, às 16 horas, no auditório desta Casa, a qual terá por finalidade ouvir a sociedade civil organizada e receber as propostas de Minas Gerais quanto à reestruturação do Conselho Nacional de Segurança Pública; Antônio Marcos Pereira e Denilson Martins, Presidente e Vice-Presidente do Sindpol, respectivamente, solicitando o apoio da Comissão à aprovação do Projeto de Lei nº 4.349/2010; Antônio Marcos Pereira, Presidente do Sindpol, Cláudio de Oliveira Reis, Diretor do Sinpef, José de Souza Lacerda, Presidente da Aspcemg, Geraldo Ferreira de Castro, Diretor do Sindepo Minas, Miguel Arcanjo Pinto Fernandes, Diretor da Adepoc, solicitando especial atenção da Casa ao pleito de órgãos distintos das Polícias Judiciárias para terem acesso a sigilo telefônico, informações e localização de ERBs e unidades de telefonia móvel; e de correspondência publicada no "Diário do Legislativo", na data mencionada entre parênteses: ofícios dos Srs. Sérgio Antônio de Resende, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (20/3/2010); Marco Antônio Monteiro de Castro, Chefe da Polícia Civil, (25/3/2010). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 2º turno, do Projeto de Lei nº 558/2007 na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, com a Emenda nº 1 (relatora: Deputada Maria Tereza Lara). O Deputado Tenente Lúcio retira-se da reunião. A seguir, após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.761/2009 (relatora: Deputada Maria Tereza Lara). Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 5.699, 5.700 e 5.744/2010. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, é aprovado requerimento do Deputado Delvito Alves em que solicita seja encaminhado ao Presidente do Conselho da Justiça Federal pedido de providências para a instalação de uma vara da Justiça Federal no Município de Unai, facilitando, assim, a prestação jurisdicional da Justiça Federal à população dessa região. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 6 de abril de 2010.

João Leite, Presidente - Maria Tereza Lara - Tenente Lúcio.

Ata da 6ª Reunião Ordinária da Comissão de Direitos Humanos na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, em 31/3/2010

Às 9 horas, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Durval Ângelo, Duarte Bechir (substituindo o Deputado Fahim Sawan, por indicação da Liderança do BSD) e Inácio Franco (substituindo o Deputado Antônio Genaro, por indicação da Liderança do BPS), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Durval Ângelo, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Duarte Bechir, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios das Sras. Lázara Maria da Silva, pedindo a transferência de seu filho Carlos Eduardo Romualdo, detento do Presídio Francisco de Sá para Araxá; Adriana Augusta de Moura Souza, Coordenadora Substituta da Codin-Cointer, acusando o recebimento do Ofício nº 323/2010, da Secretaria-Geral da Mesa desta Casa, e informando que o requerimento da Comissão já foi respondido pelo Ofício/PRT3/Codin/nº 821/2010; e dos Srs. Desembargador Célio César Paduani, Corregedor-Geral de Justiça, informando da impossibilidade de seu comparecimento na reunião realizada em 22/3/2010; William Santos, Presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB-MG, acusando o recebimento das notas taquigráficas da 46ª Reunião Extraordinária, realizada em 14/12/2010; Celso Eduardo Testoni Neiva, encaminhando, para conhecimento, carta sobre o Cabo Christian Fernandes da Silva, do Município de Catas Altas da Noruega; e de correspondência publicada no "Diário do Legislativo", na data mencionada entre parênteses: ofícios dos Srs. Geraldo Flávio Vasques, Procurador-Geral de Justiça Adjunto Jurídico; Alexandre Silveira, Deputado Federal; Cel. PM Cezar Romero Machado Santos, Corregedor da PMMG (18/3/2010); Marco Antônio Monteiro de Castro, Chefe da Polícia Civil; Frederico Guinsburg Saldanha, Superintendente Regional em exercício do Departamento de Polícia Federal (19/3/2010); Lucas Rolla, Coordenador da 23ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude Infracional de Belo Horizonte (25/3/2010). O Presidente acusa o recebimento do Projeto de Lei nº 4.203/2010, em turno único, e avoca a si a relatoria dessa matéria. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 5.676/2010. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados Durval Ângelo (3) em que solicita seja encaminhado ao Promotor José Antônio Baeta de Melo Cançado pedido de providências para a apuração de denúncia de que a sede da torcida organizada Galocura teria sido arrombada por policiais militares; seja encaminhado ao CAO-Direitos Humanos e à Ouvidoria de Polícia pedidos de providências para a apuração de denúncias contra policial militar; Durval Ângelo e Duarte Bechir seja encaminhado à Promotoria Especializada em Defesa do Patrimônio Público pedido de providências para a apuração da denúncia apresentada contra o Prefeito de Minduri; Duarte Bechir (2) em que solicita seja realizada reunião de audiência pública para debater a situação de desrespeito que vêm sofrendo os Vereadores da Câmara Municipal de Minduri, incluindo ameaças de morte, agressões físicas e verbais; seja encaminhado ao Chefe da Polícia Civil pedido de providências para apuração dessas denúncias; Paulo Guedes em que solicita seja realizada reunião conjunta de audiência pública da Comissão e a de Assuntos Municipais, para debaterem a questão das reservas indígenas no Estado e a implementação dos programas sociais voltados para essa população. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 5 de abril de 2010.

Durval Ângelo, Presidente - Célio Moreira - Délio Malheiros.

ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 24ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 7/4/2010

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

Discussão da indicação do nome de Suely Duque Rodarte para o cargo de Conselheira do Conselho Estadual de Educação na Câmara de Ensino Fundamental (indicação da sociedade civil). A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Discussão da indicação do nome de Irene de Melo Pinheiro para o cargo de Conselheira do Conselho Estadual de Educação na Câmara de Ensino Fundamental (indicação de livre escolha do Governador). A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Discussão da indicação do nome de Avani Avelar Xavier para o cargo de Conselheira do Conselho Estadual de Educação na Câmara de Ensino Fundamental (indicação de livre escolha do Governador). A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Discussão da indicação do nome de Arminda Rosa Rodrigues da Matta Machado para o cargo de Conselheira do Conselho Estadual de Educação na Câmara de Ensino Fundamental (indicação de livre escolha do Governador). A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Discussão da indicação do nome de Sebastião Antônio dos Reis e Silva para o cargo de Conselheiro do Conselho Estadual de Educação na Câmara de Ensino Médio (indicação da sociedade civil). A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Discussão da indicação do nome de Magda Lopes Campbel para o cargo de Conselheira do Conselho Estadual de Educação na Câmara de Ensino Médio. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Discussão da indicação do nome de Keyla Mayumi F. M. de Melo para o cargo de Conselheira do Conselho Estadual de Educação na Câmara de Ensino Médio. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Discussão da indicação do nome de Maria Aparecida Sanchez Coelho para o cargo de Conselheira do Conselho Estadual de Educação na Câmara de Ensino Médio. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Discussão da indicação do nome de Rosane Marques Crespo Costa para o cargo de Conselheira do Conselho Estadual de Educação na Câmara de Ensino Médio. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Discussão da indicação do nome de Tomás de Andrade Nogueira para o cargo de Conselheiro do Conselho Estadual de Educação na Câmara de Ensino Superior. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Discussão da indicação do nome de Ângela Imaculada L. de Freitas Delben para o cargo de Conselheira do Conselho Estadual de Educação na Câmara de Ensino Superior. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Discussão da indicação do nome de Faiçal David Freire para o cargo de Conselheiro do Conselho Estadual de Educação na Câmara de Ensino Superior. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.215/2008, do Governador do Estado, que aprova o Plano Estadual de Educação de Minas Gerais. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresentou. A Comissão de Educação opinou pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou. A Comissão de Fiscalização Financeira opinou pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Educação. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Educação, que opina pela aprovação das Emendas nºs 38, 41, 43 e 44 na forma proposta; das Emendas nºs 5 a 8, 10, 12, 13, 16, 17, 25, 26, 29, 32, 34, 35, 39, 40, 42 e 46 na forma das Subemendas nº 1, apresentadas, e pela rejeição das Emendas nºs 4, 9, 11, 14, 15, 18 a 24, 28, 30, 31, 33, 36, 37 e 45.

Discussão, em 2º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 14/2007, do Deputado Sargento Rodrigues e outros, que dá nova redação ao art. 273 da Constituição do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta na forma do vencido em 1º turno, com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.612/2008, do Deputado Gilberto Abramo, que institui a notificação compulsória a ser adotada pelos estabelecimentos de ensino nos casos de violência contra a criança e o adolescente no âmbito do Estado de Minas Gerais. A Comissão de Educação opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.417/2009, do Deputado Sebastião Helvécio, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Piranga o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.542/2009, do Deputado Doutor Viana, que reconhece o relevante interesse coletivo, a importância social das obras e a utilidade pública das unidades da maçonaria localizadas em Minas Gerais. A Comissão do Trabalho opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.586/2009, do Deputado Ruy Muniz, que institui a Política Estadual da Saúde do Homem e dá outras providências. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.490/2008, do Deputado Lafayette de Andrada, que autoriza o Poder Executivo a doar à Associação de Proteção e Assistência aos Condenados - APAC -, com sede no Município de Barbacena, o terreno que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.138/2009, do Deputado Jayro Lessa, que altera a redação do art. 2º da Lei nº 16.044, de 31/3/2006, que altera a destinação prevista para os imóveis a que se refere a Lei nº 12.995, de 30/7/98, que autoriza o Poder Executivo a fazer a doação ou a reversão dos imóveis que menciona e dá nova redação à Ordem 126, de seu anexo. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.449/2009, do Deputado Dinis Pinheiro, que altera o disposto no parágrafo único do art. 1º da Lei nº 16.791, de 2007. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.518/2009, do Deputado José Henrique, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de São Geraldo do Baixo a área que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.547/2009, do Deputado Carlos Pimenta, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter o imóvel que especifica ao Município de Coração de Jesus. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.559/2009, do Deputado José Henrique, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Lajinha o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.654/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Natércia o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.791/2009, do Deputado Almir Paraca, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itajubá o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.855/2009, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 15.975, de 12/1/2006, que cria o Fundo Estadual de Cultura - FEC. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Cultura e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.857/2009, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 14.086, de 6/12/2001, que cria o Fundo Estadual de Defesa de Direitos Difusos. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Direitos Humanos opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº 1, da Comissão de Direitos Humanos.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.858/2009, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 11.830, de 6/7/95, que cria o Fundo Estadual de Habitação - FEH. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Assuntos Municipais e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.963/2009, do Deputado Domingos Sávio, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Candeias o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.037/2009, do Deputado José Henrique, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Tumiritinga o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.144/2010, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 11.406, de 28/1/94, e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de

Administração Pública opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.207/2010, do Deputado Mauri Torres, que autoriza o Poder Executivo a doar à Universidade Federal de Ouro Preto - Ufop - o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.388/2010, do Governador do Estado, que institui a prorrogação, por sessenta dias, da licença-maternidade no âmbito da administração pública direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo estadual. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 a 4, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 a 4, da Comissão de Justiça, e com a Emenda nº 5, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 a 4, da Comissão de Justiça, e com a Emenda nº 5, da Comissão de Administração Pública.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do Dia da 7ª Reunião Ordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 10 horas do dia 7/4/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projeto de Lei Complementar nº 35/2007, do Governador do Estado.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 7ª Reunião Ordinária da Comissão de Minas e Energia na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 10 horas do dia 7/4/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 5.670/2010, da Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo; e 5.738/2010, do Deputado Carlin Moura.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 6ª Reunião Ordinária da Comissão de Educação, Ciência, Tecnologia e Informática na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 10h30min do dia 7/4/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 2º turno: Projeto de Lei nº 3.277/2009, da Comissão de Participação Popular.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 2.870/2008, do Deputado Carlos Pimenta; 3.377/2009, do Deputado Dimas Fabiano; 3.645/2009, do Deputado Vanderlei Miranda; 4.042/2009, da Deputada Maria Tereza Lara; 4.069/2009, do Governador do Estado.

Requerimentos nºs 5.579, 5.580, 5.581, 5.611 e 5.655/2010, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 5.596/2010, do Deputado Rômulo Veneroso; 5.623/2010, do Deputado Weliton Prado; 5.657 e 5.658/2010, do Deputado Leonardo Moreira; 5.659 e 5.660/2010, do Deputado Ruy Muniz; 5.666, 5.674 e 5.675/2010, da Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo; 5.677/2010, do Deputado Jayro Lessa; 5.739/2010, do Deputado Carlin Moura; 5.781/2010, do Deputado João Leite; 5.791/2010, do Deputado Carlin Moura; 5.796/2010, do Deputado Doutor Viana.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 4ª Reunião Ordinária da Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 14h30min do dia 7/4/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 5.742/2010, do Deputado Doutor Viana; e 5.789/2010, do Deputado Ademir Lucas.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 5ª Reunião Ordinária da Comissão de Redação na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 14h30min do dia 7/4/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: discutir e votar pareceres em fase de redação final.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 6ª Reunião Ordinária da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 14h30min do dia 7/4/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: discutir, em audiência pública, o Projeto de Lei nº 4.132/2009, que dispõe sobre os procedimentos a serem observados nos contratos de serviços terceirizados, continuados ou não, em que participa a administração pública do Estado de Minas Gerais.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 6ª Reunião Ordinária da Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 14h45min do dia 7/4/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 3.962/2009, do Deputado Delvito Alves.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 3.862/2009, do Deputado Carlos Pimenta; 4.112/2009, do Deputado Duarte Bechir.

Requerimentos nºs 5.668/2010, da Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo; 5.783/2010, do Deputado Weliton Prado; 5.799/2010, da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária; e 5.801/2010, da Comissão de Segurança Pública.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 9ª Reunião Ordinária da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização na 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura, a realizar-se às 15 horas do dia 7/4/2010

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 5.790/2010, do Deputado Arlen Santiago; e 5.798/2010, da Comissão de Direitos Humanos.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reuniões Extraordinárias da Assembleia Legislativa

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reuniões extraordinárias da Assembleia para as 9 e 20 horas do dia 7/4/2010, destinadas, na 1ª Parte, à leitura e aprovação da ata da reunião anterior; na 2ª Parte, 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos, a saber: indicações, feitas pelo Governador do Estado, do nome de Suely Duque Rodarte para o cargo de Conselheira do Conselho Estadual de Educação na Câmara de Ensino Fundamental; do nome de Irene de Melo Pinheiro para o cargo de Conselheira do Conselho Estadual de Educação na Câmara de Ensino Fundamental; do nome de Avani Avelar Xavier para o cargo de Conselheira do Conselho Estadual de Educação na Câmara de Ensino Fundamental; do nome de Arminda Rosa Rodrigues da Matta Machado para o cargo de Conselheira do Conselho Estadual de Educação na Câmara de Ensino Fundamental; do nome de Sebastião Antônio dos Reis e Silva para o cargo de Conselheiro do Conselho Estadual de Educação na Câmara de Ensino Médio; do nome de Magda Lopes Campbel para o cargo de Conselheira do Conselho Estadual de Educação na Câmara de Ensino Médio; do nome de Keyla Mayumi F. M. de Melo para o cargo de Conselheira do Conselho Estadual de Educação na Câmara de Ensino Médio; do nome de Maria Aparecida Sanchez Coelho para o cargo de Conselheira do Conselho Estadual de Educação na Câmara de Ensino Médio; do nome de Rosane Marques Crespo Costa para o cargo de Conselheira do Conselho Estadual de Educação na Câmara de Ensino Médio; do nome de Tomás de Andrade Nogueira para o cargo de Conselheiro do Conselho Estadual de Educação na Câmara de Ensino Superior; do nome de Ângela Imaculada L. de Freitas Delben para o cargo de Conselheira do Conselho Estadual de Educação na Câmara de Ensino Superior; e do nome de Façal David Freire para o cargo de Conselheiro do Conselho Estadual de Educação na Câmara de Ensino Superior; e, na 2ª Fase, à apreciação da Proposta de Emenda à Constituição nº 14/2007, do Deputado Sargento Rodrigues e outros, que dá nova redação ao art. 273 da Constituição do Estado; e dos Projetos de Lei nºs 2.215/2008, do Governador do Estado, que aprova o Plano Estadual de Educação de Minas Gerais; 2.490/2008, do Deputado Lafayette de Andrada, que autoriza o Poder Executivo a doar à Associação de Proteção e Assistência aos Condenados - APAC -, com sede no Município de Barbacena, o terreno que especifica; 2.612/2008, do Deputado Gilberto Abramo, que institui a notificação compulsória a ser adotada pelos estabelecimentos de ensino nos casos de violência contra a criança e o adolescente no âmbito do Estado de Minas Gerais; 3.138/2009, do Deputado Jayro Lessa, que altera a redação do art. 2º da Lei nº 16.044, de 31/3/2006, que altera a destinação prevista para os imóveis a que se refere a Lei nº 12.995, de 30/7/98, que autoriza o Poder Executivo a fazer a doação ou a reversão dos imóveis que menciona e dá nova redação à Ordem 126, de seu anexo; 3.417/2009, do Deputado Sebastião Helvécio, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Piranga o imóvel que especifica; 3.449/2009, do Deputado Dinis Pinheiro, que altera o disposto no parágrafo único do art. 1º da Lei nº 16.791, de 2007; 3.518/2009, do Deputado José Henrique, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de São Geraldo do Baixio a área que especifica; 3.542/2009, do Deputado Doutor Viana, que reconhece o relevante interesse coletivo, a importância social das obras e a utilidade pública das unidades da maçonaria localizadas em Minas Gerais; 3.547/2009, do Deputado Carlos Pimenta, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter o imóvel que especifica ao Município de Coração de Jesus; 3.559/2009, do Deputado José Henrique, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Lajinha o imóvel que especifica; 3.586/2009, do Deputado Ruy Muniz, que institui a Política Estadual da Saúde do Homem e dá outras providências; 3.654/2009, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Natércia o imóvel que especifica; 3.791/2009, do Deputado Almir Paraca, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itajubá o imóvel que especifica; 3.855/2009, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 15.975, de 12/1/2006, que cria o Fundo Estadual de Cultura - FEC -; 3.857/2009, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 14.086, de 6/12/2001, que cria o Fundo Estadual de Defesa de Direitos Difusos; 3.858/2009, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 11.830, de 6/7/95, que cria o Fundo Estadual de Habitação - FEH -; 3.963/2009, do Deputado Domingos Sávio, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Candeias o imóvel que especifica; 4.037/2009, do Deputado José Henrique, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Tumiritinga o imóvel que especifica; 4.144/2010, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 11.406, de 28/1/94, e dá outras providências; 4.207/2010, do Deputado Mauri Torres, que autoriza o Poder Executivo a doar à Universidade Federal de Ouro Preto - Ufop - o imóvel que especifica; e 4.388/2010, do Governador do Estado, que institui a prorrogação, por sessenta dias, da licença-maternidade no âmbito da administração pública direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo estadual; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 6 de abril de 2010.

Alberto Pinto Coelho, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Conjunta das Comissões de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e de Minas e Energia

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Sávio Souza Cruz, Almir Paraca, Gil Pereira e Luiz Humberto Carneiro, membros da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, e os Deputados Sávio Souza Cruz, Gustavo Valadares, Célio Moreira, Gil Pereira e Tiago Ulisses, membros da Comissão de Minas e Energia, para a reunião a ser realizada em 9/4/2010, às 9h30min, no Clube Piraquaras, no Município de Três Marias, com a finalidade de se discutir a contaminação do lençol freático da região por metais pesados e de se discutirem e votarem proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 6 de abril de 2010.

Fábio Avelar, Presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 3.755/2009

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 3.755/2009, do Deputado Gil Pereira, que dá a denominação de Professor Hugo Werneck a próprio estadual destinado ao Ministério Público do Estado, localizado no Município de Montes Claros, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 3.755/2009

Dá denominação a edifício destinado ao Ministério Público do Estado localizado no Município de Montes Claros.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica denominado Professor Hugo Werneck o edifício, destinado ao Ministério Público do Estado, localizado na Avenida Cula Mangabeira, 345, Bairro Santo Expedito, no Município de Montes Claros.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 24 de março de 2010.

Braulio Braz, Presidente - Ademir Lucas, relator - Dimas Fabiano.

Parecer de Redação Final do Projeto de Lei Nº 4.178/2010

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 4.178/2010, do Deputado Zé Maia, que declara de utilidade pública o Conselho Comunitário de Segurança Pública de Frutal - Consep Frutal -, com sede nesse Município, foi aprovado em turno único, com a Emenda nº 1.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 4.178/2010

Declara de utilidade pública o Conselho de Segurança Pública de Frutal - Consep Frutal -, com sede no Município de Frutal.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública o Conselho de Segurança Pública de Frutal - Consep Frutal -, com sede no Município de Frutal.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 30 de março de 2010.

Dimas Fabiano, Presidente - Lafayette de Andrada, relator - Ademir Lucas.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 5/4/10, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Carlos Gomes

nomeando Mateus Campos Vieira para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete II, padrão VL-19, 8 horas.

Gabinete do Deputado Walter Tosta

exonerando Amelia Werneck Passos do cargo de Assistente de Gabinete I, padrão VL-40, 8 horas;

exonerando Cristiane Coelho Campos do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 4 horas;

exonerando Pedro Rodrigo da Silva do cargo de Técnico Executivo de Gabinete II, padrão VL-56, 4 horas;

nomeando Amelia Werneck Passos para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;

nomeando Cristiane Coelho Campos para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;

nomeando Heloyr Livingstone Barreiro Fortunato para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;

nomeando José Rodrigues de Jesus para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão VL-16, 8 horas;

nomeando Pedro Rodrigo da Silva para o cargo de Assistente de Gabinete I, padrão VL-40, 8 horas.

TERMO DE CREDENCIAMENTO

Credenciante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Credenciado: Simão Radiografias Dentárias Ltda. Objeto: prestação de serviços de assistência odontológica, na especialidade radiologia odontológica em regime ambulatorial. Vigência: 60 meses, a partir da data da assinatura. Licitação: inexigibilidade, por inviabilidade de competição, nos termos do art. 25, "caput" da Lei Federal nº 8.666, de 1993. Dotação orçamentária: 101101122701339039291010.

TERMO DE CREDENCIAMENTO

Credenciante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Credenciado: AMM Odontologia Integrada Ltda. Objeto: prestação de serviços de assistência odontológica aos Deputados e ex-Deputados contribuintes do Iplemg, a servidores da credenciante, ativos e inativos, e respectivos dependentes. Vigência: 60 meses, a partir da data da assinatura. Licitação: inexigibilidade, por inviabilidade de competição, nos termos do art. 25, "caput" da Lei Federal nº 8.666, de 1993. Dotação orçamentária: 101101122701339039291010.

Termo de Aditamento

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Associação Paranaense de Cultura - APC. Objeto: prestação de serviços técnicos especializados de suporte e atualização de versões "software" Pergamum - Sistema Integrado de Bibliotecas. Objeto do aditamento: 3ª prorrogação, com reajuste de preço. Vigência: 1 ano a partir de 23/4/2010. Dotação orçamentária: 1011011227012009339039271010.

Termo de Aditamento

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Caixa Seguradora S.A. Objeto: prestação de serviços de seguro de acidentes pessoais coletivo para os motoristas e servidores da contratante. Objeto do aditamento: 2ª prorrogação do contrato pelo período de 12 meses, com manutenção do valor contratual. Vigência: 12 meses a partir de 1/5/2010. Dotação orçamentária: 1011011227012009339039100101.

Termo de Contrato

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Panasonic do Brasil Limitada. Objeto: aquisição de equipamentos, peças e acessórios de câmeras de televisão. Vigência: 1 ano contado do recebimento definitivo dos equipamentos. Licitação: inexigibilidade, nos termos do art. 25, I, da Lei Federal nº 8.666, de 1993. Dotação orçamentária: 1011011227012009449052080101.

ERRATAS

Projeto de Lei nº 4.413/2010

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 1º/4/2010, na pág. 53, col. 1, onde se lê:

" (- À Comissão de Fiscalização Financeira, para os fins do art. 204 do Regimento Interno.)", leia-se:

" (- Publicado , vai o projeto às Comissões de Justiça e de Fiscalização Financeira, para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.) ".

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na publicação da matéria em epígrafe verificada na edição de 6/4/2010, na pág. 72, col. 2, no penúltimo parágrafo, onde se lê:

"Iuza Maria Aparecida Ribeiro", leia-se:

"Ilza Maria Aparecida Ribeiro Vieira".